



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MPPGAV

ANA MARIA GOMES GALDINO DE OLIVEIRA

O PAPEL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA PARAÍBA, *CAMPUS* CAMPINA GRANDE, PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

João Pessoa - PB
2019

ANA MARIA GOMES GALDINO DE OLIVEIRA

**O PAPEL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA PARAÍBA, *CAMPUS* CAMPINA GRANDE, PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, da Universidade Federal da Paraíba – Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, como requisito institucional para obtenção do título de mestre.

Orientador: **Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva**

João Pessoa - PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

048p Oliveira, Ana Maria Gomes Galdino de.
O papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Paraíba, campus Campina Grande, para o
desenvolvimento regional / Ana Maria Gomes Galdino de
Oliveira. - João Pessoa, 2019.
135 f. : il.

Orientação: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Gestão da educação. 2. Institutos Federais. 3.
Desenvolvimento regional. 4. Extensão. I. Silva,
Rodrigo Freire de Carvalho e. II. Título.

UFPB/BC

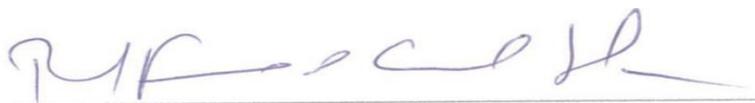
ANA MARIA GOMES GALDINO DE OLIVEIRA

**O PAPEL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA PARAÍBA, CAMPUS CAMPINA GRANDE, PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

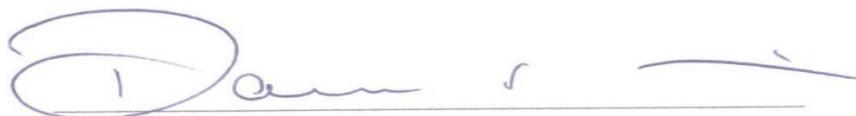
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, como requisito institucional para obtenção do título de mestre.

Aprovado em 28/02/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
Orientador (UFPB - MPPGAV)



Prof. Dr. Damião de Lima
Titular Interno (UFPB - MPPGAV)



Prof. Dr. Anderson Fabiano Batista Ferreira da Costa
Titular Externo (IFPB - PPGTI)

A **Deus**, pela força e fé, por tudo que sou e que tenho. Ao meu esposo, **Fábio Oliveira**, pelo incentivo, amor e compreensão diante de tantas ausências durante essa jornada. Aos meus pais, **Agamenon Galdino** e **Corina Gomes Galdino**, e a minha irmã, **Patrícia Galdino** por todo amor, ensinamentos e apoio. Ao meu sobrinho **Davi Galdino Araújo**, pelo carinho e pelos mais doces sorrisos.

Amo todos vocês!

RESUMO

Com a Lei n. 11.892/2008, houve o processo de reorganização e instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais fazem parte dessa construção histórica de expansão e interiorização da educação profissional no país, cumprindo uma função social na formação profissional e na busca de um projeto de nação mais igualitária. Assim, esse estudo tem como objetivo investigar a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional, a partir de suas ações de Extensão e Cultura. Apresentamos uma abordagem histórica a respeito da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com enfoque para o cenário nacional e o local no contexto paraibano e evidenciamos os Institutos Federais e sua relação com o desenvolvimento local e regional. Fundamentamos a pesquisa a partir das contribuições de autores, sobretudo Clélio Campolina Diniz e Danilo Jorge Vieira (2015), que discutem a temática de Desenvolvimento Regional, apresentando análises e discussões sobre o objeto em tela. Trata-se de uma pesquisa de campo, bibliográfica e documental que possui enfoque prioritariamente qualitativo, embora também se utilize de subsídios quantitativos, com características exploratórias, tendo na análise de conteúdo os fundamentos para a interpretação de dados. A coleta de dados foi realizada através de pesquisa documental, bem como entrevistas e questionários aplicados junto aos sujeitos da pesquisa. Verificamos que as ações de Extensão e Cultura, ao promoverem a interação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *campus* Campina Grande, e a sociedade, revelam aspectos aptos a contribuir, para o Desenvolvimento Regional, através do público-alvo dos programas extensionistas. Essas contribuições de características mais subjetivas, relacionadas de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, não estão apenas direcionadas aos aspectos econômicos, mas, sobretudo, aos campos social, cultural e ambiental.

Palavras-chave: Gestão da Educação. Institutos Federais. Desenvolvimento Regional. Extensão.

ABSTRACT

Through the n. 11.892/2008 Law, there was a reorganization and institution of the Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica and the Institutos Federais process and the Institutos Federais are part of this historical structure of expansion and internalization of professional education in the country, rewarding a social function in vocational exercise and in the pursuit of an accompanying egalitarian nation plan. Hence, this study aims to investigate the contribution of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campina Grande *campus*, for regional development, based on its extension and culture actions. We present a historical approach concerning the expansion and internalization of the Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica focusing on the national and local scenario in the regional context and we show the Institutos Federais and their relationship with local and regional development. We base the research based on the authors contributions, especially Clélio Campolina Diniz and Danilo Jorge Vieira (2015), who discuss the regional development theme, presenting analyzes and discussions about the object on image. It is a field, bibliographical and documentary research that has a qualitative focus, although it is also used quantitative subsidies, with exploratory characteristics, having in the content analysis the fundamentals for the interpretation of data. Data collection was done through documentary research, as well as interviews and questionnaires applied to the research subjects. We verified that the actions of extension and culture, by promoting the interaction between the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *campus* Campina Grande, and the society, reveal aspects suitable to contribute, for the regional development, through the extensionists programs target audience. These contributions of more subjective characteristics are inextricably related to teaching and research, not only directed to economic aspects but, most of all, to the social, cultural and environmental fields.

Keywords: Education Management. Institutos Federais. Regional development. Extension.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APL: Arranjo Produtivo Local
- CCS: Centro de Ciências da Saúde
- CMMAD: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CEP: Comitê de Ética em Pesquisa
- CNCST: Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia
- CNCT: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
- CNE: Conselho Nacional de Educação
- CST: Cursos Superiores de Tecnologia
- EA: Educação Ambiental
- EAAAs: Escolas de Aprendizes Artífices
- EAD: Educação a Distância
- EMI: Ensino Médio Integrado
- EPCT: Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- EPT: Educação Profissional e Tecnológica
- FIC: Formação Continuada
- FORPROEX: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras
- FORPROEXT: Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- IDEME: Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual
- IES: Instituição de Ensino Superior
- IFs: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia/ Institutos Federais
- IFPB: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba/Instituto Federal da Paraíba
- INPI: Instituto Nacional da Propriedade Intelectual
- IPCCAN: Instituto Paraibano de Combate ao Câncer/Infanto-Juvenil
- ITCD: Índice de Titulação do Corpo Docente
- LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC: Ministério da Educação e Cultura
- ONG: Organização Não Governamental
- ONU: Organização das Nações Unidas

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB: Produto Interno Bruto

PLANEDE: Planejamento Estratégico

PNP: Plataforma Nilo Peçanha

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPC: Plano Pedagógico de Curso

PPGEE: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica

PPI: Pretos, Pardos e Indígenas

PRE: Pró-Reitoria de Ensino

PROBEXC: Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura

PROEVEXC: Programa Institucional de Apoio a Eventos de Extensão e Cultura

PROEXC: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROFEP: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

PROFNIT: Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação

RFEPCT: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SETEC/MEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEPB: Universidade Estadual da Paraíba

UFCG: Universidade Federal de Campina Grande

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909	19
Figura 2: Localização Geográfica da Cidade de Campina Grande	29
Figura 3: Abrangência do Ensino no IFPB	42
Figura 4: Dinâmica da Interface Instituição de Ensino/Região	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades	25
Gráfico 2: Lotação dos Servidores Efetivos (Docentes)	33
Gráfico 3: Lotação dos Servidores Efetivos (Técnicos Administrativos)	33
Gráfico 4: Índice de Titulação do Corpo Docente no IFPB	34
Gráfico 5: Publicações Bibliográficas do IFPB	50
Gráfico 6: Publicações Técnicas do IFPB	51
Gráfico 7: Percentual por Área dos Grupos de Pesquisa CNPq	52
Gráfico 8: Total de Áreas Temáticas Abordadas nos Projetos Extensionistas	93
Gráfico 9: Ranking Médio das Questões 2.1 a 2.3	101
Gráfico 10: Ranking Médio das Questões de 2.4 a 2.7	102
Gráfico 11: Localização das Instituições dos Parceiros Sociais	107

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Inauguração e Imagem Aérea do IFPB - <i>Campus</i> Campina Grande	35
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Inauguração das Escolas de Aprendizes Artífices	20
Quadro 2: Cursos Técnicos do IFPB	43
Quadro 3: Cursos Superiores do IFPB	46
Quadro 4: Especializações do IFPB	47
Quadro 5: Programas e Projetos de Extensão do IFPB de 2014 a 2016	56
Quadro 6: Classificação dos Impactos das Atividades das Instituições de Ensino sobre as Regiões	67
Quadro 7: Quantitativo de Projetos Aprovados por Edital no Ano de 2016	80
Quadro 8: Áreas Temáticas das Ações de Extensão	81
Quadro 9: Projetos Aprovados no Ano de 2016 X Áreas Temáticas	83
Quadro 10: Quantitativo de Projetos Aprovados por Edital no Ano de 2017 e 2018	85
Quadro 11: Projetos Aprovados no Ano de 2017 X Áreas Temáticas	87
Quadro 12: Projetos Aprovados no Ano de 2018 X Áreas Temáticas	89
Quadro 13: Sexo	95
Quadro 14: Cor/Raça	95
Quadro 15: Renda Familiar	96
Quadro 16: Região em que Residem os Estudantes	97
Quadro 17: Faixa Etária	98
Quadro 18: Modalidade de Curso	98
Quadro 19: Demonstração dos Valores da Escala de Likert	100
Quadro 20: Categorias Temáticas - Respostas dos Estudantes	103
Quadro 21: Categorias Temáticas - Falas dos Parceiros Sociais	108

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA...	18
2.1	Educação Profissional, Científica e Tecnológica na perspectiva histórica...	18
2.2	O Instituto Federal da Paraíba e o <i>campus</i> Campina Grande: ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	26
2.2.1	<i>Ensino</i>	40
2.2.2	<i>Pesquisa</i>	48
2.2.3	<i>Extensão</i>	53
3	OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	58
3.1	Sustentabilidade: um caminho para o Desenvolvimento Regional.....	60
3.2	Desenvolvimento Regional.....	63
4	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	71
4.1	Sujeitos da pesquisa.....	73
4.2	Instrumentos de coleta de dados.....	74
4.3	Sistematização para análise de dados.....	76
5	INVESTIGAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CAMPUS CAMPINA GRANDE, PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, A PARTIR DE SUAS AÇÕES DE EXTENSÃO E CULTURA.....	78
5.1	Mapeamento das atividades de Extensão e Cultura desenvolvidas pelo IFPB, <i>campus</i> Campina Grande, tendo como recorte os editais extensionistas publicados nos anos de 2016 a 2018.....	79
5.2	Análise, mediante a atuação e visão dos estudantes, sobre as ações de Extensão e Cultura do IFPB, <i>campus</i> Campina Grande.....	94
5.2.1	<i>Perfil dos Estudantes</i>	94
5.2.2	<i>As ações de Extensão e Cultura do IFPB/CG mediante atuação e visão dos estudantes</i>	99
5.3	Verificação, a partir da percepção dos parceiros sociais, se os projetos de Extensão e Cultura trouxeram benefícios para os públicos beneficiados.....	106
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	118
	APÊNDICES.....	129
	APÊNDICE 1 - Questionário sobre a percepção das ações de Extensão do IFPB, <i>Campus</i> Campina Grande para os discentes.....	129
	APÊNDICE 2 - Entrevista sobre a percepção das ações de Extensão do IFPB, <i>campus</i> Campina Grande para os parceiros sociais.....	134
	APÊNDICE 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	136

1 INTRODUÇÃO

Como política pública, a Educação está posicionada como um campo de disputas buscando responder às necessidades impostas socialmente pela globalização. Destarte, ela não apenas contribui com a hegemonia do capital, mas também se apresenta como uma via possível para a emancipação através do acesso ao saber mais elaborado.

No campo institucional, no que concerne à transmissão de valores humanos, conhecimentos, bens e serviços, a Educação pode ser definida como um mecanismo que contribui para a adaptação dos indivíduos às formas de produção/reprodução da organização da vida social e do mundo do trabalho.

Nesse contexto societário, a Educação cumpre um papel primordial no processo de desenvolvimento dos países. Coloca-se como o principal pilar de sustentação do desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia da nação, tornando-se uma importante ferramenta de trabalho contra as desigualdades sociais e o Desenvolvimento Regional.

Assim, observamos as diversas instituições de ensino para o campo da formação humana. No que tange ao aspecto de uma escolarização mais voltada para a formação profissional, temos a atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n. 11.892, em dezembro de 2008, fazendo parte de uma construção histórica, cumprindo uma importante função social na formação profissional para o mercado de trabalho.

Os Institutos Federais, como agentes estratégicos na estruturação de políticas públicas educacionais, procuram estabelecer uma interação mais direta com as comunidades locais nas relações sociais moldadas por diferentes interesses e expectativas na perspectiva da construção da cidadania. Buscam promover uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. A esse respeito, Pacheco (2011, p. 21) discorre: “ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus”.

Em sua intervenção, através do monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural das regiões de suas abrangências, os Institutos Federais procuram explorar as potencialidades de desenvolvimento e a vocação produtiva do entorno, com vistas à formação de sujeitos mais aptos e competitivos no campo do saber, “[...] revelam-se espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e

transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros” (PACHECO, 2011, p. 21).

Atuam no ensino técnico, tecnológico, nas licenciaturas e no bacharelado em áreas em que a Ciência e a Tecnologia são componentes determinantes, em especial as engenharias, bem como programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. São equiparados às Universidades Federais para efeitos de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de Educação Superior ofertados.

Têm como uma de suas funções precípua a formação de profissionais comprometidos com as necessidades contemporâneas da região, indo além da responsabilidade voltada apenas para formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Para isso, utilizam ações de Ensino, Pesquisa e Extensão como elos entre o desenvolvimento de arranjos sociais, culturais e produtivos nos contextos locais e regionais. Nesse ponto, a Lei de criação dos Institutos Federais preconiza os seguintes objetivos:

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; (BRASIL, 2008, art.7).

A Extensão é prevista como um processo interdisciplinar educativo, social, político e cultural que, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, promove ações transformadoras, através de uma interação dialógica entre a instituição educacional e a sociedade. As práticas extensionistas promovem uma relação para a formação dos discentes, para a qualificação do professor e para o intercâmbio com a sociedade.

As atividades de ensino e pesquisa, direcionadas pela extensão, nas suas mais variadas formas, seja por meio de atividades culturais, prestação de serviços, cursos, palestras, exposições, desenvolvimento de produtos, entre diversas outras, significam o ir além da formação profissional e a preocupação na formação de um sujeito preparado para o mundo, capaz de transformar a realidade e pensar coletivamente e nas necessidades da comunidade (LOURENÇO, 2011, p. 50).

Destarte, a Extensão para os Institutos Federais tem o papel de estreitar o diálogo com as comunidades, observando as demandas em prol de uma integração social e territorial, procurando contribuir para a solução de problemas existentes.

O Instituto Federal da Paraíba trabalha com o termo “Extensão e Cultura” para designar as atividades da Extensão, conforme explicado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC):

Em 2015 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB passou pelo processo Estatuinte que culminou com a aprovação de um novo Estatuto conforme Resolução Nº 246, de 18 de dezembro de 2015 do CONSUPER/IFPB. Este processo viabilizou discussões sobre políticas educacionais e sua interface com as políticas culturais no âmbito do IFPB que resultou na mudança organizacional de Pró-Reitoria de Extensão do IFPB em Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB em junho de 2016¹.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional, a partir de suas ações de Extensão e Cultura.

Como objetivos específicos, propõe-se (1) mapear as atividades de Extensão e Cultura desenvolvidas pelo IFPB, *campus* Campina Grande, tendo como recorte os editais extensionistas publicados nos anos de 2016 a 2018; (2) analisar, mediante a atuação e visão dos estudantes, as ações de Extensão e Cultura do IFPB/CG e (3) verificar, a partir da percepção dos parceiros sociais², se os projetos de Extensão e Cultura trouxeram benefícios para os públicos-alvo.

A definição do tema para a pesquisa surgiu a partir da experiência profissional da pesquisadora na referida instituição, enquanto servidora pública, atuando na Coordenação do Controle Acadêmico, além da inquietação pessoal em verificar nos Institutos Federais uma escassez de pesquisas sobre Educação, não apenas como geradora de ações de ensino/aprendizagem, mas como instrumento de Desenvolvimento Regional, a partir das ações de Extensão e Cultura. Nessa perspectiva, entendemos a Extensão como possibilidade de atribuir aos Institutos Federais uma participação dialógica e crítica com a sociedade, de aprofundamento da democracia, de combate à exclusão social, em defesa ao meio ambiente e da diversidade cultural na perspectiva de

¹ Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/proexc/sobre/sobre-a-proexc>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

² A nomenclatura “parceiro social” é administrada pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura do IFPB e está consignada em seus editais de extensão e cultura. Essa expressão significa o articulador/líder comunitário com quem o proponente de projetos do instituto faz contato/parceria para execução futura de sua proposta. Durante a execução do projeto, a participação desse agente social é imprescindível no processo de acompanhamento/monitoramento das ações em sua comunidade.

um desenvolvimento local e regional.

Trata-se de uma pesquisa estruturada em seis capítulos dispostos da seguinte forma: no capítulo introdutório, realizamos uma explanação geral acerca da Educação e a importância dos Institutos Federais para o Desenvolvimento Regional, como também estão delimitados os objetivos do estudo.

No segundo capítulo, apresentamos uma abordagem histórica a respeito da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) com enfoque para o cenário nacional e o local no contexto paraibano; destacamos também a caracterização do IFPB, *campus* Campina Grande, dando ênfase às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal da Paraíba.

Expomos no terceiro capítulo, uma abordagem a respeito dos Institutos Federais e a relação entre o Desenvolvimento Regional, fundamentando em autores/as que discutem a temática de Desenvolvimento Regional.

Na sequência, no quarto capítulo, descrevemos a metodologia para se alcançar os objetivos pretendidos e delinear a dissertação: abordamos os sujeitos da pesquisa, instrumentos para coletas de dados e a sistematização para a análise dos dados. No quinto capítulo, apresentamos a análise dos resultados do estudo empírico e, no sexto capítulo, finalizamos com as considerações finais a respeito do nosso trabalho.

2 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) teve seu marco regulatório traçado em 1909, através do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro, do Presidente Nilo Procópio Peçanha, que autorizou a criação de 19 (dezenove) Escolas de Aprendizizes Artífices (EAAs), em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

A criação das EAAs, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, evidenciou, naquela época, um grande passo para educação ao caracterizar a “transição do ensino de ofícios à consolidação do ensino profissional técnico federal na sociedade brasileira” (PEREIRA, 2011, p. 7).

Após celebração do seu centenário em 2009, a RFEPCT, continua dando prosseguimento à sua missão precípua de qualificar profissionais para variados setores do país, “cujas atividades iniciais eram instrumento de uma política voltada para as ‘classes desprovidas’ e hoje se configura como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (BRASIL, [2009?]a).

Neste capítulo serão considerados dois níveis distintos de abordagens da história da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), com suas contribuições para a formação da sociedade. O primeiro enfoque, no âmbito geral do cenário nacional e o segundo mais específico, na esfera do contexto do estado da Paraíba, trazendo também a caracterização do IFPB, *campus* Campina Grande, com o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.1 Educação Profissional, Científica e Tecnológica na perspectiva histórica

A primeira manifestação formal governamental, rumo à profissionalização aconteceu no ano de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas através de um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI. Foi pensado para abrigar os órfãos da Casa Pia de Lisboa, trazidos na frota que transportou a família real para o Brasil (CUNHA, 2000, p. 91). Tornou-se, conforme entendimento do citado autor, referência para outros estabelecimentos de ensino profissional no país.

Posteriormente, em 1816, era proposta a criação da “Escola de Belas Artes”, com o objetivo de articular o ensino das ciências e do desenho para os ofícios mecânicos (BRASIL, 1999 – Parecer nº 16/99-CEB/CNE).

No período imperial, enquanto as instituições criadas, mantidas e administradas pelo estado voltavam-se, predominantemente, para a formação compulsória da força de trabalho manufatureira a partir dos miseráveis, as iniciativas de particulares eram destinadas, principalmente, ao aperfeiçoamento dos trabalhadores livres, os que tinham disposição favorável para receber o ensino oferecido (CUNHA, 2000, p. 91).

Em resposta aos diversos desafios de ordem política, social, econômica e educacional existentes no país no início do século XX, o Presidente Nilo Peçanha criou em cada capital do país uma Escola de Aprendizes Artífices, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Dava-se início à formação da Rede Federal de Educação Profissional, composta por várias unidades congêneres de ofícios, como mostra a figura a seguir:

FIGURA 1: MAPA DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES EM 1909



Fonte: MEC/SETEC³

³ Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>.

Acesso em: 13 out. 2017.

Conforme o Parágrafo Único do Decreto de criação (DL 7.566/ 1909), as escolas foram instaladas em edifícios da União, existentes e disponíveis nos estados, ou em outros prédios cedidos pelos governos locais de forma permanente. As inaugurações das primeiras unidades aconteceram já em 1º de janeiro de 1910 e seguiram até 1º de outubro do mesmo ano, como está relacionado no quadro abaixo:

QUADRO 1: INAUGURAÇÃO DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES

INSTITUIÇÃO	DATA DE INAUGURAÇÃO
Escola de Aprendizes Artífices do Mato Grosso	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Piauí	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices Goiás	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices Rio Grande do Norte	03/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba	06/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices Maranhão	16/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Paraná	16/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas	21/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Campos/RJ	23/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco	16/02/1910
Escola de Aprendizes Artífices Espírito Santo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe	01/05/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Ceará	24/05/1910
Escola de Aprendizes Artífices da Bahia	02/06/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Pará	01/08/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina	01/09/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais	08/09/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas	01/10/1910

Fonte: Soares (1982, p. 59-60).

Pode-se evidenciar, através da análise desse quadro e conforme entendimento de Kunze (2005), que a Educação Profissional foi tratada pelos governos estaduais como sendo de prioridade nacional. As EAAs tinham a finalidade de oferecer oportunidade à classe proletária para vencer as dificuldades na luta pela existência.

Devido ao aumento constante da população nas cidades, o governo buscava oferecer instrução primária e profissional à população.

O propósito de oferecer ao povo, que se aglutinava nas cidades, uma profissão, uma ocupação ou um ofício por meio do ensino profissional

significava, especificamente, a geração de maiores incentivos ao trabalho e mão de obra às indústrias que começavam a surgir no país, devido às mudanças que vinham ocorrendo na sua economia agrário-exportadora (KUNZE, 2009, p.11).

Havia ainda, a preocupação com o desenvolvimento local e regional, à medida que a instalação das escolas deveria seguir a conveniência e necessidade de cada Estado, adequando-se, sempre que possível, às especialidades das indústrias locais (CUNHA, 2000).

As Escolas de Aprendizes Artífices tinham a finalidade de promover formação de operários e contramestres, através do ensino prático e técnico, aos que pretendiam aprender um ofício, destinando a educação a um público específico, os menores desvalidos de fortuna:

Art. 6º Serão admittidos os individuos que o requererem dentro do prazo marcado para a matricula e que possuirem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna: idade de 10 annos no minimo e de 13 annos no maximo; não soffrer o candidato molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado de officio.

§ 1º A prova desses requisitos se fará por meio de certidão ou attestado passado por autoridade competente.

§ 2º A prova de ser candidato destituido de recursos será feita por attestação de pessoas idoneas, a juizo do director, que poderá dispensa-la quando conhecer pessoalmente as condições do requereu á matricula. (BRASIL, 1909)⁴.

A educação nas EAAs destacava-se de maneira singular das outras instituições de ensino, conforme resume Cunha (2000):

Essas escolas formavam, desde sua criação, todo um sistema escolar, pois estavam submetidas a uma legislação específica que as distinguia das demais instituições de ensino profissional mantidas por particulares (fossem congregações religiosas ou sociedades laicas), por governos estaduais, e diferenciava-se até mesmo de instituições mantidas pelo próprio governo federal. Em suma, as Escolas de Aprendizes Artífices tinham prédios, currículos e metodologia didática própria; alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar (p. 94).

Ensinavam ofícios de marcenaria, alfaiataria, sapataria, tornearia, mecânica, entre outros. No Estado da Paraíba, houve um total de 9.228 matrículas entre 1910 a 1939, conforme Ferreira (1994, p. 31) e, em nível nacional, destaca-se que:

⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

No primeiro ano de funcionamento (1910) as Escolas de Aprendizes Artífices receberam cerca de 2 mil alunos. Nos 33 anos de sua existência, passaram por elas 141 mil alunos, uma média de cerca de 4.300 por ano (CUNHA, 2000, p. 96).

Em 1926, conforme Soares (1982) foi estabelecido um currículo padronizado para todas as oficinas, através da Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, representando uma unificação do ensino oferecido nas diferentes escolas da União. Dessa forma, evidencia-se que as EAAs representaram a transição do ensino de ofícios à consolidação do Ensino Profissional Técnico Federal no país.

No período de 1930 a 1945, a economia brasileira desloca o seu eixo de atividade agroexportadora para industrial, estava em curso um projeto de desenvolvimento industrial e de urbanização.

Para embasar esse projeto nacional, necessitava-se de um novo tipo de profissional mais qualificado para atender às demandas do novo modelo do capitalismo industrial. Assim, com a Constituição de 1937, o Ensino Técnico passou a ter importância estratégica para o crescimento da economia, destacando-se como um importante elemento para o desenvolvimento de melhores condições de vida para a classe trabalhadora e, nesse contexto, é assinada a Lei nº 378, em 13 de janeiro de 1937, que transforma as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, responsáveis pelo Ensino Profissional de todos os ramos e graus.

Os Liceus passaram a trabalhar em sintonia com a expansão da indústria, que então passara a se desenvolver mais rapidamente. Para sustentar esse crescimento, era preciso formar mão de obra qualificada, um bem escasso no Brasil naquele momento (BRASIL, 2011b).

A partir de 1942, após uma reforma educacional, promovida pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, surgiram as Escolas Industriais e Técnicas, no lugar dos Liceus, marcando o início da formação profissional em nível equivalente ao do secundário.

A relação entre Estado e economia é intensificada no governo de Juscelino Kubitschek. O Plano de Metas do Governo traz investimentos na área de infraestrutura, com atenção a produção de energia e transporte; “a educação também tem destaque especial, cuja pretensão era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país” (BRASIL, [2009?]a, p. 04).

E, nesse contexto, no ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram constituídas em autarquias e denominadas Escolas Técnicas Federais. Com autonomia financeira, administrativa, técnica e didática. São criados vários cursos técnicos e, nesse momento, também é autorizada a formação de nível superior, que vem a ser estabelecida, posteriormente, como as Engenharias Ocupacionais.

Destaca-se também o aumento de cursos e de matrículas nas Escolas Técnicas Federais quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº de 5.692/71) torna de maneira compulsória o currículo de segundo grau na modalidade técnico-profissional (BRASIL, [2009?]a, p. 05).

No ano de 1994, surgiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, mediante a Lei 8.948, que transformou outras Escolas Técnicas Federais, além de algumas Escolas Agrotécnicas Federais, em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), com a finalidade de melhorar a articulação da educação tecnológica.

Três anos depois, em 1996, foi assinado o Decreto nº 2.208, que regulamentou a educação profissional e teve como referencial normativo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A chamada “Reforma da Educação Profissional” é implantada dentro do ideário de Estado Mínimo, com fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país. As mudanças estabelecidas pela nova legislação são profundas e corta pela raiz o movimento de redirecionamento desenhado pelas instituições federais (BRASIL, 2010, p.13).

Com a Lei n. 11.892/2008, houve o processo de reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), quando as Escolas Agrotécnicas, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades e a grande maioria dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) fundiram-se, criando os Institutos Federais, além da seguinte organização das instituições da Rede Federal:

- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais (IFs);
- Centros Federais de Educação Tecnológica – (CEFET/MG e CEFET/RJ);
- Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais;
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná;
- Colégio Pedro II

Assim, foram criados 38 (trinta e oito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com uma organização pedagógica verticalizada, atendendo da educação básica à superior. De acordo com o artigo 2º da Lei n. 11.892/2008, que os instituiu,

“[...] são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]”.

Destarte, os IFs atuam não só no desenvolvimento de novas tecnologias, mas na promoção da justiça social, conforme corrobora Pacheco (2011):

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa (p. 12).

É importante destacar que, para acontecer o processo de reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais, foi necessário “superar alguns entraves legais da reforma da EPT ocorrida no Governo de FHC, em 1997: o Decreto nº 2.208/97, a Medida Provisória nº 1.549/97 e Portaria nº 646/97” (MANFREDE, 2002 *apud* SOUZA e SILVA, 2016, p.4).

De acordo com Campos (2016),

Na primeira década do século XXI o Brasil, assim como outros países latino-americanos, passa por mudanças na orientação política. O papel do Estado no desenvolvimento econômico foi repensado. A ótica do desenvolvimento humano, [...], passa a guiar a ação estatal (p. 504)

O país vivenciava uma mudança de orientação política, observava-se a presença maior do Estado aliado a políticas de distribuição de renda e investimentos na educação profissional. Isso permitiu “mudança da sociedade, das condições de vida do povo e do caráter social do Estado, através dos mecanismos de democracia das massas” (HERRLEIN JÚNIOR, 2011, p. 41 *apud* CAMPOS, 2016, p. 504).

Dessa forma, o Governo Federal, amparado pela Lei n. 11.892/2008, compromete-se a iniciar a expansão da Rede Federal, com a construção de novos *campi* dos Institutos Federais.

Assim, o presidente Luis Inácio Lula da Silva, lança a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal (de 2005 a 2007), com a construção de 64 novas unidades de ensino em todo o país; a segunda fase de Expansão acontece de 2007 a 2010, com o Governo empenhando-se a construir 354 novas unidades, buscando atender às

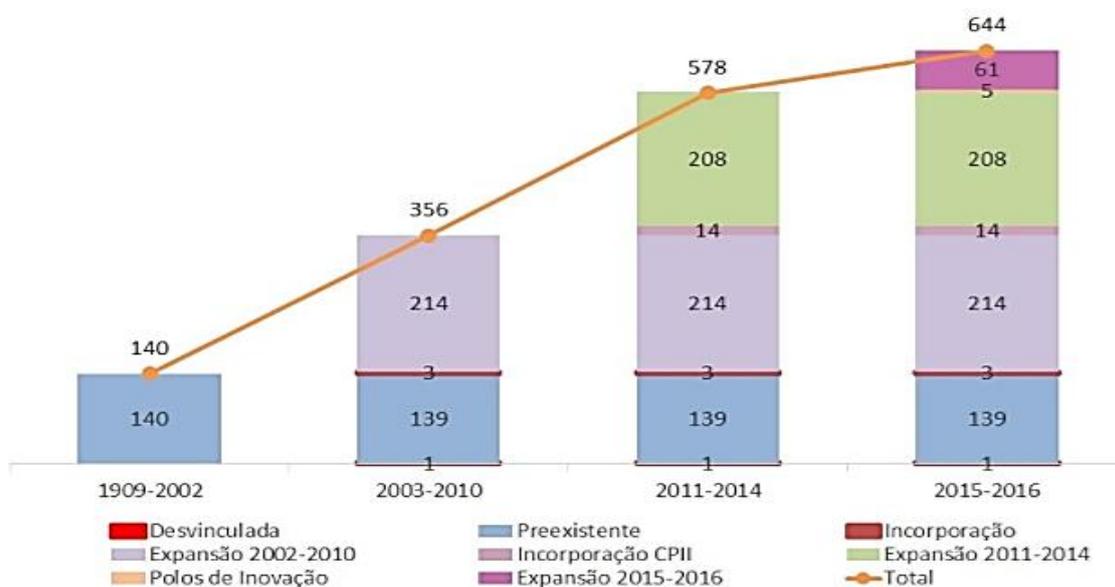
demandas por Ensino Profissional, além de aumentar a oferta do Ensino Médio nos estados brasileiros e de promover a interiorização do Ensino Superior público.

O plano de expansão ocorreu inicialmente, em duas fases: a primeira em 2005 e a segunda em 2007. Entre os objetivos do plano de expansão em sua primeira fase, o principal foi implantar escolas em regiões que não contavam com instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como em centros urbanos periféricos e cidades interioranas, com implementação de cursos ligados às potencialidades econômicas locais. A segunda fase da expansão atendeu ao critério de escolha de cidades polo do país para implantar escolas. A definição das cidades polo que receberiam as novas escolas seguiu critérios de equilíbrio territorial das unidades, atendimento a mesorregiões, afinidade com os arranjos produtivos locais e aproveitamento de infraestrutura, potencialidade de parceiras. (MATTOS, 2003, p. 69 *apud* NASCIMENTO, 2014, p. 70).

A terceira fase do Plano de Expansão da RFEPCT tem continuidade com o Governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2011, “com a implantação de 86 novos *campus* de Instituto Federal até 12/2011” (BRASIL, 2011a, p. 27). O objetivo precípua era a elevação da oferta de matrículas e interiorização da rede, assegurando que cada uma das 558 microrregiões brasileiras pudesse receber pelo menos um Instituto Federal.

Assim, com o processo de construção da Rede Federal, ao longo de mais de 100 anos, desde o surgimento das Escolas de Aprendizes Artífices até os dias atuais, foram criadas no Brasil mais de 600 unidades de escolas técnicas na Rede Federal, atendendo a 568 municípios brasileiros, conforme informações do SETEC/MEC.

GRÁFICO 1: EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - EM UNIDADES



Fonte: SETEC/MEC.

A oferta dos cursos em cada instituição de ensino é feita em sintonia com os arranjos regionais, sociais, culturais e produtivos e “técnicos e tecnólogos são formados para atuarem em suas cidades e regiões de forma mais contextualizada” (BRASIL 2011, p. 47).

Dessa a forma, a criação dos novos *campi* representou – mais do que um conjunto de obras – a consagração, como política pública, do compromisso social que norteia o governo federal nos últimos anos. Muito além da expansão da Rede, manifestou a expansão conceitual da própria Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira – agora compreendida não como mera qualificação ou treinamento, mas como formação para a vida, para o trabalho e para o exercício da cidadania, por intermédio da elevação da escolaridade e da capacitação por excelência (BRASIL, 2012, p. 11).

Os Institutos Federais, com a expansão e interiorização, procuraram atender às dimensões social, geográfica e de desenvolvimento regional, à medida que foram implantados em municípios populosos e com baixa concentração de renda. Buscaram a oferta do Ensino Profissional em regiões que ainda não tinham sido contempladas, constituindo, assim, um dos objetivos pretendidos pelo Ministério da Educação (MEC) para justificar e mostrar a importância da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Atualmente, a RFEPT possui 644 unidades, distribuídas em 568 municípios brasileiros, conta com um total de 71.769 servidores (docentes e técnicos administrativos) e atendem a cerca de 800 mil alunos em cursos presenciais e a distância⁵.

Destarte, o Estado da Paraíba possui o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), composto por 21 (vinte e um) *campi*. A próxima seção falará a respeito do IFPB (com suas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão), e do *campus* Campina Grande, local de desenvolvimento da pesquisa.

2.2 O Instituto Federal da Paraíba e o *campus* Campina Grande: ações de Ensino, Pesquisa e Extensão

Para se discorrer sobre o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e o *campus* Campina Grande, faz-se oportuno contextualizar um pouco sobre o estado paraibano e a cidade de Campina Grande.

⁵ Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/1635-rede-federal-ha-108-anos-formando-jovens-para-o-mundo?Itemid=609>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

A Paraíba possui uma história de colonização antiga que aconteceu em 1585, após os portugueses firmarem aliança com os índios Tabajaras e conseguirem derrotar os índios Potiguaras, ocupantes e primeiros dominadores do território paraibano. Com a conquista da Capitania, deu-se a expulsão dos franceses que permaneciam na região e que estavam a prejudicar o monopólio português.

Tal ocupação se deu para efetivar o decreto que criara a “Capitania da Parahyba” uma década antes, a primeira num cenário de capitânicas hereditárias, com o propósito de garantir o controle português sobre o território frente à presença francesa na região que hoje constitui o litoral norte do estado (SILVA, 2014, p. 15).

O estado da Paraíba possui uma área de 56.469,74 km², limita-se com os estados do Rio Grande do Norte (ao norte), Ceará (ao oeste) e Pernambuco (ao sul). Está dividido em 04 (quatro) mesorregiões, 23 (vinte e três) microrregiões e 223 (duzentos e vinte e três) municípios e é o décimo terceiro estado mais populoso do país, com uma população que ultrapassa quatro milhões de habitantes⁶.

A maior parte do território apresenta clima semiárido, conforme Silva (2014), o espaço geográfico do semiárido abrange 86,2% do território, ou 170 dos seus 223 municípios.

O território da Paraíba não é confortavelmente dotado de recursos naturais. Na sua quase totalidade está inserido no Polígono das Secas, o que impõe, aos paraibanos, as dificuldades singulares, na região nordestina. O estoque estadual de capital produtivo é largamente insuficiente. Com esse legado histórico de condições físicas e socioeconômicas, a população local dispõe de uma modesta base econômica (POLARI, 2012, p. 37).

Possui 71% do seu território comprometido com o problema de desertificação⁷, apresentando a maior extensão proporcional de área comprometida em relação aos outros estados atingidos (INSA, 2012). É uma região com característica “historicamente marcada pelo seu subdesenvolvimento e por um alto e persistente nível de pobreza, convivendo com um igualmente elevado grau de concentração de renda” (SILVA, 2014, p.13).

Dentre os estados da região Nordeste, a Paraíba é um dos mais desfavorecidos em termos econômicos e sociais. Os problemas nacionais

⁶ Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

⁷ Desertificação: É um tipo de degradação ambiental passível de ocorrer nas zonas de clima seco de todo o mundo. No Brasil, a desertificação se restringe ao Semiárido brasileiro (INSA, 2012).

relacionados à pobreza e à concentração de renda, que são graves em todo o país, aqui tendem a ser ampliados (p. 11).

O estado possui cerca de 2% da população nacional, com aproximadamente 80% ocupando área urbana⁸ e conforme dados do Governo da Paraíba, “o Produto Interno Bruto (PIB) da Paraíba ficou na terceira posição no *ranking* do Nordeste e sétima posição no Brasil”, apresentando o seguinte crescimento acumulado: R\$ 33,325 bilhões em 2010; 46,325 bilhões, em 2013 e R\$ 56,140 bilhões, em 2015⁹.

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹⁰, a renda *per capita* média da Paraíba cresceu 141,59% nas últimas duas décadas, tendo uma evolução de R\$ 196,59, em 1991, para R\$ 299,09, em 2000, chegando a 474,94, em 2010, o que revela uma pequena redução da pobreza.

Na economia há o desenvolvimento da agricultura, pecuária, indústria e serviços. Os principais destaques da atividade industrial, mais concentrados nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, são o alimentício, o têxtil, o de derivados de couro e o metalúrgico. No setor de serviços, o turismo é um grande fortalecedor da economia e a cidade de Campina Grande se destaca como centro de tecnologia, com produção de programas de informática.

Campina Grande foi fundada no dia 1 de dezembro de 1697 e alcançou condição de cidade durante o Império, através da Lei Provincial Nº 137 de 11/10/1864 (LIMA, 2012).

Com o passar dos anos, a cidade foi ganhando importância, devido ao crescente movimento dos tropeiros, a urbanização e o consequente estabelecimento do comércio fixo, pois, “considerando sua área de abrangência espacial, Campina Grande, desde o seu surgimento, relacionava-se não apenas com o seu entorno, mas também com lugares distantes, como o sertão e estados vizinhos” (SILVA, 2011, p. 24).

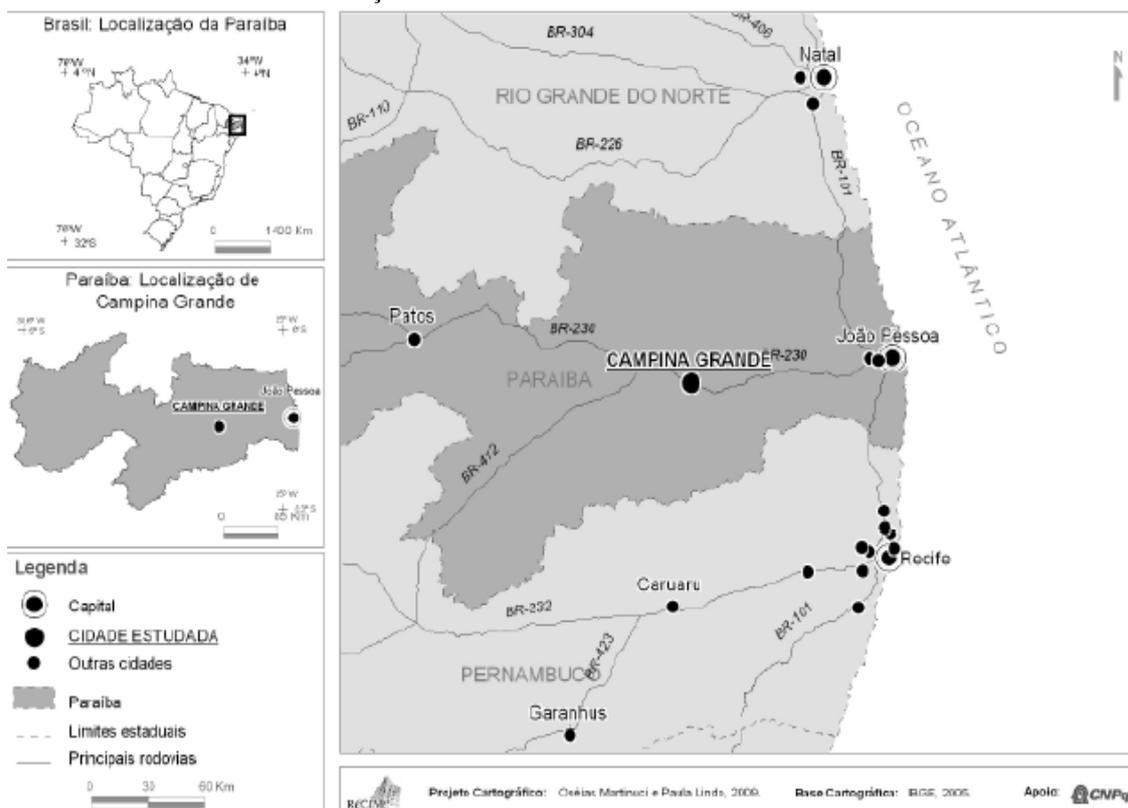
Para a citada autora, o papel intermediador do município deu-se por causa da sua localização geográfica, que favorecia a troca dos mais diversos produtos em escala local e regional, conforme está evidenciada a localização do município no mapa a seguir:

⁸ Disponível em: <<https://www.estadosecapitaisdobrasil.com/estado/paraiba/>>. Acesso em: 29 mai. 2018

⁹ Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/pib-da-paraiba-registra-terceiro-maior-crescimento-do-nordeste/>>; Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME), 2016. Acesso em: 6 jun. 2018

¹⁰ Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/paraiba>. Acesso em: 2 jun. 2018

FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE



Fonte: SILVA (2011).

Segundo Lima, (2012, p. 20):

Durante a primeira metade do século passado, a cidade de Campina Grande ganha novos contornos e embeleza-se atraindo vultosos investimentos, bem como uma leva de novos habitantes que migram das mais diversas regiões do estado e também dos estados circunvizinhos, vinculados ao comércio campinense.

Dessa forma, Campina Grande evolui desde a sua fundação, acompanhando todas as mudanças do cenário brasileiro. Lima (2012) apresenta alguns pontos importantes que marcaram essa evolução e que muito contribuíram para o cenário atual:

A título de resumo pode-se citar: o crescimento econômico vivenciado pelo município com o advento da estrada de ferro durante a República Velha; a implantação da indústria de beneficiamento do sisal e do algodão no final dos anos 30, início dos anos 40, reproduzindo, na região, a política econômica defendida nacionalmente pelo governo de Getúlio Vargas; a exportação de minérios para a indústria bélica durante a segunda guerra mundial que colocou o município em sintonia não apenas com a política nacional, mas com a política global; e a retomada em grande estilo do comércio varejista de produtos regionais nacionais e, principalmente, produtos importados de outros países durante a abertura liberal do governo Dutra (p. 26).

Assim, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/censo 2010), a cidade de Campina Grande possui 385.213 habitantes, com o segundo maior PIB entre os municípios paraibanos, sendo responsável por 14% da geração de renda, ficando atrás da capital, João Pessoa, que é responsável por 32% do PIB paraibano.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹¹, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Campina Grande passou de 0,601, em 2000, para 0,720, em 2010, apresentando uma taxa de crescimento de 19,80%, contribuindo para que o município ocupe a posição 1301^a entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Também se pode destacar que, até o ano 2000, a taxa de urbanização do município passou para 95,12%.

A Mesorregião do Agreste Paraibano apresenta um grau de urbanização e desenvolvimento maior que o do sertão e comparável ao da zona da mata. Com três distritos industriais – todos situados na cidade de Campina Grande, ela apresenta indústrias de transformação nas áreas de química, eletroeletrônicos, mineração, têxtil, metal-mecânica, produtos alimentícios, bebidas, materiais plásticos, papel e papelão, cerâmica, couro, calçado, editorial-gráfico e borracha. O índice de automação das indústrias varia de baixo a médio, com algumas indústrias empregando tecnologia de ponta em seu processo produtivo.

A cidade polo da região, Campina Grande, possui uma grande demanda de serviços técnicos na área de eletrônica, seja para atender ao parque industrial, seja na prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistemas, dentre os quais se destacam os de informática (IFPB/PDI, 2015, p. 29).

A cidade destaca-se ainda por ter uma vocação educacional, oferecendo cursos nas mais diversas áreas do conhecimento, contando com três instituições de ensino superior públicas, a Universidade Federal de Campina Grande, (UFCG), a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB); também se destacam algumas universidades particulares, como o Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos (CESREI), o Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento (CESED), o Centro Universitário Unifacisa, a Faculdade Maurício de Nassau, a União de Ensino Superior de Campina Grande (UNESC) e a Universidade Paulista (UNIP).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB,

Destaca-se ainda a vocação da região para o desenvolvimento de novas tecnologias nos campos da Engenharia Elétrica e da Informática, devido principalmente à influência da UFCG, com seu curso de Engenharia Elétrica,

¹¹ Disponível em: < http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campina-grande_pb>. Acesso em: 15 jun. 2018.

classificado entre os cinco melhores do país, e da Escola Técnica Redentorista. Como resultado dessa vocação, observa-se o aumento do número de empresas de base tecnológica e empresas incubadas no Parque Tecnológico da Paraíba. A cidade de Campina Grande, por sua vocação econômica, também é sede da Federação das Indústrias do estado da Paraíba (IFPB/PDI, 2015, p. 30).

Dentro desse contexto educacional e de desenvolvimento, evidencia-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), vinculado ao Ministério da Educação.

Criado pela Lei nº 11.892/2008, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Instituto Federal da Paraíba surgiu pela junção de duas instituições: o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET-PB, composto por duas Unidades Acadêmicas: uma com sede na cidade de João Pessoa/PB e a outra na cidade de Cajazeiras/PB; e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa/PB.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba tem quase cem anos de existência. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1961; Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba com a edição da Lei nº 11.892. de 29 de dezembro de 2008 (IFPB/PDI, 2015, p. 22).

Tem natureza jurídica de autarquia, possui autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar.

Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal da Paraíba é equiparado às universidades federais (IFPB/PDI, 2015, p. 190).

No estado da Paraíba oferece diversos cursos presenciais e a distância nas modalidades *Técnico Integrado ao Ensino Médio*, *Técnico Subsequente ao Ensino Médio*, *Superior* (licenciaturas, bacharelados, tecnólogos) e *Pós-Graduação*. Tem a missão e a visão de:

MISSÃO: ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VISÃO: ser uma instituição de excelência na promoção do desenvolvimento profissional, tecnológico e humanístico de forma ética e sustentável beneficiando a sociedade, alinhado às regionalidades em que está inserido. (IFPB/PDI, 2015, 13).

Oferece ainda, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), além de proporcionar, através dos seus programas de Extensão, cursos de curta e média duração, procurando sempre atender a comunidade do seu entorno. E desenvolve suas atividades em todos os níveis de aprendizagem, buscando a verticalização do ensino e atuando:

[...] nas áreas profissionais das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Linguística, Letras e Artes. São ofertados cursos nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Produção Cultural e Design, Gestão e Negócios, Infra Estrutura, Produção Alimentícia, Controle e Processos Industriais, Produção Industrial, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Ambiente e Saúde e Segurança (IFPB/PDI, 2015, p. 36).

O IFPB possui administração descentralizada, por meio de gestão delegada e atualmente conta com 21 (vinte e um) *campi*, entre *campus* avançado e *campus* em fase de implantação:

- Cajazeiras, João Pessoa e Sousa – existentes no ato de criação em 2008;
- Campina Grande – criado na primeira fase do Plano de Expansão;
- Monteiro e Picuí – criados na segunda fase da Expansão;
- Cabedelo, Patos e Princesa Isabel – criados na Expansão de 2011 a 2012;
- Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga e Santa Rita – Expansão 2013 a 2014;
- Cabedelo Centro – criando em agosto de 2015;
- Mangabeira, Soledade, Centro de Referência de Santa Luzia, *Campus* Avançado de Pedras de Fogo e Areia – *unidades em* implantação;

O Instituto Federal da Paraíba conta hoje com um total de 16.290¹² matrículas em curso ou ativas e 2.236 servidores (sendo 1.176 docentes e 1.060 técnicos administrativos)¹³. Abaixo estão os gráficos 2 e 3 que retratam a lotação dos servidores efetivos por *campus* (docentes e técnicos administrativos, respectivamente) conforme Portal da Transparência do IFPB (2018)¹⁴, mostrando que o processo de Expansão da

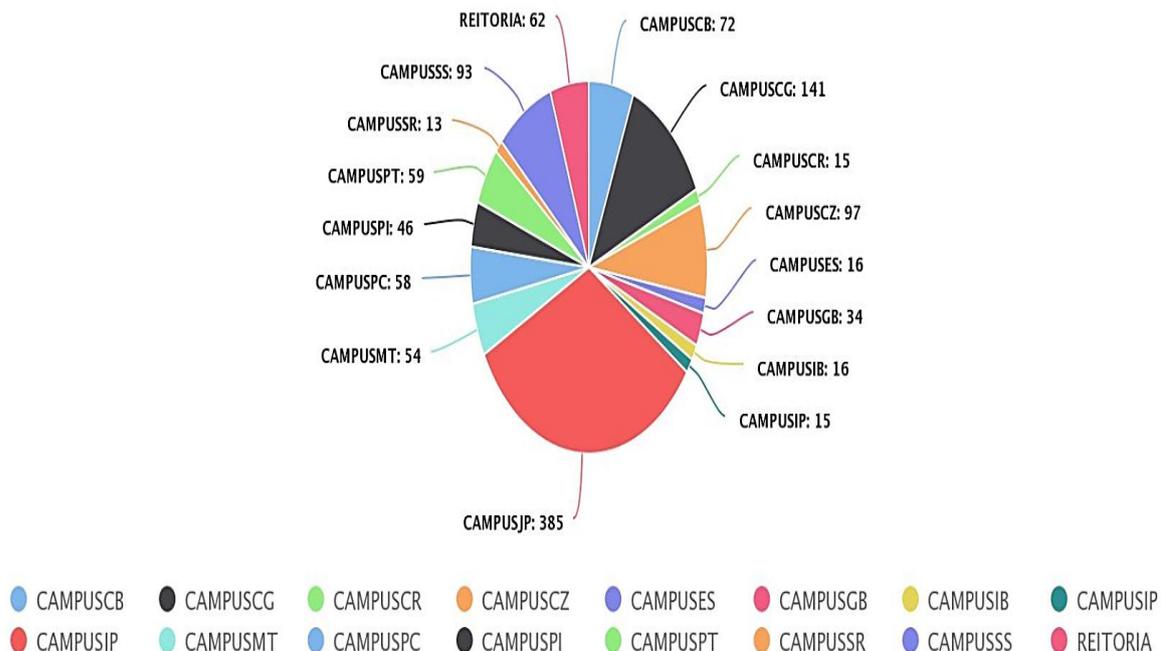
¹² Disponível em: < <https://www.plataformanilopecanha.org>>. Acesso em 19 mai. 2018.

¹³ Disponível em: < <https://suap.ifpb.edu.br/rh/>>. Acesso em: 3 abr. 2018

¹⁴ Disponível em: <<https://suap.ifpb.edu.br/rh/>>. Acesso em: 10 jul. 2018

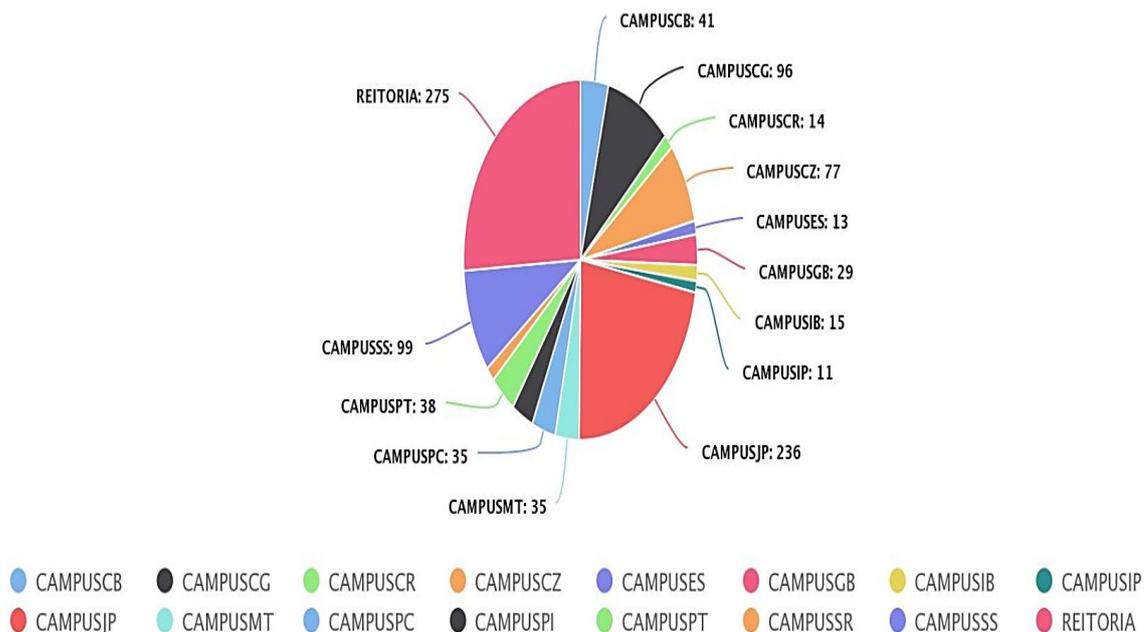
Rede Federal proporcionou, não somente o aumento de *campi* e matrículas, mas também o aumento de contratação de trabalhadores, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da região.

GRÁFICO 2: LOTAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS (DOCENTES)



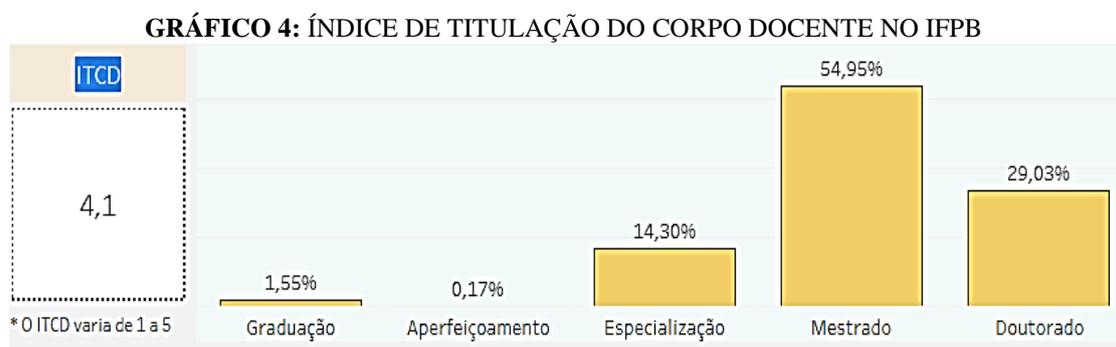
Fonte: Portal da Transparência do IFPB, 2018

GRÁFICO 3: LOTAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS (TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS)



Fonte: Portal da Transparência do IFPB, 2018

O Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD) que é representado pela média ponderada das titulações acadêmicas dos docentes (que pode variar entre 1 e 5) no IFPB está na média de 4,1, conforme dados extraída da Plataforma Nilo Peçanha (PNP)¹⁵, em 2018:



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Salienta-se que ainda, mediante a citada plataforma, a média nacional da Rede Federal do ITCD está na ordem de 4,0.

De administração descentralizada, a estrutura administrativa do IFPB está dividida da seguinte forma: órgãos deliberativos e consultivos da administração superior – Conselho Superior e Colégio de Dirigentes; órgão de assessoramento à administração superior – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; órgãos executivos – Reitoria e Pró-Reitorias (Pró-Reitoria de Ensino/Pró-Reitoria de Extensão/ Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação/Pró-Reitoria de Administração e Planejamento; e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Interiorização); Diretorias Sistêmicas; Auditoria Interna; Procuradoria Federal; e Ouvidoria¹⁶.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) configurou-se para o estado da Paraíba como um marco muito importante para o desenvolvimento da região. Silva (2014) corrobora a esse respeito:

[...] tal ampliação pode ser percebida não apenas como um movimento de democratização do acesso à educação técnica e superior na Paraíba, mas também como um vetor de Desenvolvimento Regional, já que a instalação de *campi* federais de ensino técnico e superior em municípios do interior do estado serve de atrativo para investimentos, gerando novas oportunidades, além de representar uma renovação do ambiente cultural local (*Ibidim*, p. 48).

¹⁵ Plataforma Nilo Peçanha (PNP): é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Disponível em: <<https://www.plataformanilopecanha.org>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

¹⁶ Disponível em: <<https://editor.ifpb.edu.br/institucional/estrutura>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

O *campus* Campina Grande, situado no agreste paraibano, lugar de atuação da pesquisadora, iniciou suas atividades no ano de 2006, em um prédio localizado no centro da cidade, com apenas 06 (seis) salas de aula, ofertando o Curso Superior de Tecnologia em Telemática como pioneiro. Era denominado Unidade de Ensino Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba.

Três anos depois, em 28 de julho de 2009, inaugurou sua sede própria no bairro da Dinamérica, começando com uma área construída de 2.700m² ¹⁷.

IMAGEM 1: INAUGURAÇÃO E IMAGEM AÉREA DO IFPB - CAMPUS CAMPINA GRANDE



Fontes: <http://www.obeabadosertao.com.br/v3/lula_inaugura_ifpb_e_duplicacao_da_br230__2237.htm> e <<http://www.ifpb.edu.br/campinagrande/institucional/sobre-o-campus>>, respectivamente.

Após mais de 10 anos de sua criação, o *campus* Campina Grande conta com uma estrutura que ultrapassa 22.000m² de área construída: são 32 salas de aula, 49 laboratórios (dois laboratórios de matemática, três laboratórios de física, seis laboratórios de construção de edifícios, dezoito laboratórios de informática, oito laboratórios de petróleo e gás, um laboratório de artes, três laboratórios de química, um laboratório de biologia, sete laboratórios de mineração), uma biblioteca, um bloco administrativo, um gabinete médico-odontológico, um restaurante estudantil, e um ginásio poliesportivo.

O *campus* ainda dispõe de um bloco para professores, com 68 salas, numa área de 6.200m², constituindo-se em um ambiente reservado para que os docentes possam fazer atendimento aos alunos, elaboração de aulas, estudos e pesquisas acadêmicas. É uma obra inédita entre os Institutos Federais, conforme destacou o Reitor do IFPB

¹⁷ Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/campinagrande/noticias/2017/10/ifpb-campina-completa-11-anos>>. Acesso em 11 abr. 2018.

professor Cícero Nicácio do Nascimento Lopes na ocasião da inauguração (em 31 de janeiro de 2018): “temos 644 unidades em todo território nacional, mas eu posso garantir que essa é a única em todo país com um ambiente exclusivo de docentes”.

Disponibiliza um total de 18 cursos¹⁸, sendo 06 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, 05 Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, 06 Cursos Superiores e uma Pós-Graduação, conforme relação abaixo:

➤ **Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:**

- Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio;
- Curso Técnico em Mineração Integrado ao Ensino Médio;
- Curso Técnico em Petróleo e Gás Integrado ao Ensino Médio;
- Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio
- Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio;
- Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (PROEJA).

➤ **Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio:**

- Curso Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio;
- Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio;
- Curso Técnico Mineração Subsequente ao Ensino Médio;
- Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio (EAD);
- Curso Técnico em Secretaria Escolar Subsequente ao Ensino Médio (EAD).

➤ **Cursos Superiores:**

- Curso Superior de Tecnologia em Telemática;
- Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios;
- Curso Superior de Licenciatura em Física;
- Curso Superior de Licenciatura em Matemática;
- Curso Superior de Licenciatura em Letras (EAD);
- Curso Superior de Bacharelado em Engenharia de Computação.

¹⁸ Disponível em: < <http://www.ifpb.edu.br/campinagrande/cursos/>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

➤ **Pós- graduação:**

- Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT).

Os cursos são ofertados de acordo com a economia da região:

Campina Grande tem suas atividades econômicas baseadas em extração mineral, culturas agrícolas, pecuária, indústrias de transformação, de beneficiamento e de desenvolvimento de software, comércio varejista, atacadista e tem como ponto forte a indústria de calçados e têxtil. Levando em consideração esse potencial, o *campus* Campina Grande do IFPB procura adequar sua oferta de cursos às demandas locais da região, atendendo às necessidades da sociedade¹⁹.

São realizadas pesquisas visando à necessidade e viabilidade dos cursos, conforme está destacado na justificativa dos Planos Pedagógicos de Cursos (PPC's) do *campus*.

Conforme a Lei 11.892/2008, os Institutos Federais têm a obrigatoriedade de ofertar, no mínimo, 20% do total de suas vagas para cursos de licenciaturas. Assim sendo, para o Curso Superior de Licenciatura em Física, em dados do INEP/MEC (2003), foi verificada a necessidade do curso devido ao baixo número de professores na área.

O Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios fez pesquisa com empresários do setor de construção, objetivando:

[...] avaliar e sondar as necessidades e exigências do mercado de trabalho notadamente com relação à mão de obra qualificada, bem como colher elementos para a formação do perfil do egresso do curso (PPC/CE, 2017, p. 19).

Também o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio realizou pesquisa com semelhante intenção:

Com o objetivo de identificar as reais necessidades do mercado local para formação de técnicos de nível médio na área de Informática, como também traçar o perfil desejado do profissional do ponto de vista da empresa, foram realizadas pesquisas indiretas e reuniões com representantes do meio produtivo: SINE, UFCG, UEPB, ETER, IBGE, FIEP, MTb, Escola Paulista

¹⁹ Disponível em: < <http://www.ifpb.edu.br/campinagrande/institucional/sobre-o-campus>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

de Enfermagem, Instituições Educacionais de Nível Superior da Rede Privada e CDL (PPC/INTEGRADO INFORMÁTICA, 2015 p. 17).

Já o PPC do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio justificou a criação do curso mediante a diversificação industrial do Estado e a carência por profissionais na área.

No estado da Paraíba não há oferta de profissionais em nível técnico nesta área de atuação levando as empresas a contratar profissionais graduados ou formados em outros estados (PPC/QUÍMICA, 2016, P. 16.)

Dessa forma, mediante os exemplos supracitados, o *campus* Campina Grande procura ofertar os cursos em consonância com a realidade local e regional, atendendo as necessidades da sociedade e observando também os princípios da equidade e inclusão.

O acesso para cada nível ou modalidade de ensino obedece a critérios democráticos de ingresso do Ensino Público Federal, através de seleção de natureza pública.

As entradas nos Cursos Integrados ao Ensino Médio são realizadas por meio de “análise do desempenho escolar em **Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia ou disciplinas equivalentes no Ensino Fundamental II, no 6º, 7º e 8º ano, ou equivalente**” (EDITAL IFPB nº 108/2017).

Para os Cursos Subsequentes ao Ensino Médio, a seleção ocorre por meio de:

Análise do desempenho escolar em **Língua Portuguesa e Matemática ou disciplinas equivalentes** cursadas no **1º e 2º ano do Ensino Médio, ou equivalente**; por meio de análise do desempenho no ENEM nas provas de **Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias** (EDITAL IFPB nº 109/2017).

O ingresso nos Cursos Superiores dá-se exclusivamente através do ENEM, tendo como requisito a conclusão do Ensino Médio ou equivalente. No Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, a inscrição e seleção acontece através de exame nacional mediante edital lançado pela Comissão Acadêmica Nacional do PROFNIT.

Já no Processo Seletivo para o Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, tem os seguintes critérios de inscrição e seleção:

DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO:

- a) Ter concluído ou estar cursando o 9º ano (antiga 8ª série), ou equivalente;
- b) Ter idade mínima de 18 anos, completados até o dia da matrícula;
- c) Não possuir o Ensino Médio completo;

DA SELEÇÃO: 3.1 Os candidatos submeter-se-ão a uma entrevista com preenchimento prévio de questionário disponível no ato da inscrição (EDITAL PRE nº 87/2017).

E, em busca de democratizar o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos pelos discentes, o IFPB (em todos os seus *campi*) atua ainda com a Política de Assistência Estudantil que se configura nos seguintes programas:

Benefícios sócio assistenciais, alimentação, atenção à saúde do estudante, moradia, integração dos estudantes ingressos, material didático pedagógico, apoio aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, atualização para o mundo do trabalho, apoio pedagógico e transporte²⁰.

A Assistência Estudantil, conforme sua política norteadora, visa, dessa forma, reduzir os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais, promovendo a justiça social no percurso formativo dos discentes.

O IFPB-CG busca o equilíbrio entre formação acadêmica e profissional, entre formação básica e multidisciplinar e o desenvolvimento de atividades extracurriculares.

[...] o reconhecimento da qualidade e de seu potencial enquanto instituição de ensino revelou-se por meio de pesquisas científicas, premiação em olimpíadas, colocação no mercado de trabalho, além estar entre as melhores escolas da rede pública no Enem.

[...] “Crescemos na infraestrutura, mas principalmente nos eixos de ensino, pesquisa e extensão. Foi um ganho para a sociedade de Campina Grande, que está tendo a oportunidade de uma educação de qualidade”. Albino Nunes, diretor geral do *campus* Campina Grande.²¹

Assim, com a interdisciplinaridade dos conhecimentos científicos e tecnológicos, o *campus* Campina Grande e o IFPB como um todo, desenvolve suas atividades educacionais objetivando a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

²⁰. Disponível em: < <http://www.ifpb.edu.br/campinagrande/assistencia-estudantil>>. Acesso em: 13 abr 2018.

²¹ Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/campinagrande/noticias/2017/10/ifpb-campina-completa-11-anos>>. Acesso em 11 abr. 2018.

2.2.1 *Ensino*

De acordo com o artigo 8º da Lei n. 11.892/2008 os Institutos Federais devem garantir em cada exercício, o mínimo de 50% das vagas para os cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, e o mínimo de 20% das vagas para os cursos de licenciaturas. “Cursos superiores de tecnologia ou bacharelados, 30% das vagas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados e doutorados” (PACHECO, 2011).

A proposta do ensino técnico integrado ao Ensino Médio nos IFs é tratada pedagogicamente não só como um processo histórico, mas situada nas necessidades de se garantir uma sólida formação geral ao estudante.

O ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos o acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais (ARAÚJO e FRIGOTTO, 2015, p.2).

Pontes e Oliveira (2012) também corroboram com tal pensamento quando enfatizam que o Ensino Médio Integrado (EMI) deve romper com a concepção fragmentada e dual de educação que prepara apenas para o Ensino Superior ou para o mercado de trabalho, mas, sobretudo deve ser concebido como um curso único que desenvolva faculdades de compreensão de mundo com fundamentos científicos e tecnológicos.

O ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente (ARAÚJO e FRIGOTTO, 2015, p.3).

E, nessa compreensão, Machado (2006 *apud* PONTES e OLIVEIRA, 2012) também salienta que:

A proposta do EMI representa a oportunidade de se conceber e vivenciar currículos de qualidade superior, a partir do delineamento de projetos pedagógicos comprometidos com a formação crítica e criativa dos estudantes

em várias dimensões (pensar, sentir e agir) contribuindo para a sua afirmação como sujeitos que compreendem e transformam a si e a realidade (p. 3).

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio; é instituído pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2008 e na Resolução CNE/CEB nº 3/2008. Orienta as instituições, estudantes e a sociedade em geral, sendo um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio (CNCT, 2008).

Também se destaca nos Institutos Federais a educação superior, em especial, o ensino das licenciaturas. Nesse aspecto, são objetivos dos Institutos, conforme o artigo 6º da Lei 11.892/2008:

VI - ministrar em nível de educação superior:
b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. (BRASIL, 2008).

O principal motivo para a iniciativa em disponibilizar as licenciaturas nos IFs, conforme Lima e Silva (2011 *apud* Lucena, 2016) está relacionada à escassez de professores no Brasil.

Segundo Moura (2010), citando dados do INEP, no Brasil, as escolas públicas que oferecem ensino fundamental e médio enfrentam um déficit de mais de 235 mil professores, principalmente nas disciplinas de Física, Matemática, Química e Biologia, sendo que, na área de Física, ao compararmos a demanda e o número de docentes formados por ano, podemos concluir que, se mantivermos os números atuais, a demanda somente será suprida em 80 anos. (p. 29).

As licenciaturas são ofertadas preferencialmente em áreas específicas, com o compromisso de atender às demandas das regiões, os Institutos Federais assumem, dessa forma, papel estratégico na formação da docência no país.

As licenciaturas ofertadas contribuem e muito com o desenvolvimento dos sujeitos que não tinham oportunidade de se direcionar aos grandes centros para se formarem, proporcionando a uma grande parcela da sociedade uma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas. (LUSTOSA e SOUZA, 2015, p. 6).

Os Cursos Superiores de Tecnologia (CST) proporcionam aos sujeitos a aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores

profissionais nos quais haja utilização de tecnologias (IFPB/PDI, 2015). São ofertados com cargas horárias mínimas de 1.600, 2.000 ou 2.400 horas, conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST).

Assim, os cursos são oferecidos de acordo com os arranjos produtivos de cada região, proporcionando o desenvolvimento de aptidões para uma efetiva inclusão na vida social e produtiva.

As estruturas multicampi possibilitam aos Institutos Federais a sua vinculação com a região em que estão inseridos, permitindo resposta efetivas aos anseios da comunidade. Dessa maneira, essas estruturas possuem maior mobilidade, pois estão inseridos no cenário local e regional permite a articulação entre a formação do trabalho voltado ao arranjo produtivo, atendendo à vocação da região, gerando maior inserção da mão de obra qualificada e incremento de novos saberes. (PACHECO, 2011, p. 93 *apud* NECKEL e DUNIA, 2016).

Ainda conforme Pacheco (2011), os Institutos Federais têm como uma de suas preocupações, estabelecer o vínculo entre a totalidade e as partes para assim apreender aos objetivos em seu contexto e em sua complexidade.

A figura 3 mostra a abrangência do ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nas modalidades presencial e a distância.

FIGURA 3: ABRANGÊNCIA DO ENSINO NO IFPB



Fonte: Manual do Estudante/Portal IFPB, 2018.

Os cursos ofertados pelo IFPB, conforme a Pró-Reitoria de Ensino (PRE), possuem relação com o desenvolvimento local e regional e observam os arranjos produtivos locais (APLs) e as demandas educacionais, sociais e econômicas de cada região onde os *campi* estão instalados, em todos os níveis de ensino.

Permite ainda a verticalização do ensino, oferecendo oportunidades em todos os níveis de aprendizagem.

São ofertados programas de formação continuada (FIC), Proeja [...], propiciando o prosseguimento de estudos através do ensino técnico de nível médio, do ensino tecnológico de nível superior, de licenciaturas, de Bacharelados, e os estudos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e do Programa Pronatec (IFPB/PDI, 2015, p. 36).

A Educação Técnica considera a carga horária mínima e as competências exigidas para cada área, de acordo com o Decreto nº 7 5.154/2004 e as resoluções CNE/CEB nº 4/99 e nº 1/2005 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e é ofertada nas modalidades integrado e subsequente ao Ensino Médio, nos eixos tecnológicos de:

Construção civil, indústria, informática, meio ambiente, turismo e hospitalidade, saúde e cultura, considerando a carga horária mínima e as competências exigidas para cada área, de acordo com o Decreto n. 5.154/2004 e a Resolução CNE/CEB No 06 de 20 de setembro de 2012 do Conselho Nacional de Educação – CNE (PPC/Telemática 2015)²².

O quadro 2 apresenta a relação dos cursos técnicos oferecidos pelo IFPB nos diversos segmentos da economia e áreas profissionais:

QUADRO 2: CURSOS TÉCNICOS DO IFPB

<i>CAMPUS</i>	<i>CURSO</i>
CABEDELO	Técnico em Meio Ambiente
	Técnico em Multimídia
	Técnico em Química
	Técnico em Recursos Pesqueiros
CABEDELO CENTRO	Técnico em Guia de Turismo
	Técnico em Náutica (experimental)
	Técnico em Pesca
	Técnico em Serviços Jurídicos
	Técnico em Transporte Aquaviário
	Técnico em Edificações

²² Disponível em:

<https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/27/documentos/PPC_Telematica_2017_sK5UVKF.pdf>.

Acesso em: 15 jun. 2018.

CAJAZEIRAS	Técnico em Eletromecânica
	Técnico em Meio Ambiente
	Técnico em Informática
CAMPINA GRANDE	Técnico em Administração (PROEJA)
	Técnico em Edificações
	Técnico em Informática
	Técnico em Mineração
	Técnico em Petróleo e Gás
	Técnico em Química
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	
CATOLÉ DO ROCHA	Técnico em Edificações
ESPERANÇA	Técnico em Informática
GUARABIRA	Técnico em Contabilidade
	Técnico em Edificações
	Técnico em Informática
ITABAIANA	Técnico em Automação Industrial
	Técnico em Eletromecânica
ITAPORANGA	Técnico em Edificações
JOÃO PESSOA	Técnico em Contabilidade
	Técnico em Controle Ambiental
	Técnico em Edificações
	Técnico em Eletrônica
	Técnico em Eletrotécnica
	Técnico em Equipamentos Biométricos
	Técnico em Eventos
	Técnico em Instrumento Musical
	Técnico em Mecânica
Técnico em Secretariado	
MANGABEIRA	Técnico em Cuidados de Idosos
MONTEIRO	Técnico em Edificações
	Técnico em Instrumento Musical
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
PATOS	Técnico em Edificações
	Técnico em Eletrotécnica
	Técnico em Informática
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
PICUÍ	Técnico em Segurança do Trabalho
	Técnico em Edificações
	Técnico em Geologia
	Técnico em Informática
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
PRINCESA	Técnico em Mineração
	Técnico em Controle Ambiental
PRINCESA	Técnico em Meio Ambiente

ISABEL	Técnico em Edificações
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
SANTA RITA	Técnico em Informática
	Técnico em Meio Ambiente
SOUSA	Técnico em Agroindústria
	Técnico em Agropecuária
	Técnico em Meio Ambiente

Fonte: Portal IFPB, 2018. ²³

Os cursos superiores do IFPB (nas modalidades de tecnologias, bacharelados e licenciaturas) integram diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e a tecnologia.

Nas três principais dimensões, Organização Didática Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura, avaliadas para Renovação de Reconhecimento de Curso Superiores pelo Inep/MEC²⁴, pelo qual o IFPB passou entre os meses de julho a agosto de 2017, destaca-se o recebimento dos conceitos 4 (quatro) e 5 (cinco) nos resultados para três cursos superiores: nota 4 (quatro) para os cursos de Sistemas para Internet (*Campus* João Pessoa) e Telemática (*Campus* Campina Grande) e nota máxima 5 (cinco) para o curso de Telecomunicações do *Campus* João Pessoa.

Conforme o Portal do IFPB, ainda no mesmo ano de 2017, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba passou por outras oito avaliações, tendo dois cursos alcançado a nota mais alta, 5 (cinco), e os demais alcançado o conceito 4 (quatro).

“Nos relatórios dos avaliadores, destaca-se o elogio não só à equipe acadêmica dos cursos, mas a toda a estrutura pedagógica colocada à disposição dos graduandos. A qualidade dos laboratórios, dos materiais adquiridos, do acervo bibliográfico, também ressaltou aos olhos dos examinadores”²⁵.

A lista dos cursos superiores ofertados pelo IFPB é apresentada no quadro 3.

²³ Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

²⁴ Inep/MEC: O Inep conduz todo o sistema de avaliação de cursos superiores no país, produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, como garante transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda sociedade.

²⁵ Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/noticias/2017/08/ensino-superior-do-ifpb-alcanca-pontuacao-maxima>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

QUADRO 3: CURSOS SUPERIORES DO IFPB

CAMPUS	CURSO
CABEDELO	Licenciatura em Ciências Biológicas
	Tecnologia em Design Gráfico
CAJAZEIRAS	Engenharia Civil
	Licenciatura em Informática e Computação EaD
	Licenciatura em Matemática
	Tecnologia em Automação Industrial
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema
CAMPINA GRANDE	Engenharia da Computação
	Licenciatura em Física
	Licenciatura em Matemática
	Tecnologia em Telemática
	Tecnologia em Construção de Edifícios
GUARABIRA	Tecnologia em Gestão Comercial
JOÃO PESSOA	Bacharelado em Administração
	Bacharelado em Administração Pública EaD
	Engenharia Elétrica
	Licenciatura em Letras EaD
	Licenciatura em Química
	Tecnologia em Automação Industrial
	Tecnologia em Construção de Edifícios
	Tecnologia em Design de Interiores
	Tecnologia em Geoprocessamento
	Tecnologia em Gestão Ambiental
	Tecnologia em Negócios Imobiliários
	Tecnologia em Redes de Computadores
	Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Tecnologia em Sistemas para Internet	
MONTEIRO	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema
	Tecnologia em Construção de Edifícios
PATOS	Tecnologia em Segurança do Trabalho
PICUÍ	Tecnologia em Agroecologia
PRINCESA ISABEL	Tecnologia em Gestão Ambiental
SOUSA	Bacharelado em Medicina Veterinária
	Licenciatura em Educação Física
	Licenciatura em Educação Física - PARFOR
	Licenciatura em Química
	Tecnologia em Alimentos
	Tecnologia em Agroecologia

Fonte: Portal IFPB, 2018.

Na pós-graduação, o IFPB oferta especializações e mestrados. São seis cursos de especializações, sendo cinco presenciais e um à distância, com cargas-horárias de 390h a 510h a depender da especificidade dos cursos. O quadro 4 relaciona as especializações oferecidas.

QUADRO 4: ESPECIALIZAÇÕES DO IFPB

<i>CAMPUS</i>	<i>CURSO</i>
CAJAZEIRAS	Matemática
JOÃO PESSOA	Gestão Pública (EAD)
MONTEIRO	Desenvolvimento e Meio Ambiente
PATOS	Higiene Ocupacional
PICUÍ	Gestão de Recursos Ambientais do Semiárido
PRINCESA ISABEL	Curso de Especialização em Gestão Ambiental de Municípios

Fonte: Portal IFPB, 2018.

Além do descrito acima, o IFPB oferta ainda três mestrados, sendo um presencial e dois à distância, funcionando como polo educacional.

O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPGEE) é ofertado pelo *campus* João Pessoa, tendo suas atividades iniciadas em 2012 e tem nota 3 (três) no conceito Capes.

O Programa tem por objetivo formar pesquisadores, para os setores privado e público, docentes e outros profissionais de alto nível nas áreas de atuação da Engenharia Elétrica, especialmente para o desenvolvimento de atividades ligadas à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico, e à docência, além de contribuir para a evolução humana na ciência, tecnologia e cultura, especialmente nas questões de interesse nacional (PORTAL IFPB, 2018).

A Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEP) tem o polo localizado no *campus* João Pessoa e possui o conceito 3 (três).

Já o Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), com polo no *campus* Campina Grande, é a mais recente pós-graduação oferecida pelo IFPB, tendo a primeira turma no semestre de 2018.2.

É dedicado ao aprimoramento da formação profissional para atuar nas competências dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e nos Ambientes Promotores de Inovação nos diversos setores acadêmico, empresarial, governamental, organizações sociais, etc (PORTAL IFPB, 2018).

Assim, com o propósito de potencializar o conhecimento científico e tecnológico, o IFPB, com os grupos de pesquisa constituídos pelos discentes, professores e técnicos administrativos, promove atividades de pesquisa que são difundidas e democratizadas com a sociedade através da produção científica, produtos e processos tecnológicos.

2.2.2 Pesquisa

De acordo com a Lei 11.892/2008, Seção II, Art. 6º, parágrafo VIII, uma das finalidades e características dos Institutos Federais é “**realizar e estimular a Pesquisa aplicada**, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (grifo nosso).

Os Institutos Federais tornam-se ambiente singular para a disseminação do conhecimento científico e tecnológico gerando inovação por meio da pesquisa aplicada objetivando atender as várias demandas dos arranjos produtivos locais das regiões em que estão inseridos gerando o desenvolvimento local (OLIVEIRA, 2011, p. 4).

O desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o incremento de inovação são aspectos primordiais para o desenvolvimento das instituições e sociedade pois,

a pesquisa científica age como semeadora de saberes, estimulando descobertas e mudanças no contexto social e intelectual de uma realidade (SILVA, SILVA e SANTOS-ROCHA, 2013 *apud* PERUCCHI e MUELLER, 2015).

De acordo com Peruchi e Garcia (2012), “É profunda a interdependência entre os processos educativos e as atividades de produção e disseminação dos conhecimentos que podem resultar em produção tecnológica” (p.54). Destarte, os Institutos Federais estão mobilizados em função do pleno desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, da inovação e da pós-graduação, uma vez que

O desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas e a inovação são de fundamental importância para uma instituição de ensino profissionalizante. Construir e difundir conhecimentos, apoiar tecnologicamente o setor produtivo, promover a iniciação científica junto aos discentes, fazer a realimentação curricular dos cursos, obter recursos para a instituição e promover a oferta de cursos e programas de pós-graduação, num plano geral, para a sociedade, bem como, num plano específico, para

servidores do IFPB, são algumas das razões que justificam tal importância (IFPB/PDI, 2015, p. 85).

A Pesquisa é conceituada no artigo 1º da Resolução 134, de 2 de outubro de 2015, que dispõe sobre a regulamentação das atividades de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba como sendo,

eixo que constitui a tríade indissociável com o Ensino e a Extensão, é concebida como fonte de desenvolvimento social, científico e tecnológico, cujas conquistas devem ser estendidas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral (p.2).

Dessa forma, o IFPB procura desenvolver a pesquisa científica e tecnológica em todas as modalidades de ensino.

Embora se associe, naturalmente, a pesquisa científica e tecnológica aos cursos superiores ou aos programas de Pós-graduação, ela pode ser desenvolvida em todas as modalidades de ensino do IFPB, como já vem sendo realizada: Ensino Médio, Ensino Técnico, Ensino de Graduação (Tecnológico, Bacharelado e Licenciatura) e Ensino de Pós-Graduação (*lato sensu e stricto sensu*). O foco da pesquisa e da inovação para cada uma dessas modalidades de ensino, a partir do envolvimento conjunto delas no esforço da pesquisa e da inovação, é fundamental para a efetiva expansão e integração desse eixo no cotidiano da instituição (IFPB/PDI, 2015, p. 86).

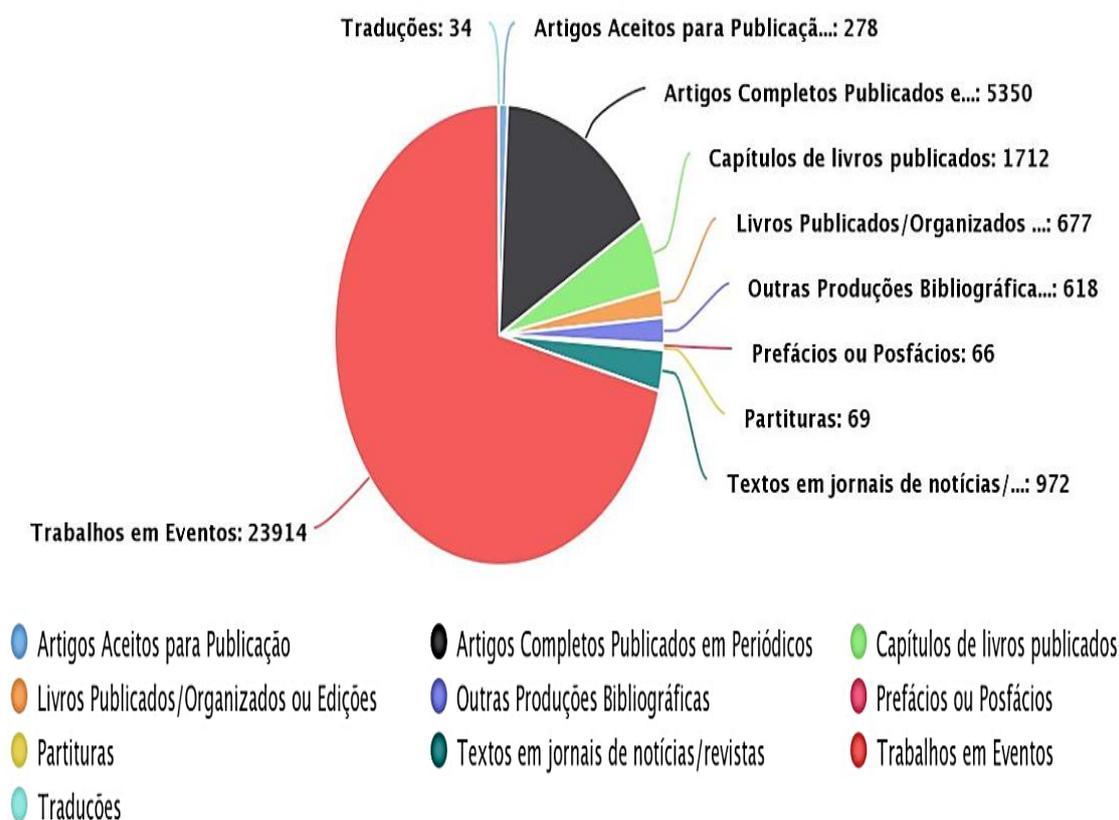
Conforme Perucchi e Garcia (2012), um dos indicadores primordiais para a medida da atividade de pesquisa de uma instituição é a contabilização do número de artigos/trabalhos científicos publicados e o impacto desses entre os pares. Esses autores ainda destacam que:

Para a pesquisa ser classificada como científica ou tecnológica, independentemente da área de conhecimento, é necessário que exerça função social, isto é, contribua para a sociedade, portanto, torna-se indispensável que seja divulgada. Pois na divulgação se provê o registro acumulado do conhecimento científico atestado e servindo para futuros estudos (p. 244).

Nessa perspectiva, a Pesquisa no Instituto Federal da Paraíba é concebida como elemento estratégico, visando à contribuição do desenvolvimento da instituição em conjunto com o Ensino e a Extensão.

Segue gráfico demonstrativo das publicações bibliográficas do IFPB, conforme dados do Portal da Transparência.

GRÁFICO 5: PUBLICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DO IFPB



Fonte: Portal da Transparência do IFPB, 2018.

Destaca-se que o IFPB é o primeiro entre os Institutos Federais no *ranking* de Patentes de Invenção, conforme relatório do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) divulgado em junho de 2018.

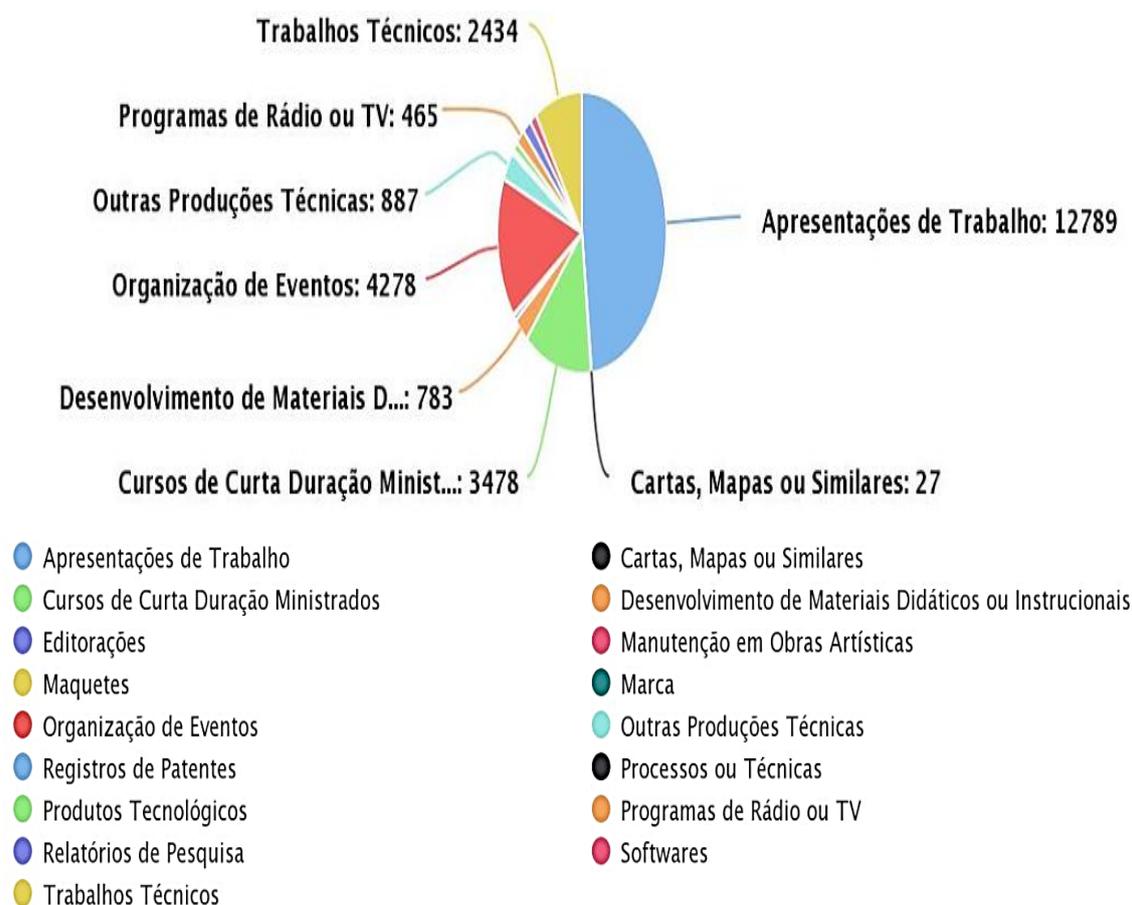
No ranking dos 50 maiores depositantes residentes no Brasil, o IFPB está em 22º lugar. Entre as patentes registradas estão as contribuições em invenções de estudantes, professores e técnicos.

O IFPB tem 33 patentes depositadas, 30 programas de computador registrados e 5 marcas registradas.

Entre os *campi* com maior número de patentes, estão João Pessoa, Sousa, Campina Grande e Cabedelo. Há patentes que foram desenvolvidos em colaboração entre os *campi* e também em parceria com outras instituições de ensino²⁶.

As publicações técnicas do Instituto Federal da Paraíba estão evidenciadas no gráfico abaixo:

²⁶ Disponível em: < <http://www.ifpb.edu.br/noticias/2018/06/ifpb-e-o-primeiro-entre-os-institutos-federais-no-ranking-de-patentes-de-invencao>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

GRÁFICO 6: PUBLICAÇÕES TÉCNICAS DO IFPB

Fonte: Portal da Transparência do IFPB, 2018.

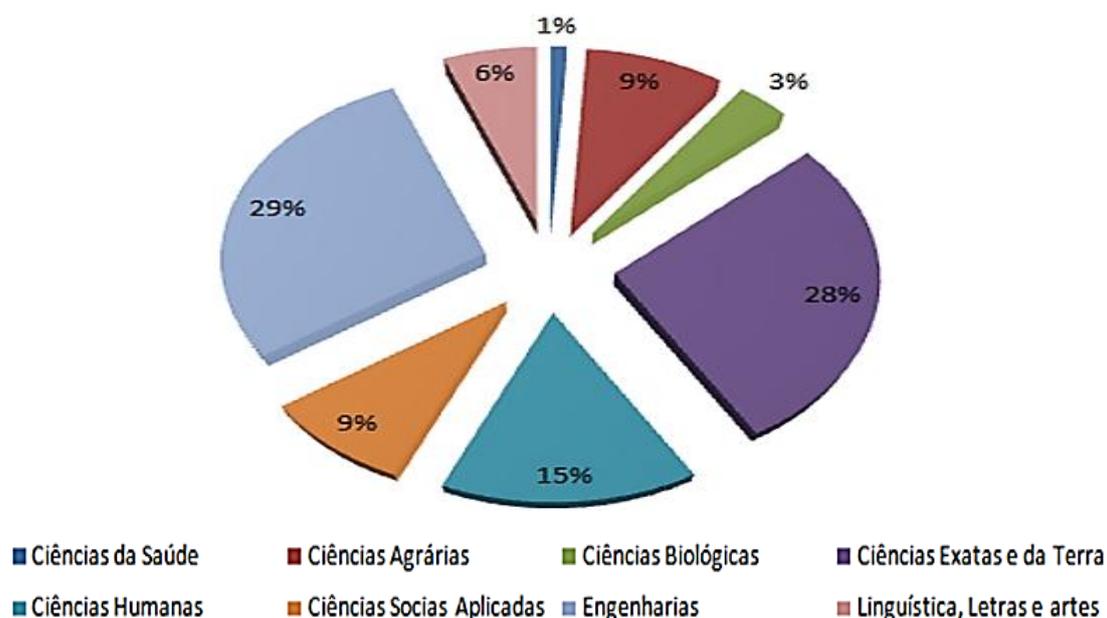
Observa-se a Pesquisa sendo sistematizada através de programas que agrupam projetos nas mais diversas áreas do conhecimento.

O IFPB, com os grupos de pesquisa constituídos por professores e técnicos administrativos integrantes do quadro permanente de pessoal, promove atividades de pesquisa com o intuito de potencializar o conhecimento científico e tecnológico (PERUCCHI e GARCIA, 2011, p. 245).

Nesse aspecto, o IFPB possui diversos grupos de Pesquisa registrados no Diretório de Grupos de pesquisa do CNPq. Esses grupos consolidam uma estratégia para o desenvolvimento e concretização da pesquisa institucional, qualificando o atendimento às demandas dos diversos segmentos da sociedade.

A seguir, apresenta-se o percentual dos grupos de Pesquisa distribuídos por áreas:

GRÁFICO 7: PERCENTUAL POR ÁREA DOS GRUPOS DE PESQUISA CNPQ



Fonte: Portal IFPB, 2018.

Conforme o Portal do IFPB²⁷, até janeiro de 2018 estão registrados 175 grupos de Pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, envolvendo grande parte de seu corpo docente, estudantes de graduação e pós-graduação e corpo técnico especializado.

Assim, com o propósito de se fazer a articulação entre o saber da ciência e tecnologia e a realidade social, econômica, cultural e ambiental da região, o IFPB desenvolve também atividades de Extensão e Cultura, na perspectiva do desenvolvimento local e regional.

E, como nosso estudo tem o objetivo geral de investigar a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional, a partir de suas ações de Extensão e Cultura, no tópico seguinte será abordado a Extensão, enfatizando não só aspectos ligados aos Institutos Federais, mas, sobretudo, pontos acerca de conceitos, finalidades e áreas temáticas para o desenvolvimento das ações extensionistas.

²⁷ Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/prpipg/pesquisa/grupos-de-pesquisa>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

2.2.3 Extensão

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), espaço importante para as discussões sobre os caminhos da Extensão para as IES, traz o conceito de Extensão universitária, definição gerada no I Encontro de Pró-Reitores, em 1987, ainda vigente nos dias atuais:

O processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. [...] a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2006, p. 21).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394, de 1996, apresenta a Extensão como uma troca de saberes e difusão do conhecimento.

No art. 43, inciso 7 da mencionada Lei, está apontada que uma das finalidades da educação superior é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Assim sendo, a Extensão apresenta-se como prática acadêmica, ligando o Ensino e a Pesquisa com as demandas dos diversos segmentos da sociedade, promovendo uma relação entre os saberes da academia e da sociedade. E, nesse entendimento, Sangenis (2012, p. 31) diz que a “finalidade da Extensão universitária é a de servir de instrumento de política social com o objetivo de superação das desigualdades sociais existentes”.

Destarte, a Extensão apresenta muitas formas de realização, Cananéa (2011) pontua algumas atividades em sua definição:

Atividade que faz a integração entre universidade e a comunidade, seja como prestadora de serviços, captadora de recursos financeiros, articuladora dos trabalhos de assistência à saúde, de informações, projetos e cursos sobre educação básica e de difusão cultural, de prática de propostas de cursos na área de meio ambiente e repasse de informações tecnológicas (p. 114).

Nessa visão, a Universidade pode apresentar-se com a função de prestar um serviço à sociedade. Santos (200-?) corrobora com o mesmo entendimento, no entanto salienta que “o apoio deve ser solidário na resolução de problemas da exclusão e da discriminação social” para se evitar orientações para atividades rentáveis.

A extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; setor público; o setor privado. (SANTOS, [200-?], p. 54).

Nesse sentido, as IES propagam seus conhecimentos em parceria com outros atores sociais. Assim, as atividades de Extensão devem cumprir a função social, cultural e econômica, difundindo a ciência e a tecnologia, tendo a população como principal interlocutor, articulando o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável em busca da viabilização da relação transformadora entre as IES's e a sociedade.

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino (SANTOS, 1995 *apud* VIEGAS, MARQUES e CAFAZEIRO, 2017).

A Lei 11.892/2008 em seu artigo 6º, inciso VII estabelece como uma das finalidades e características dos Institutos Federais: “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica”.

E no Art. 7º, a mesma Lei traz como um dos objetivos dos IFs:

Inciso IV: desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008, art. 7).

Assim sendo, a Extensão profissional, científica e tecnológica é definida pelo Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT) como sendo:

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento sócio-econômico sustentável local e regional (FORPROEXT, 2013, p. 16).

A Extensão para a RFEPCT é considerada uma atividade fim, concebida como *práxis* que interliga os saberes produzidos e experiências acadêmicas aos diversos segmentos sociais, tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional.

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais (FORPROEXT, 2015, p. 13).

Conforme o FORPROEXT (2015), as áreas temáticas para o desenvolvimento da política de Extensão da RFEPCT seguem a sistematização realizada pela Rede Nacional de Extensão das Instituições de Ensino Superior e são as seguintes: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho. Já as ações de Extensão são classificadas em programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços.

As políticas de Extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba são compreendidas como:

O exercício da integração entre a educação profissional, tecnológica e popular em articulação com o mundo do trabalho e com a sociedade, sobretudo, na produção, na apropriação e na troca de conhecimentos, tecnologias e saberes variados (IFPB/PDI, 2015, p. 92).

A Extensão, dessa forma, está baseada em um processo interdisciplinar, cultural, educativo, científico e político, atuando sobre os problemas suscitados não apenas pelas necessidades econômicas, mas, sobretudo pelos ambientais, sociais e culturais, considerando as singularidades de cada região.

No tempo presente é a Extensão que se destaca enquanto possibilidade de atribuir aos institutos uma participação crítica e dialógica de integração social e territorial, de aprofundamento da democracia, de combate à exclusão social, à fome e à miséria, de defesa do meio ambiente e da diversidade cultural e regional (IFPB/PDI, 2015, p. 92).

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB (PROEXC) atua em diferentes linhas de trabalho político e institucional, fundamentando-se sempre no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como no Planejamento Estratégico (PLANEDE) do Instituto e, conforme o Relatório de Gestão Anual (2017)²⁸, as linhas de trabalho servem para:

²⁸ Disponível em: < <http://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ifpb-relatorio-de-gestao-2017.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

- 1) consolidação do papel político da Extensão com a efetiva construção de processos institucionais relativos à “Regimentuinte” – na criação regimental da Diretoria de Extensão Tecnológica, Diretoria de Educação Popular e Rural e Diretoria de Cultura;
- 2) consolidação de processos pedagógicos e epistemológicos com o fortalecimento da política dos coletivos comunitários e acadêmicos de trabalhos no âmbito dos “territórios” – os Núcleos de Extensão (2017, p. 118).

A partir de diversos programas, como o Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura (PROBEXC); Programa Integrador Escola Comunidade (PIEC); Programa Institucional de Apoio a Eventos de Extensão e Cultura (PROEVEXC); Cultura em Rede; entre outros, o IFPB, almeja contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores econômicos, populares, sociais e culturais da sociedade.

Os Institutos Federais, assim, procuram estabelecer uma interação mais direta junto à sociedade, a partir do diagnóstico da realidade das regiões aos quais estão inseridos, buscando responder as necessidades dessas comunidades.

O Relatório de Gestão: Ações 2014-2018²⁹ do IFPB apresenta o quantitativo de programas e projetos de Extensão de 2014 a 2016, conforme quadro 5.

Entende-se como Projeto de Extensão o conjunto de atividades processuais contínuas (mínimo de três meses), de caráter educativo, cultural, político, social ou tecnológico com objetivos específicos, prazo determinado e integrado a atividades de Pesquisa e de Ensino que pode ser vinculado ou não a um Programa (Edital 001/2018 - PROBEXC PROJETO).

Já os Programas de Extensão são “um conjunto de projetos e outras ações de Extensão integradas às atividades de pesquisa e de ensino” (EDITAL009/2018 - PIEC).

QUADRO 5: PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFPB DE 2014 A 2016

Ano	Propostas	Aprovadas	Bolsistas			Voluntários
			Servidores	Discentes	Nº Total	
2014	241	75	73	78	151	137
2015	224	112	103	109	212	242
2016	267	122	119	116	235	486

Fonte: Relatório de Gestão: Ações 2014-2018 (2018, p. 37).

O fortalecimento da política de Extensão institucional refletido no quadro 5, dá-se, conforme o Relatório citado acima, pela formação dos Núcleos de Extensão e da

²⁹ Disponível em: <<http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/224>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

criação de espaços relacionais para a caracterização de demandas sociais, como também da concretização da Câmara de Extensão e Cultura do IFPB, que promove discussões com o objetivo de consolidar um espaço para que as demandas sociais possam se tornar visíveis para a comunidade dos *campi*.

Destarte, a Extensão para os Institutos Federais tem o papel de estreitar o diálogo com a sociedade, observando as demandas e procurando contribuir na solução de problemas existentes. E, nesse mesmo sentido, Chiarello (2015) apresenta o entendimento da aplicação da Extensão para a construção de uma estreita relação com a comunidade:

É, portanto, pela via de extensão que o ensino e a pesquisa têm sua aplicação para a solução de problemas de uma determinada região geográfica. É a extensão a forma mais viva e eficaz que permite a avaliação dos produtos objetivos mensuráveis da universidade: a pesquisa e o ensino (CHIARELLO, 2015, p. 246).

Além disso, verifica-se a importância da Extensão como espaço de inclusão social, sendo caracterizada como:

“via de duas mãos, em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos como retroalimentação: suas reais necessidades, seus anseios e suas aspirações, aprendendo assim com o saber dessas comunidades” (CARNEIRO 1985 *apud* SANTOS, 2019).

Pela nossa percepção, a Extensão, além das funções apresentadas, também exerce um papel imprescindível para a formação do aluno, para o aprimoramento dos professores e para a troca de saberes com a comunidade, contribuindo para a composição de um projeto político-pedagógico capaz de promover um debate entre a teoria e a prática, tornando possível a comunicação do meio acadêmico com as questões sociais do ambiente. Os membros envolvidos nas ações extensionistas podem contribuir como agentes transformadores para o Desenvolvimento Regional, influenciando nas relações econômicas, políticas e socioculturais das regiões aos quais estão inseridos.

Assim sendo, no próximo capítulo vamos abordar acerca da temática de Desenvolvimento Regional, evidenciando o estabelecimento de conhecimento a sociedade (discentes, docentes e comunidade externa), ocasionado pelas atividades finalísticas de uma instituição de ensino e aqui em particular o IFPB.

3 OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no artigo 6º, parágrafo I evidencia o propósito dos Institutos em qualificar os cidadãos com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Desse modo, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia buscam a consolidação de uma política pública que esteja comprometida com o social no sentido de não formar ou qualificar apenas para o mercado de trabalho, mas de auxiliar no combate às desigualdades, proporcionando oportunidades de acesso, contribuindo assim para o desenvolvimento local e regional (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010).

A própria organização e estruturação dos IF's contribuem com a proposta de desenvolvimento local e regional e ressaltam o seu compromisso social, uma vez que possuem uma estrutura multicampi, o que permite atuar nas regiões identificando problemas e buscando soluções (PACHECO, 2011).

Nesse sentido, o documento do MEC que trata da concepção e diretrizes dos Institutos Federais de Educação destaca:

O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. No local e no regional, concentra-se o universal, pois nada no mundo seria em essência puramente local ou global. A interferência no local propicia alteração na esfera maior. Eis por que o desenvolvimento local e regional deve vir no bojo do conjunto de políticas públicas que transpassam determinada região e não como única agência desse processo de desenvolvimento. (BRASIL, 2010a, p.21.)

O trecho supracitado evidencia a questão da territorialidade deixando claro que a formação deve ter relação com o território ao qual pertence o sujeito em formação o que é um ponto positivo perante políticas que partem do global sem tomar como referência o local e suas especificidades. Assim sendo, o que se propõe é uma formação contextualizada, que possibilite intervir na sociedade, transformando-a, provocando mudanças significativas na qualidade de vida (PACHECO, 2011).

De acordo com Borges (2015),

Há uma orientação da oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (p.51).

Destarte, a Educação Profissional e Tecnológica afirma-se como política pública para o desenvolvimento das regiões:

Por outro lado, tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais (BRASIL, 2010a, p.7).

[...] política pública estabelece-se no compromisso de pensar o todo enquanto aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras) (*ibidem*, p.19).

Nesse contexto, desenvolvimento deve significar, conforme Franco (1998 *apud* Chiarello, 2015), melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável).

A esse respeito, cumpre ressaltar que, na declaração de Valores do IFPB é contemplado o desenvolvimento humano e o compromisso social e ambiental:

Valores:

Ética – Requisito básico orientador das ações institucionais;

Desenvolvimento Humano – Fomentar o desenvolvimento humano, buscando sua integração à sociedade por meio do exercício da cidadania, promovendo o seu bem-estar social;

Inovação – Buscar soluções para as demandas apresentadas;

Qualidade e Excelência – Promover a melhoria contínua dos serviços prestados;

Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de publicização das ações da gestão, aproximando a administração da comunidade;

Respeito – Ter atenção com alunos, servidores e público em geral;

Compromisso Social e Ambiental – Participa efetivamente das ações sociais e ambientais, cumprindo seu papel social de agente transformador da sociedade e promotor da sustentabilidade (IFPB/PDI, 2015, p. 14).

Evidencia-se, por conseguinte, que nos Institutos Federais o desenvolvimento de suas atividades está alinhado às políticas e ações das demandas sociais, locais e regionais, representando uma “estratégia de ação política de transformação social” (BRASIL, 2010a, p.19). Nessa perspectiva, se buscará, através dessa pesquisa empírica,

a análise da contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional, a partir de suas ações de Extensão e Cultura.

3.1 Sustentabilidade: um caminho para o Desenvolvimento Regional

Na década de 70, começaram a surgir, veiculados em documentos oficiais e de trabalhos científicos, sérios alertas que anunciavam a insustentabilidade do desenvolvimento planetário (FRANCO, 2001). Eram movimentos que estavam organizados em torno da discussão de problemas para minimizar impactos ambientais negativos, inclusive os decorrentes de atividades econômicas.

Em 1972, o Clube de Roma - formado a partir de reuniões em Roma de um grupo de 30 especialistas de várias áreas, liderados pelo industrial Arilo Peccei, – publica o relatório *The limits of growth* (Os Limites do Crescimento), denunciando a busca incessante do crescimento da sociedade a qualquer custo, alertando a humanidade para a necessidade maior de controle quanto aos seus modos de desenvolvimento³⁰.

De 5 a 16 de junho de 1972, realizou-se a 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, das Nações Unidas, em Estocolmo, na Suécia. Nesse evento, foi gerada a Declaração sobre o Ambiente Humano, que procurava atender a necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns como fonte de inspiração e orientação à humanidade, para preservação e melhoria do ambiente humano.

A preocupação com o meio ambiente e os impactos do modelo de desenvolvimento para o futuro do planeta está na origem da decisão da ONU de promover a I Conferência sobre o Meio Ambiente Humano (SCOTTO, CARVALHO e GUIMARÃES, 2010, p.20).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (criado também em 1972) surgiu como resultado da Conferência em Estocolmo, com o objetivo de catalisar as atividades de proteção ambiental dentro do sistema das Nações Unidas, sendo criado também o Fundo Voluntário para Meio Ambiente, que conta com a colaboração de organismos de âmbito regional e internacional, sendo gerido pelo PNUMA (FRANCO, 2001).

³⁰ Disponível em:< <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/o-clube-de-roma-1972/20122>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

Também, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, em 1975, a UNESCO promove, em Belgrado, na Iugoslávia, um encontro internacional em Educação Ambiental (EA), formulando os princípios e orientações para um programa internacional de EA, além da elaboração da Carta de Belgrado, documento de grande importância para a evolução do ambientalismo.

Após dois anos, na cidade de Tbilisi, Geórgia, ex-URSS, realiza-se a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com colaboração do PNUMA. A Conferência de Tbilisi, como ficou conhecida, foi de fundamental importância para a elaboração de um programa internacional de EA, definindo suas características, objetivos e estratégias.

No início da década de 1980 a Organização das Nações Unidas (ONU) formou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland. Em 1987, a Comissão publicou um relatório intitulado *Our Common Future* - Nosso Futuro Comum - ou Relatório Brundtland (SCOTTO, CARVALHO e GUIMARÃES, 2010).

Esse relatório contém a definição do desenvolvimento sustentável **“como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas necessidades”** e enfoca preocupações, desafios e esforços comuns como: busca do desenvolvimento sustentável, o papel da economia internacional, população, segurança alimentar, energia, indústria, desafio urbano e mudança institucional (DIAS, 2003).

O conceito de desenvolvimento sustentável nasce na esteira crítica ao desenvolvimento. [...] a ideia de desenvolvimento e as promessas de melhoria social e superação da pobreza que esta encerrava foram duramente criticadas, seja por sua inviabilidade, pelos negativos efeitos ambientais, ou ainda pela pequena capacidade de generalizar os benefícios gerados pelo crescimento (SCOTTO, CARVALHO E GUIMARÃES 2010, p.27).

Com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, estavam colocadas as expectativas de uma reformulação de um novo ideário para o desenvolvimento, passando a existir um discurso cada vez mais articulado, visando o objetivo de condicionar a busca de um novo modelo de desenvolvimento aliado à noção de conservação do meio ambiente (SEIFFERT, 2005).

É, portanto, “a fronteira de um duplo imperativo ético: a solidariedade sincrônica com a geração atual e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (SACHS, 2009, p.67). Conforme ainda o citado autor, a dinâmica econômica deverá ser pautada na perenidade dos recursos, que seria a habilidade de transformar os elementos ambientais em recursos sem provocar a destruição do capital da natureza.

Em 1992, a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, ficando conhecida como Cúpula da Terra, Eco 92 ou Rio 92. A contribuição dessa Conferência gerou, entre muitos resultados, a Agenda 21 e o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi firmado nesse documento, “o primeiro documento de compromisso internacional voltado ao horizonte de longo prazo, segundo princípios de sustentabilidade ambiental” (NASCIMENTO e VIANA, 2006, p. 60).

A Agenda 21 brasileira veio com o objetivo de propor uma mudança, de forma significativa, nas modalidades de consumo da indústria, dos governos, das famílias e dos indivíduos.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado através da proteção do meio ambiente, entendido como parte integrante do processo de desenvolvimento.

Segundo o PNUMA, são nove os princípios para um Desenvolvimento Sustentável:

1. Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;
2. Melhorar a qualidade de vida humana;
3. Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra;
4. Minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis;
5. Permanecer nos limites de capacidade de suporte do Planeta Terra;
6. Modificar atitudes e práticas pessoais;
7. Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente;
8. Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação;
9. Constituir uma aliança global (RITTER, 2003, p.3).

Esses princípios devem ser entendidos como metas prioritárias para um desenvolvimento em seu sentido mais amplo, promovendo a harmonia entre a humanidade e a natureza, objetivando o alcance dos direitos plenos de cidadania para toda a população.

Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico para o apoio do desenvolvimento sustentável. É imperativo frisar a participação

das universidades, de movimentos sociais, constituídos na forma de Organizações Não-Governamentais (ONGs), na busca por melhores condições de vida associadas à preservação do meio ambiente e a uma condução da economia adequada a tais exigências.

A formulação do conceito de desenvolvimento sustentável implica o reconhecimento de que as forças de mercado abandonadas a sua livre dinâmica não venham a contribuir para a destruição dos recursos naturais e do ambiente como um todo. Assim, deve-se almejar o desenvolvimento sustentável como uma nova forma de produção, sem trazer prejuízos ao meio ambiente e à sociedade em geral.

3.2 Desenvolvimento Regional

No ano de 2007, através do Decreto nº 6.047 de 22 de fevereiro, o Governo Federal brasileiro instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional (BRASIL, 2007, Art 1º).

Com a PNDR, propõe-se a formação de um arranjo institucional, promovendo a articulação com os setores públicos e privados, na execução de projetos, convergentes com a sustentabilidade ambiental, revertendo as desigualdades regionais e explorando os potenciais endógenos da diversa base regional brasileira (COÊLHO, 2017).

Dessa forma, o governo tem buscado medidas para estimular o desenvolvimento de comunidades locais e, nesse sentido, o estreitamento com o território é um dos objetivos elencados pelo MEC que justifica a importância da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

O fortalecimento da Rede Federal propõe uma articulação da Educação Profissional, Científica e Tecnológica com as políticas de desenvolvimento nacional e regional e, assim, a educação associa-se aos objetivos estratégicos de um projeto de desenvolvimento:

A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido

de autonomia, bem como a autoconfiança e a autoestima. É claro que tem um valor instrumental com respeito à empregabilidade. Porém, a educação é condição necessária, mas não suficiente, para se ter acesso a um trabalho decente. Deve vir junto com um pacote de políticas de desenvolvimento, [...] (SACHS, 2004, p. 40).

Um dos desafios da educação, devido à sua aproximação com o mundo da produção, da ciência e da tecnologia e à necessidade de formar para o trabalho, é a integração ao desenvolvimento social e econômico da sociedade, pois “a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento” (FURTADO, 1981, p. 16).

Nesse contexto, o desenvolvimento pode ser caracterizado como sendo um projeto social: “o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente” (FURTADO, 2004, p. 484).

As estratégias de desenvolvimento podem se apoiar em diferentes conexões e interesses, acomodando relações determinantes de orientação global ou local. Santos (1988 *apud* Silva e Teixeira, 2013) diz que há duas formas de desenvolvimento definidas “como lógica exógena e lógica endógena: a primeira situada no âmbito dos interesses corporativos globais, transacionais e a segunda, no âmbito da identidade, do fato e do sentimento de pertencer à região e local que nos pertence”.

As ações para o desenvolvimento podem ser construídas de forma exógena ou endógena, sendo exógenas aquelas que são impostas para a população, enquanto que as endógenas são as construídas em conjunto com a sociedade (OLIVEIRA [2007?], p. 9).

Assim, no sentido do fortalecimento das características locais e regionais, e, por conseguinte, do fortalecimento do capital humano e social, acontece o desenvolvimento endógeno que:

[...] pode ser entendido como um processo de crescimento econômico, implicando numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. (OLIVEIRA [2007?], p. 7).

A Teoria do Desenvolvimento Endógeno considera, conforme entendimento de Araújo (2014):

[...] que o desenvolvimento está relacionado à utilização, execução e valorização de recursos locais e à capacidade de controle do processo de acumulação, possibilitando a geração de rendimentos crescentes, por meio do uso de recursos disponíveis e da introdução de inovações, garantindo criação de riqueza e melhoria do bem-estar (*ibidem*, p. 106).

Assim, o desenvolvimento está relacionado a uma mudança estrutural da região, em uma política de “Desenvolvimento Regional que dê suporte aos avanços sociais e seja capaz de fomentar a diversidade de recursos humanos, culturais e produtivos existentes nas regiões brasileiras” (MONTEIRO NETO, 2013, p. 124).

Não se almeja, dessa forma, apenas um desenvolvimento econômico, mas algo que inclua também o social, o ambiental, cultural, dentre outras dimensões. E, nessa compreensão, “Desenvolvimento Regional, em sentido literal, significa desenvolvimento das regiões. Compreende, assim, todas as dimensões relevantes do desenvolvimento de uma região ou de um conjunto de regiões” (GALVÃO, 2013, p. 60).

Destarte, de acordo com a normativa criadora dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei 11.892/2008), eles têm, em âmbito geral, o objetivo de fomentar o desenvolvimento das regiões aos quais estão inseridos, além da transferência de inovação e de soluções técnicas e/ou tecnológicas às demandas da sociedade.

Todavia, apesar do entendimento da função dos Institutos Federais, como consequência da política de expansão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que implicou no aumento da oferta de vagas na Rede, ainda há muito que se pesquisar acerca das externalidades geradas pelos IFs para as regiões nos quais estão inseridos.

E, nesse sentido, esse estudo pretende investigar a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional, a partir de suas ações de Extensão e Cultura.

Um ponto oportuno para essa investigação pode ser através das contribuições do trabalho de Mille (2004 *apud* Diniz e Vieira, 2015) que, por meio da revisão de pesquisas, sistematizou alguns impactos regionais, frutos da presença e das atividades das Instituições de Ensino Superior (IES) em suas respectivas regiões. As citadas

contribuições podem ser verificadas/utilizadas para a realidade dos Institutos Federais por serem também considerados como Instituições de Educação Superior:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008, Art. 2).

Assim, os impactos regionais podem ser agrupados em duas categorias:

a) Impactos de Gastos ou Ligações a Montante: referem-se aos efeitos sobre a renda e o emprego locais gerados tanto pelas despesas de investimento realizadas pela IES quanto pelo dispêndio em consumo efetuado por alunos, servidores e professores;

b) Impactos do Conhecimento Acadêmico ou Ligações a Jusante: referem-se aos benefícios derivados das atividades finalísticas da IES, particularmente os transbordamentos para a economia local, ocasionados pela geração e difusão do conhecimento e pela qualificação técnica e acadêmica dos recursos humanos. Ou seja, relacionam-se aos *outputs* das atividades da IES: além da produção de conhecimento científico e tecnológico, e a formação e qualificação de recursos humanos, a prestação de serviços de consultoria e a realização de pesquisas mediante parcerias com setores externos à instituição (DINIZ & VIEIRA, 2015, p. 103).

Os Impactos de Gastos ou Ligações a Montante podem, conforme Goddard e Chatterton (1999 *apud* Diniz e Vieira, 2015), provocar efeitos classificados como passivos, uma vez que implicam em consequências automáticas e presumíveis da presença da instituição de educação na região.

Para Vieira (2017), os Impactos de Gastos ou Ligações a Montante são “dispêndios” que geram “encadeamentos para trás” e de “curto prazo”, influenciando a demanda efetiva local, com desdobramentos para governos, empresas e famílias, sendo associados aos níveis oscilantes do poder de compra das instituições de ensino e de sua comunidade.

As famílias seriam afetadas por meio de efeitos diretos e induzidos sobre a renda e o emprego. Em relação ao governo, os impactos seriam contraditórios: ao mesmo tempo em que poderiam estimular a arrecadação tributária, pressionariam o orçamento em razão da maior demanda por infraestrutura e serviços públicos. As empresas, por sua vez, tenderiam a ser beneficiadas pela expansão da demanda de bens e serviços, mas, em contrapartida, poderiam ver seus custos ampliados pela maior concorrência por “fatores”, tais como mão de obra e imóveis, por exemplo, provocada pela procura adicionada pelas IES nesses mercados (VIEIRA, 2017, p. 281).

Já os Impactos do Conhecimento Acadêmico ou Ligação a Jusante,

se expressariam em uma modificação estrutural do mercado de trabalho, mediante melhor qualificação técnica e acadêmica da mão de obra e do estoque de conhecimentos localizados na área de influência das IES, tornando esses espaços territoriais mais atrativos, tanto para investimentos produtivos quanto para os indivíduos (GODDARD E CHATTERTON, 1999 *apud* Diniz e Vieira 2015, p. 104).

Conforme destaca Vieira (2017), as atividades finalísticas das IES que são a produção e disseminação do conhecimento científico e tecnológico, geram “encadeamentos para frente” e de “longo prazo” por poderem proporcionar transformações às bases econômicas e produtivas das regiões. Assim, acerca dos impactos com encadeamentos para trás e para frente, esclarece o autor:

[...] o primeiro é considerado o mais trivial e de ordem genérica, uma vez que os encadeamentos para trás não estão associados especificamente apenas às IES, podendo ser gerados por qualquer outra atividade econômica que crie fluxos monetários e financeiros com multiplicadores positivos e superiores a 1. Os encadeamentos para frente, por sua vez, são vistos como os de maior complexidade e relevância para as perspectivas de desenvolvimento, consistindo naqueles que estão direta e estreitamente relacionados com as atividades inerentes das IES e, ademais, os que podem engendrar transformações econômicas e sociais de cunho estrutural (p. 282).

O autor retromencionado ainda esclarece que os “encadeamentos para frente” também podem ser ampliados:

[...] se forem levadas em conta outras esferas de atuação das IES que extrapolam os campos estritos do ensino e da pesquisa, particularmente a dimensão da cultura que abrange um conjunto diverso de iniciativas e equipamentos culturais, tais como bibliotecas, museus, galerias de arte, centros culturais multiuso (cinema, teatro, concerto), instalações históricas restauradas, dentre outras, resultando em ações de extensionistas de alcance crescente cuja relevância tem sido cada vez mais reconhecida (VIEIRA, 2017, p. 282).

O quadro a seguir sintetiza os impactos das atividades das instituições de educação superior para as regiões:

QUADRO 6: CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DAS ATIVIDADES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SOBRE AS REGIÕES

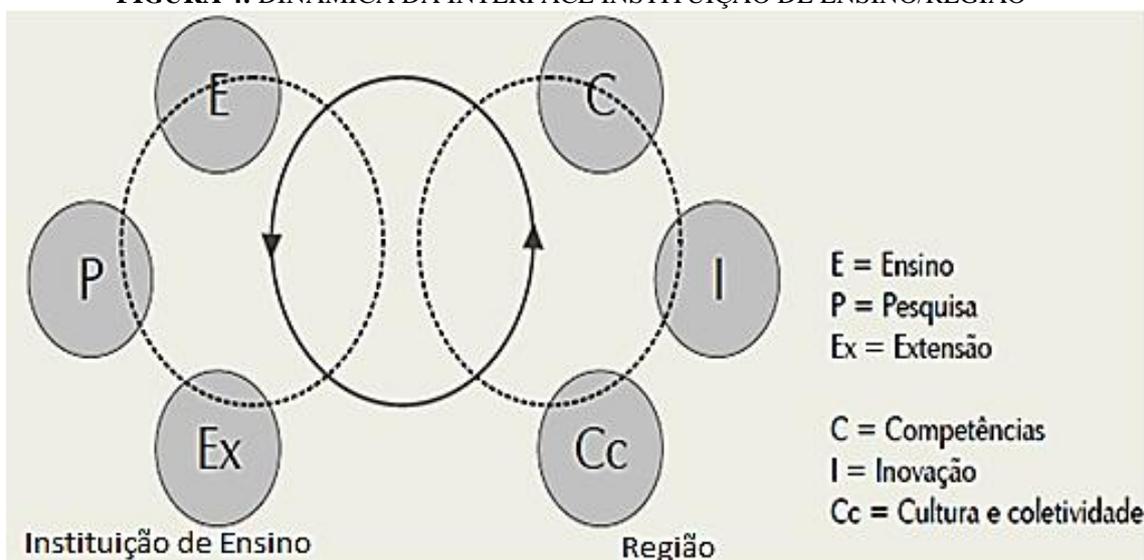
TIPO	TEMPORALIDADE	CARACTERÍSTICAS	EFEITOS
Impactos de Gastos ou Ligações a Montante ou Encadeamentos para Trás	Curto Prazo	São gastos de consumo de estudantes, profissionais e os investimentos das instituições de ensino.	* Família: efeitos diretos sobre a renda e emprego; * Governo local: aumento da receita de

			tributos e demanda por serviços públicos; * Empresas locais: aumento da demanda por bens e serviços.
Impactos do Conhecimento Acadêmico ou Ligações a Jusante ou Encadeamentos para Frente	Longo Prazo	Atividades finalísticas de produção e difusão do conhecimento gerado pelo Ensino, Pesquisa e Extensão.	* Aprimoramento da qualificação dos profissionais. * Maior atratividade local: externalidades positivas atraem desenvolvimento para a região.

Fonte: Adaptado de Vieira (2017).

Destarte, conforme Goddard e Chatterton (1999 *apud* Diniz e Vieira, 2015), os processos de Ensino, Pesquisa e Extensão das IES devem ser articulados com componentes regionais, como a população, o mercado de trabalho, as empresas, as instituições públicas e privadas, entre outros, com a finalidade de contribuir com as áreas geográficas as quais essas instituições estão inseridas. A figura 4 mostra a dinâmica de interações de uma Instituição de Ensino/Região, conforme entendimento dos autores:

FIGURA 4: DINÂMICA DA INTERFACE INSTITUIÇÃO DE ENSINO/REGIÃO



Fonte: Goddard e Chatterton (1999 *apud* Diniz e Vieira, 2015).

Podemos evidenciar que as IES e as regiões as quais estão inseridas apresentam processos de interações representados pela disposição dos círculos hachurados e pontilhados que podem estar aptos a contribuir para o processo de Desenvolvimento Regional.

Um processo de Desenvolvimento Regional sustentado é alcançado quando interagem sinergicamente as funções básicas das universidades com os elementos da região, configurando um processo dinâmico de interface universidade-região (GODDARD e CHATTERTON, 1999 *apud* DINIZ e VIEIRA, 2015, p.105).

Rolim e Serra (2009) corroboram para o mesmo entendimento:

A moderna concepção considera que as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento congregando os seus diferentes atores, fazendo parte desse projeto, na sua vertente econômica, a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade (ROLIM E SERRA, 2009, p. 89).

E, nessa perspectiva de desenvolvimento, a redução das desigualdades deve ser um dos objetivos do Desenvolvimento Regional:

A política de Desenvolvimento Regional não pode deixar de ter, entre seus objetivos fundamentais a questão da redução sistemática das desigualdades regionais que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais no que se refere aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional, e no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência (BACELAR, 2000, p. 133 *apud* SILVA e TERRA, 2013).

Para Diniz e Croco (2006 *apud* Silva e Terra, 2013), o Desenvolvimento Regional permite o caminho para um conjunto de oportunidades que levam à promoção do desenvolvimento das regiões menos favorecidas/menos desenvolvidas e para uma melhor adequação, estruturação e reordenação do território.

Entre as políticas e caminhos para uma nova política de Desenvolvimento Regional no Brasil a literatura teórica nos permite identificar como básicas: reforço da capacidade de investimento; criação de sistemas locais de pesquisa e inovação; melhoria do sistema educacional; melhoria da infraestrutura de transporte e telecomunicações; reorientação do sistema de subsídios e incentivos (DINIZ e CROCO, 2006, p. 29 *apud* SILVA e TERRA, 2013, p.3).

Compreender que as Instituições de Educação Superior, como instituições sociais, podem constituir-se num importante espaço de trabalho contra as desigualdades sociais, através de suas políticas públicas - promovendo a inclusão dos indivíduos e o

Desenvolvimento Regional - torna-se uma tarefa desafiadora, sobretudo porque inter-relaciona aspectos sociais, econômicos e culturais.

Nicácio (2009 *apud* Floriano *et al.*, 2017) estabelece os seguintes papéis das IES no processo de Desenvolvimento Regional:

- a) ajudar a mudar as condições socioeconômicas da região ou município;
- b) acelerar o desenvolvimento econômico e social de sua região;
- c) ajudar os indivíduos a adaptarem-se a mudanças na sociedade;
- d) aplicar os conhecimentos da ciência e a pesquisa aos problemas regionais;
- e) criar uma reação em cadeia que resultem em melhores condições econômicas e de qualidade de vida;
- f) estender a sociedade conhecimentos e habilidades, para melhoria do seu nível de vida;
- g) estimular o desenvolvimento do próprio indivíduo;
- h) inserir a região através da pesquisa e da extensão, aos programas de desenvolvimento do país;
- i) promover a divulgação da informação e do conhecimento

Pela simples existência e cumprimento de seus papéis, as IES podem ser propulsoras de Desenvolvimento Regional. Dessa forma, nessa mesma linha de pensamento, buscamos investigar a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional, a partir de suas ações de Extensão e Cultura, levando em consideração os impactos do conhecimento acadêmico ou ligações à jusante (Diniz e Vieira, 2015).

Salientamos que os termos “impactos do conhecimento acadêmico” ou “ligações à jusante” possuem o mesmo sentido para os citados autores, e estão relacionados aos benefícios derivados das atividades finalísticas das Instituições de Ensino para o Desenvolvimento Regional, referentes aos campos de produção do conhecimento científico e tecnológico; formação e qualificação de recursos humanos; prestação de serviços de consultoria e a realização de pesquisas.

Assim, na sequência, no quarto capítulo, será apresentado e sistematizado o escopo do método científico e as etapas da pesquisa para o alcance dos objetivos pretendidos e delineamento do estudo.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa classifica-se como sendo de campo ou empírica. A pesquisa de campo é caracterizada pelas investigações em que se realizam coleta de dados junto a pessoas, permitindo uma aproximação da realidade e uma maior interação com os sujeitos da pesquisa.

Na pesquisa de campo, o pesquisador tem a função de procurar pelos fatos, objetos e/ou pessoas a serem pesquisados, observar os fenômenos que figuram como possível solução para a hipótese levantada e registrar o que perceber (GALDINO, 2016, p. 25).

Destarte, seguindo nessa perspectiva de busca de conhecimento, utilizamos como procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica e documental.

Para Fachin (2006), a pesquisa bibliográfica é o passo inicial de um trabalho científico, podendo ser desenvolvida com outras modalidades de pesquisa. Esse tipo de investigação pode também ser destacada como:

[...] a que se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominantemente de informação advindas de material gráfico, sonoro e informatizado (BARROS & LEHFELD, 2007, p.85).

Assim, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em materiais já existentes, fundamentando o aporte teórico através de estudos em livros, trabalhos publicados, dissertações e teses.

Conforme Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa bibliográfica consiste em saber esclarecer a especificidade e o campo de análise de conteúdo, visando à representação condensada da informação. Dessa forma, revisamos os trabalhos publicados relacionados ao tema de estudo, utilizando preferencialmente o Google Acadêmico e o Portal da CAPES.

A pesquisa documental buscou pela análise e interpretação de documentos institucionais do IFPB, *campus* Campina Grande. Os dados encontrados receberam uma análise crítica para poderem representar o objetivo da pesquisa uma vez que, conforme Gil (2008, p. 51) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda o tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Considerando a pretensão de se coletar e analisar dados a partir da correlação dos significados de determinados fenômenos a partir das declarações dos participantes da pesquisa, caracterizamos a pesquisa, quanto ao enfoque, como sendo de abordagem prioritariamente qualitativa, valendo-se também de subsídios quantitativos.

A observação qualitativa tem a finalidade de proporcionar uma reflexão das situações sociais, com seus eventos e interações, objetivando:

[...] compreender processos, inter-relações entre pessoas e suas situações ou circunstâncias, e eventos que ocorrem com o tempo, assim como os padrões que são desenvolvidos e os contextos sociais e culturais onde acontecem as experiências humanas (JORGENSEN, 1989 *apud* SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 383).

Para Alvarenga (2012, p. 10), esse tipo de observação “tenta descrever e compreender as situações e os processos de maneira integral e profunda, considerando inclusive o contexto que envolve a problemática estudada” pois, conforme Bardin (2016, p. 27), “na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento da mensagem que é tomado em consideração”.

A abordagem quantitativa compreenderá a análise das questões fechadas dos questionários através do tratamento estatístico das informações. Conforme Alvarenga (2012), o enfoque quantitativo tem o objetivo de descrever ou explicar descobertas, cujos resultados podem ser generalizados para a população em estudo.

Conforme Gil (2008), as pesquisas podem ser caracterizadas, quanto aos seus objetivos, em três tipos: i) exploratória (tem a principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias); ii) descritiva (tem o objetivo primordial da descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis) e iii) explicativa (têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos). Nesse estudo, desenvolvemos a pesquisa exploratória.

A pesquisa exploratória realiza-se, no entendimento de Sampieri; Collado; Lucio (2006, p. 99), “quando o objetivo é examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, do qual se tem muitas dúvidas ou não foi abordado antes”. Essa metodologia não visa explicar fenômenos ou compreender as subjetividades e nem resolver problemas, mas procura esclarecer a natureza do fenômeno, com o interesse principal de descobrir.

Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n. 11.892, em dezembro de 2008 busca-se a democratização do conhecimento em todos os campos e formas, pois em sua função social,

amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento (PACHECO e MORIGI, 2012, p.26).

Mediante o objetivo de criação dos Institutos Federais, registramos a necessidade de estudos que contemplem o papel do IFPB/*campus* Campina Grande para o desenvolvimento da região ao qual está inserido, a partir de suas ações de Extensão e Cultura, fazendo-se oportuna uma pesquisa exploratória acerca do tema.

4.1 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa correspondem aos alunos e aos parceiros sociais participantes de projetos de Extensão e Cultura do Instituto Federal da Paraíba, *campus* Campina Grande.

Os parceiros sociais, conforme a Pró-reitoria de Extensão e Cultura, são articuladores ou líderes comunitários com quem o proponente de projetos do IFPB faz contato para execução futura de sua proposta e, durante a execução do projeto ou programa de Extensão, o parceiro social tem a função de fazer o acompanhamento das ações em sua comunidade.

A determinação dos sujeitos da pesquisa está delimitada pelo foco de estudo que está relacionado à escolha e especificações de limites do pesquisador. A definição de quem será escolhido para o estudo mantém uma relação com dois aspectos:

- 1) até que ponto queremos generalizar ou concluir algo para um pequeno grupo ou para uma população maior; e
- 2) quantos casos, indivíduos, unidades de observação precisam ser estudados para que os resultados sejam considerados ‘científicos’. (DOXSEY e DE RIZ *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 68).

Para trabalhos quantitativos “a generalização está determinada pela amostragem aleatória e pela estatística inferencial” (RICHARDSON *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 68) e para a pesquisa qualitativa o pesquisador tem a liberdade de escolha dos sujeitos conforme o objetivo ou problema da pesquisa.

O *campus* Campina Grande possui um total de 1.162 alunos matriculados³¹ e, desse total localizamos, por meio dos editais extensionistas do ano de 2018, a participação de 117 estudantes em projetos de Extensão. Salientamos que alguns alunos participam em mais de um projeto de Extensão, tendo os seus nomes considerados para efeito de contagem, apenas em um projeto.

Direcionamos os questionários para os discentes extensionistas que foram distribuídos por meio de e-mail e através da entrega em reunião (sobre as ações de Extensão do exercício de 2018, realizada em 05/12/2018, no *campus* Campina Grande). Obtivemos o retorno de 34 questionários, ou seja, dos alunos participantes das atividades de Extensão, 29% responderam ao instrumento de pesquisa.

Também, no referido ano de 2018, observamos um total de 22 projetos extensionistas aprovados para o *campus* Campina Grande e para cada projeto há a indicação de pelo menos 1 (um) parceiro social. Assim sendo, escolhemos de forma aleatória 8 (oito) parceiros sociais para a realização de entrevistas, representando 36% da amostra.

Destarte, os sujeitos da pesquisa foram: 34 discentes extensionistas e 8 parceiros sociais participantes de ações de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande.

4.2 Instrumentos de coleta de dados

Primeiramente, coletamos os dados através de pesquisa documental em relatórios de gestão do IFPB, *campus* Campina Grande, mediante acesso ao Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) do IFPB.

Assim sendo, com a finalidade de se responder aos objetivos específicos, foi efetivada identificação, análise e interpretação dos editais e relatórios de projetos de Extensão do *campus* Campina Grande dos anos de 2016 a 2018.

Os dados da pesquisa também foram coletados por meio de questionários e entrevistas destinados aos sujeitos da pesquisa.

Conforme Gil (2008, p. 121) o questionário pode ser entendido como:

técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre

³¹ Dados do SUAP/IFPB, em 10 de novembro de 2018.

conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado e etc.

A motivação pela escolha do questionário se deu pela pretensão de atingirmos um maior número de alunos extensionistas, bem como pela possibilidade de proporcionar liberdade para os respondentes se expressarem, uma vez que é um instrumento que não precisa da presença do pesquisador.

O questionário, composto por dois blocos com perguntas fechadas e uma aberta, está reproduzido no Apêndice 1 desse trabalho. O primeiro bloco contém seis perguntas acerca do perfil dos respondentes, e o segundo trazia oito perguntas (sete fechadas e uma aberta) sobre as ações/atividades de Extensão.

As questões fechadas do segundo bloco seguem a escala de Likert, de cinco pontos, diversificados entre o primeiro ponto de “discordo totalmente” até o quinto ponto de “concordo totalmente”. Esse tipo de escala é utilizada para mensurar atitudes e/ou opiniões, geralmente é dividida entre cinco a sete pontos com a finalidade de avaliar a intensidade que o respondente concorda ou discorda com um conjunto de afirmações (HAIR JR. *et al.*, 2005).

Já a entrevista é uma técnica que possibilita uma maior aproximação de relação entre o entrevistado e o entrevistador, uma vez que:

Constitui uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 72).

Utilizamos a entrevista semiestruturada, seguindo um roteiro de perguntas, mas permitindo que o entrevistado discorresse livremente sobre o tema abordado. Foram realizadas 05 (cinco) perguntas, descritas no Apêndice 2 desse trabalho, para cada um dos entrevistados.

A escolha pelos instrumentos supracitados para coletas de dados objetivou a consecução de um maior número de informações para que pudéssemos melhor embasar os resultados, baseados em mais de uma fonte distinta de informação.

Salientamos que foi realizado um pré-teste com os questionários e as entrevistas por meio de aplicação a uma amostra escolhida. Também informamos que a pesquisa foi executada após ser submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba - CEP/CCS/UFPB, em que

obtivemos aprovação em 05 de novembro de 2018. No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constante no Apêndice 3, foi informado que os dados obtidos serão utilizados apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa.

4.3 Sistematização para análise de dados

A pesquisa, quanto ao enfoque, possui abordagem prioritariamente qualitativa, mas se utiliza de subsídios quantitativos.

Assim sendo, as variáveis quantitativas foram analisadas em termos de frequências e percentuais; também utilizamos o cálculo do *Ranking* Médio (RM) indicado por Oliveira (2005) para a escala de Likert, conforme a seguinte equação, baseada na demonstração dos autores Bonici e Araújo Jr., (2011):

$$\text{Ranking Médio (RM)} = \text{MP/Nr}$$

$$\text{Média Ponderada (MP)} = \sum(\text{VI} \cdot \text{fi})$$

Onde:

\sum = soma;

VI: valores atribuídos às respostas

fi: frequência das respostas para cada item

Nr: número de respondentes

Para continuidade da análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo (AC), pois, conforme Bardin (1977, p. 31) “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” que usa procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdos, que podem ser quantitativos ou não.

Com a análise de conteúdo, procura-se conhecer o que pode estar por trás das palavras do emissor ao receptor, pois é uma técnica entendida como:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: inferência. (BARDIN, 2016, p. 15).

A análise de conteúdo também pode ser utilizada para interpretar e descrever o conteúdo de documentos e textos, podendo ser utilizada em diversas formas de comunicações ou discursos.

A AC não é a última palavra em nenhum texto, mas um encontro objetivado através da sistematicidade e referência para além de si, em direção a outros textos e atividades de pesquisa (LINDKVIST, 1981 apud BAUER e GASKELL, 2008, p. 200).

Nesse sentido, para a busca da compreensão para além dos significados imediatos ou aparentes, “a análise qualitativa é a presença ou ausência de uma característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração” (BARDIN, 2016, p. 27).

Portanto, privilegiamos para as análises dos dados os impactos do “conhecimento acadêmico ou ligações a jusante” (Diniz e Vieira, 2015) no que tange particularmente aos aspectos relacionados aos *outputs* das atividades das IES que contribuem para os transbordamentos do Desenvolvimento Regional, referentes aos seguintes campos: **produção do conhecimento científico e tecnológico; formação e qualificação de recursos humanos; prestação de serviços de consultoria e a realização de pesquisas.**

E, assim sendo, para a definição das categorias em nosso estudo utilizamos o modelo misto e consideramos, de início, as seguintes categorias³²:

- ✓ **Categoria 1:** Geração e Difusão do Conhecimento;
- ✓ **Categoria 2:** Qualificação Técnica e Acadêmica;
- ✓ **Categoria 3:** Prestação de Serviços;
- ✓ **Categoria 4:** Realização de Pesquisas.

Nesse modelo, “as categorias são selecionadas no início, mas o pesquisador se permite modificá-las em função do que a análise aportará” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 219).

Dessa forma, posteriormente, mediante análises dos documentos, questionários e entrevistas, levando em consideração todos os elementos significativos para a pesquisa, poderemos ampliar, modificar ou eliminar o campo das categorias.

³² Não é objetivo desse estudo fazer análise de discurso, mas privilegiar aspectos mais relevantes das respostas dos discentes e falas dos parceiros sociais, bem como fazer interpretações dos editais e relatórios extensionistas.

5 INVESTIGAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CAMPUS CAMPINA GRANDE, PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, A PARTIR DE SUAS AÇÕES DE EXTENSÃO E CULTURA

Nesse capítulo, buscamos proceder à análise dos dados empíricos visando ao alcance dos objetivos da pesquisa. Para tanto, tomamos como base as considerações de Clélio Campolina Diniz e Danilo Jorge Vieira (2015), no que tange aos aspectos produzidos pelas IES que contribuem nos transbordamentos para o Desenvolvimento Regional, através dos impactos do conhecimento acadêmico, que são encadeamentos de longo prazo.

Para os referidos autores, as IES cumprem um papel relevante no processo de desenvolvimento econômico, cultural e social das regiões onde estão inseridas. As externalidades geradas às regiões de suas abrangências podem ser de curto ou longo prazo, ocasionando, respectivamente, “impactos de gastos de consumo ou ligações a montante”; ou “impactos de conhecimento acadêmico ou ligações à jusante”. Tais impactos estão relacionados às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Destarte, com a finalidade de investigarmos a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional, a partir ações de Extensão e Cultura, utilizamos os seguintes procedimentos de pesquisa:

(1) Mapeamento das atividades de Extensão e Cultura desenvolvidas pelo IFPB, *campus* Campina Grande, tendo como recorte os editais extensionistas publicados nos anos de 2016 a 2018;

(2) Análise, mediante a atuação e visão dos estudantes, sobre as ações de Extensão e Cultura do IFPB/CG; e

(3) Verificação, a partir da percepção dos parceiros sociais, se os projetos de Extensão e Cultura trouxeram benefícios para os públicos beneficiados.

Esses procedimentos representam os objetivos específicos da pesquisa e serão analisadas nos tópicos seguintes.

5.1 Mapeamento das atividades de Extensão e Cultura desenvolvidas pelo IFPB, *campus* Campina Grande, tendo como recorte os editais extensionistas publicados nos anos de 2016 a 2018

No mapeamento das atividades de Extensão e Cultura desenvolvidas pelo IFPB/*campus* Campina Grande, utilizamos o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) que serve para o auxílio de processos administrativos e acadêmicos do Instituto.

Coletamos editais e relatórios de Extensão dos anos de 2016 a 2018. A viabilidade de acesso aos dados a partir do ano de 2016 se deu porque o *campus* Campina Grande passou a utilizar o SUAP a partir do referido ano e esse sistema proporciona, além de transparência de dados, facilidade as informações.

Um das finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme a Lei 11.892/2008, é o desenvolvimento de programas de Extensão e divulgação científica e tecnológica. Para os IF's, Extensão é uma prática acadêmica que, de forma indissociável, com o Ensino e a Pesquisa, estabelece uma relação dialógica entre os saberes populares e os saberes acadêmicos.

Assim sendo, as ações de Extensão no IFPB se diferenciam em programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços e, necessariamente, envolvem a comunidade.

1. Programa - conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino.
2. Projetos - conjunto de atividades processuais contínuas (mínimo de três meses), de caráter educativo, cultural, político, social ou tecnológico com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um programa.
3. Curso - Ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejado para atender às necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com critérios de avaliação definidos.
Curso Livre de Extensão – Cursos com carga horária mínima de 8 horas e inferior a 40 horas.
Curso FIC – Cursos com carga horária igual ou superior a 160 horas para o caso de formação inicial e de no mínimo 40 horas para formação continuada.
4. Evento - Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica e predominantemente externa, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela instituição.
5. Prestação de Serviços – Conjunto de ações vinculadas às áreas de atuação da instituição que dão respostas às necessidades específicas da sociedade, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais (IFPB/PDI, 2015, p. 132).

Pelas definições, as atividades objetivam promover o vínculo entre o Instituto Federal e a Sociedade, com ênfase na relação da teoria com a prática, como oportunidade de troca de saberes.

Destarte, nos anos de 2016 a 2018 o IFPB, *campus* Campina Grande, apresentou um total de 75 projetos aprovados³³. Em 2016, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba aprovou 180 projetos extensionistas e, desses, 27 foram do *campus* Campina Grande, representando uma atuação de 15% em relação ao total.

O quadro abaixo relaciona o quantitativo de projetos aprovados por edital no ano de 2016:

QUADRO 7:
QUANTITATIVO DE PROJETOS APROVADOS POR EDITAL NO ANO DE 2016

EDITAIS DO ANO 2016	QUANTIDADE DE PROJETOS CAMPUS CAMPINA GRANDE
Edital de Extensão nº 005/2016 - PROBEXT	13
Edital de Extensão nº 014/2016 - PROBEXC	5
Edital de Extensão nº 023/2016 - Programa Integrador Escola Comunidade - PIEC 2016	2
Edital de Extensão nº 033/2016 - Programa Institucional de Apoio ao Fortalecimento dos Núcleos de Extensão da “Rede Rizoma IFPB: Tecnologia em Extensão” (PRORIZOMA)	5
Edital de Extensão nº 038/2016 - Chamada de Apoio Institucional para Articulação e Implantação de Empreendimento Social	2

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

As ações extensionistas têm objetivos que buscam atender a determinadas demandas institucionais (de cunho social, político, econômico e cultural) e estão descritas abaixo conforme definição em seus respectivos programas:

PROBEXT e o PROBEXC são um instrumento que abrange Projetos de Extensão, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e têm a por finalidade apoiar os servidores e discentes extensionistas do IFPB na forma de concessão de bolsas, no sentido de oferecer incentivo às atividades de Extensão, em todos os *campi* da Instituição (EDITAL EXTENSÃO/IFPB nº 005 e 014/2016).

O **Programa Integrador Escola Comunidade (PIEC)** tem como objetivo promover a realização de programas de extensão que viabilizem a integração

³³ Salientamos que o estudo aqui realizado não contempla cursos (como curso livre de extensão e curso FIC) e eventos (não considerando também os programas de apoio a eventos de Extensão e Cultura). Optamos em concentrar a pesquisa nas ações de programas, projetos e prestação de serviços.

do ensino com os contextos educacionais, políticos, culturais, sociais, científicos e tecnológicos do território local e regional onde se encontra o campus do IFPB (EDITAL EXTENSÃO/IFPB nº 023/2016).

O **Programa Institucional de Apoio ao Fortalecimento dos Núcleos de Extensão da “Rede Rizoma IFPB: Tecnologia em Extensão” (PRORIZOMA)** é um instrumento que visa fomentar financeiramente os Núcleos de Extensão (Profissionais e Estudantis) constituídos no âmbito do IFPB e devidamente registrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, por meio de Taxas de Bancada, de forma a consolidar e fortalecer as atividades desenvolvidas pelos Núcleos de Extensão da Instituição (EDITAL EXTENSÃO/IFPB nº 033/2016).

Empreendedorismo Social: categoria de ação de extensão “prestação de serviços” que objetiva contribuir para a consolidação de grupos acadêmicos que, articulados com o mundo do trabalho, possam favorecer a sociedade o acesso a produção científica, técnica e tecnológica do IFPB por meio da implantação de empreendimentos sociais. (EDITAL EXTENSÃO/IFPB nº 038/2016).

Salientamos que hoje a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB (PROEXC) não utiliza mais o termo PROBEXT, mas PROBEXC, para contemplar a área de Extensão: a Extensão e Cultura.

Todavia, destacamos que, no ano de 2016, o PROBEXT foi o edital de Extensão que disponibilizou o maior número de bolsas, foram ofertadas 100 bolsas para todo o IFPB, sendo 15 destinadas para o *campus* Campina Grande, que teve a aprovação de 13 projetos, representando um percentual de aceitação de 87%.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB, baseada no Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT), apresenta oito áreas temáticas concentradas em: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologias e Produção; e Trabalho. Todas as atividades de Extensão devem estar associadas a uma área temática.

As áreas temáticas seguem a mesma sistematização utilizada pela Rede Nacional de Extensão das Instituições Superiores (Quadro 8).

QUADRO 8: ÁREAS TEMÁTICAS DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

ÁREA TEMÁTICA	DEFINIÇÃO
Comunicação	Comunicação Social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; rádio universitária; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de comunicação social; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.
Cultura	Desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e

	artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística nas áreas de música e dança; produção teatral e circense; rádio universitária; capacitação de gestores e políticas públicas no setor cultural; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; cultura e memória social.
Direitos Humanos e Justiça	Assistência jurídica; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de direitos humanos; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de grupos sociais; organizações populares; questão agrária.
Educação	Educação básica; educação e cidadania; educação à distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas em educação; cooperação interinstitucional e internacional na área.
Meio Ambiente	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento Regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação ambiental na área, gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais.
Saúde	Promoção à saúde e qualificação de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas.
Tecnologia e Produção	Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas de ciências e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes.
Trabalho	Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organização popular para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

Fonte: <http://www.ifpb.edu.br/proexc/sobre/areas-tematicas>.

As áreas temáticas representam as variadas formas de atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia para que sejam contempladas as diversas necessidades regionais de maneira indissociável com o Ensino e a Pesquisa.

Apresentamos, a seguir, a relação de nomes dos projetos aprovados por edital no ano de 2016 com suas respectivas áreas temáticas, conforme pesquisado nos relatórios dos projetos elencados:

QUADRO 9: PROJETOS APROVADOS NO ANO DE 2016 X ÁREAS TEMÁTICAS

EDITAL DE EXTENSÃO N.º 005/2016 - PROBEXT		
Nº	Título dos Projetos	Área Temática
1	Drogas, Juventude e Escola - Intervenção e Ação: Ensino de Química como instrumento de prevenção ao uso de drogas pelos jovens do município de São Sebastião de Lagoa de Roça.	Educação
2	Informatização do Controle Acadêmico de Escolas Públicas usando Software Livre: Projeto Piloto na Escola Municipal de Ensino Fundamental I do Sítio Jenipapo - Distrito de Lagoa Seca	Tecnologia e Produção
3	O Uso de Atividades Experimentais com Materiais de Baixo Custo no Ensino de Física	Educação
4	Resgatando Memórias Vivas de Idosos Asilados	Saúde
5	EDIFICAR	Educação
6	Conscientização Ambiental e Práticas Sustentáveis	Meio Ambiente
7	Da Minha Escola, Cuido Eu!	Meio Ambiente
8	Hipertensão e Exercício Físico	Saúde
9	Importância das Pinturas Rupestres e Outras Evidências Históricas Encontradas na Região do Município de Algodão de Jandaíra-Pb	Cultura
10	Esclarecimentos sobre o Direito e Atendimento Jurídico Gratuito para a Comunidade Externa do IFPB	Direitos Humanos e Justiça
11	Integração Comunitária no Desenvolvimento de Práticas de Laboratório de Redes e Kits de Internet das Coisas	Tecnologia e Produção
12	Inglês na Idade Certa	Educação
13	Planejamento Ambiental Urbano: Tecnologias Sustentáveis de Baixo Custo.	Meio Ambiente
EDITAL DE EXTENSÃO N.º 014/2016 - PROBEXC		
1	Técnicas Artesanais Sustentáveis	Meio Ambiente
2	Avaliação Antropométrica dos Alunos de Ensino Médio da Rede Escolar Estadual da Paraíba	Saúde
3	Língua Inglesa para Crianças em Vulnerabilidade Social	Educação
4	Incentivando a Busca por Carreiras na Área Tecnológica: Uma Abordagem Usando Robótica Educacional	Educação
5	Edificar: Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social	Tecnologia e Produção
EDITAL DE EXTENSÃO N.º 023/2016 - PROBEXT PROGRAMA - PIEC 2016		
1	Programa de Formação de Profissionais Empreendedores do Turismo da Cidade de Areia	Educação
2	EDIFICAR Escritório Modelo	Tecnologia e Produção
EDITAL DE EXTENSÃO N.º 033/2016 - PRORIZOMA 2016		
1	EDIFICAR - Consciência Ambiental	Meio Ambiente
2	Consciência Ambiental e Economia Solidária	Meio Ambiente
3	Assistência Técnica para Moradores de Baixa Renda	Tecnologia e Produção
4	Apoio à Formação Integral e Atenção à Saúde a Grupos em Situação de Risco Psicossocial	Educação
5	Integração Comunitária no Desenvolvimento de Práticas de Laboratório de Redes e Kits de Internet das Coisas - Plano de Aplicação	Tecnologia e Produção
EDITAL DE EXTENSÃO N.º 038/2016 - EMPREENDIMENTOS SOCIAIS		
1	Conhecendo minha História	Cultura
2	Incubadora para Produção de Materiais de Construção não Convencionais	Tecnologia e Produção

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Podemos depreender que a área temática de Educação foi a mais contemplada, representando 30% dos projetos aprovados, seguida de tecnologia e produção com 26 % e meio ambiente com 22%. As áreas temáticas de Saúde, Cultura e Direitos humanos representaram um percentual, respectivamente, de 11%, 7% e 4%. Já as áreas de Trabalho e Comunicação não foram contempladas nesses editais.

Esses dados nos conduzem às afirmações de estudiosos a respeito da temática de Desenvolvimento Regional:

Os encadeamentos para frente, por sua vez, são vistos como consistindo naqueles que estão direta e estreitamente relacionados com as atividades inerentes das IES e, ademais, os que podem engendrar transformações econômicas e sociais de cunho estrutural (VIEIRA, 2017, p. 282).

A produção e disseminação do conhecimento derivadas das atividades de Extensão, uma das atividades finalísticas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e, em nosso estudo, o *campus* Campina Grande, representam “encadeamentos para frente ou de longo prazo” que abrangem benefícios geradores de desenvolvimento para a região adjacente ao *campus*.

Observamos uma ação dialógica do IFPB, *campus* Campina Grande com o seu entorno, mediante os projetos aprovados e as temáticas abordadas, ao contemplarem temas que vão ao encontro das demandas da sociedade.

São ações de geração e promoção do conhecimento para o público contemplado pelos projetos como, por exemplo, o projeto “EdIFicar” que, ao promover cursos de capacitação de 80 horas/aula para a Organização Não-Governamental (ONG) “O Resgate”, que trabalha com a reabilitação de homens dependentes químicos e alcoólicos, levou conhecimento técnico da construção civil para pessoas sem acesso a esse tipo de informação, contribuindo também para a inclusão social e geração de renda.

Destacamos o projeto “Integração Comunitária no Desenvolvimento de Práticas de Laboratório de Redes e Kits de Internet das Coisas” que teve o propósito de gerar impacto na formação dos discentes, proporcionando um aprimoramento da qualificação destes. Apresentou como objetivo, conforme o relatório de trabalho, a integração de alunos, ex-alunos do *campus* Campina Grande e alunos do Ensino Médio de outras instituições públicas, promovendo o desenvolvimento de tecnologias para a sociedade e capacitação técnica aos envolvidos. O relatório destacou ainda a preocupação em diminuir o desemprego do público-alvo, ao promover capacitação vinda do

desenvolvimento de protótipos, práticas de laboratórios e preparação para certificações de Mercado.

Verificamos também o cuidado à saúde, no projeto “Resgatando Memórias Vivas de Idosos Asilados”, que desenvolveu atividades lúdicas com o intuito de incentivar o vínculo afetivo do público-alvo.

Com o projeto “Assistência Técnica para Moradores de Baixa Renda”, verificamos o objetivo da promoção de prestação de serviço, ao promover assistência técnica às populações de baixa renda, caracterizando uma interação do IFPB/CG com a comunidade.

Observamos dessa forma, que a Extensão e Cultura do IFPB/CG está de acordo com a definição de desenvolvimento em não ser apenas:

[...] um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade (FURTADO, 2004, p. 485).

Assim, nos anos seguintes de 2017 e 2018, o IFPB, *campus* Campina Grande, teve aprovação de mais 48 projetos, sendo 26, em 2017, e 22, no ano de 2018.

O edital PROBEXC em 2017 disponibilizou 20 projetos a serem aprovados com apoio financeiro para o *campus* Campina Grande e foram aceitos 15 projetos (representando 75% do total disponibilizado).

Em 2018, foram 22 projetos disponíveis para o *campus* de Campina Grande, tendo uma aceitação de 18 projetos (82% de projetos aprovados), representando o ano de maior aprovação de projetos no PROBEXC.

O quadro abaixo relaciona o quantitativo de projetos aprovados por edital nos referidos anos:

QUADRO 10:
QUANTITATIVO DE PROJETOS APROVADOS POR EDITAL NO ANO DE 2017 E 2018

EDITAIS DO ANO 2017	QUANTIDADE DE PROJETOS/CAMPUS CAMPINA GRANDE
Edital de Extensão nº 001/2017 - PROBEXC	15
Edital de Extensão nº 002/2017 - Programa Integrador Escola Comunidade - PIEC 2017	3
Edital de Extensão nº 004/2017 - PROENEX	2
Edital de Extensão nº 017/2017 - PROBEXC - Vagas Remanescentes	3
Edital nº 021/2017 - Cultura Em Rede	2
Projeto Voluntário	1

EDITAIS DO ANO 2018	QUANTIDADE DE PROJETOS/CAMPUS CAMPINA GRANDE
Edital Nº 001/2018 - PROBEXC	18
Edital Nº 009/2018 - Programa Integrador Escola Comunidade - PIEC 2018	2
Edital Nº 010/2018 - Cultura em Rede	1
Edital Nº 011/2018 - Programa de Apoio Institucional à Prestação de Serviço	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Nos anos destacados acima, verificamos a atuação de alguns programas que não foram realizados em 2016, como o PROENEX, Cultura em Rede, e Prestação de Serviços. Dessa forma, faz-se oportuno apresentarmos as ações/objetivos de cada um deles, conforme transcrito abaixo:

PROENEX: tem especificamente o objetivo de fortalecer o sistema de articulação de Redes e Sustentabilidade Social (EDITAL EXTENSÃO/IFPB nº 004/2017).

Cultura em Rede: objetiva fomentar a articulação da comunidade acadêmica do IFPB (núcleos de Extensão) com grupos artístico-culturais paraibanos e brasileiros, na perspectiva de se constituir uma rede de parcerias culturais no âmbito territorial, contemplando ações de formação, criação, difusão, circulação, profissionalização, prestação de serviços, produção de conhecimento e preservação em Arte e Cultura (EDITAL EXTENSÃO/IFPB nº 021/2017).

Prestação de Serviços: Conjunto de ações (consultorias, laudos técnicos, e assessorias) vinculadas às áreas de atuação da instituição que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais (EDITAL EXTENSÃO/IFPB nº 011/2018).

São ações de Extensão articuladas, mediante disposição dos editais e respectivos projetos de Extensão, em atividades que contemplam aspectos culturais, econômicos e sociais.

Assim, destacamos, dando continuidade à análise da pesquisa, os títulos dos projetos desenvolvidos nos anos de 2017 e 2018, com suas respectivas áreas temáticas. São projetos que estão articulados em diversas áreas do conhecimento (Quadros 11 e 12).

QUADRO 11: PROJETOS APROVADOS NO ANO DE 2017 X ÁREAS TEMÁTICAS

EDITAL DE EXTENSÃO Nº 001/2017 - PROBEXC		
Nº	Projetos	Área Temática
1	Projeto de Extensão para Prática da Arte Marcial com Crianças: Promovendo a Formação Moral e a Qualidade de Vida por Meio do Jiu-Jitsu	Educação
2	Obesidade na Escola: Estratégias de Prevenção e Controle em Crianças e Adolescentes da Escola Estadual Integral Severino Cabral	Saúde
3	Experiências Sonoro-Criativas Voltadas a Formação Docente	Educação
4	Posso Ler pra você? Vivendo a Inclusão por Meio da Leitura num Centro Para Idosos	Educação
5	A Atuação do Parlamento Juvenil do Mercosul como Ferramenta de Efetivação do Direito/ PJM Justiça	Direitos Humanos e Justiça
6	Investigando Registros da Pré-História da Humanidade no Sertão Paraibano: Documentação e Análise das Pinturas Rupestres em Algodão De Jandaíra-Pb	Educação
7	Incentivo às Práticas de Ensino e Aprendizagem das Geociências Através da sua Aplicação na Atividade de Mineração e sua Influência na Sociedade	Educação
8	EDIFICAR: Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social	Tecnologia e Produção
9	Incentivando a Busca por Carreiras na Área Tecnológica Usando Robótica Educacional	Educação
10	Edificando Escolas Melhores!	Tecnologia e Produção
11	Inclusão Digital: Inserindo Crianças e Adolescentes em Tratamento Contra o Câncer no Mundo da Tecnologia da Informação e Comunicação	Educação
12	Sementes de Esperança	Saúde
13	Incubadora para Produção de Materiais de Construção não Convencionais	Tecnologia e Produção
14	Empreendedorismo Feminino: Protagonismo e Geração de Renda.	Trabalho
15	Educação Ambiental: Sensibilização e Coleta do Óleo de Cozinha Residual	Meio Ambiente
EDITAL DE EXTENSÃO Nº 002/2017 – PIEC 2017		
1	EDIFICAR Escritório Modelo	Trabalho
2	Fundamentos e Orientações de Segurança na Utilização do Computador e Navegação na Internet: Um Projeto de Extensão Aplicado na Escola Maria Augusta Lucena Brito	Educação
3	Assistente de Navegação Indoor para Deficientes Visuais	Tecnologia e Produção
EDITAL DE EXTENSÃO 004/2017 – PROENEX		
1	Na Toada do Cavalo Marinho Eu Vou Vadia mais meu Mano	Cultura
2	Bloco GESSOPET para Habitação Popular	Tecnologia e Produção
EDITAL DE EXTENSÃO Nº 017/2017 – PROBEXC – VAGAS REMANESCENTES		
1	Assistência Técnica-Jurídica para as Comunidades Garimpeiras Atuantes na Região do Estado da Paraíba e Suas Implicações na Formalização da Atividade Mineral dos Municípios Paraibanos	Meio Ambiente
2	PAC-PHILHAS Coleta Seletiva de Pilhas e Baterias para Reciclagem	Meio Ambiente
3	Laboratório de Arte e Cultura (Laborart): Cultura e Arte na Formação dos Jovens em Campina Grande-PB	Cultura
EDITAL DE EXTENSÃO Nº 021/2017 - CULTURA EM REDE		
1	Quando eu Pego mais meu Mano	Cultura
2	Na Virada do Batuque e na Trilha da Resistência	Cultura
PROJETO VOLUNTÁRIO		
1	IFNEWS – Imprensa Colegial	Comunicação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Conforme o Relatório de Gestão Anual da Coordenação de Extensão e Cultura (2017), o *campus* Campina Grande, através de suas ações extensionistas, disponibilizou, por meio dos editais relacionados acima (ano 2017), auxílios financeiros a pesquisadores em um total de R\$ 35.585, 25 e para estudantes um total de R\$ 26.525,00 de auxílios financeiros. As maiores concentrações para a aplicação desse fomento foram para as áreas temáticas de Educação e Tecnologia e Produção, que concentraram, respectivamente, 31% e 19% dos projetos aprovados.

Destacamos o projeto “Posso Ler pra você? Vivendo a Inclusão por Meio da Leitura num Centro para Idosos”, desenvolvido por discentes dos cursos técnicos, que realizaram atividades para o público da terceira idade em uma casa geriátrica da cidade. O projeto, além de contribuir para o acesso e participação desses alunos em atividades extensionistas, promoveu a integração da formação cidadã para todos os envolvidos. Contribuiu também para o bem-estar e inclusão social dos idosos atendidos no programa. A fala³⁴ do parceiro social 7 nos revela o seu ponto de vista a esse respeito: “Eu acho assim que eles (os idosos) ficam mais sociáveis, entendeu? Ficam mais sabidos porque eles entenderam mais alguma coisa”.

Já o projeto “Inclusão Digital: Inserindo Crianças e Adolescentes em Tratamento Contra o Câncer no Mundo da Tecnologia da Informação e Comunicação” foi desenvolvido por discentes de cursos superiores na Casa de Apoio do Instituto Paraibano de Combate ao Câncer/Infanto-Juvenil (IPCCAN), que teve o objetivo, conforme o relatório do projeto, de realizar atividades educacionais voltadas à tecnologia de informação e comunicação, buscando estimular o aprendizado de crianças e adolescentes através da inclusão ao mundo digital.

A inclusão as tecnologias digitais muitas vezes não é possível para esse público, devido ao próprio processo de tratamento, bem como suas condições socioeconômicas. Assim sendo, podemos dizer que a interação do IFPB/CG com a Casa de Apoio, proporcionou um impacto na formação dos discentes que trabalharam com atividades que envolviam o ensino e a prática, bem como inclusão social para as crianças e adolescentes que tiveram contato com o mundo digital e para o IPCCAN como um todo, que teve mais visibilidade ao abrir as portas para esse projeto. O parceiro social 3

³⁴ As falas dos parceiros sociais representam trechos das entrevistas, que são dados da pesquisa analisados. Como forma de garantir o sigilo e o anonimato, substituímos os nomes dos participantes pelo termo parceiro social, seguido de uma numeração. Nenhuma correção de ordem gramatical foi realizada para a transcrição das falas.

corroborar com nossa observação quando afirma que: “Teve um salto muito grande na parte de autoestima, tanto das mães quanto das crianças. Eu acho que isso aí desenvolveu bastante...é...o emocional das crianças. [...] E isso é muito importante pra Instituição, dá uma boa visibilidade, entendeu?”.

Observamos assim, que a Extensão do IFPB, e aqui, particularmente o *campus* Campina Grande, ao desenvolver programas e projetos extensionistas, busca promover numa concepção educativa, o estreito diálogo em prol da produção do conhecimento e verificação das demandas existentes com a região no qual está inserido.

Assim sendo, podemos também verificar essas mesmas características nos projetos desenvolvidos no ano de 2018:

QUADRO 12: PROJETOS APROVADOS NO ANO DE 2018 X ÁREAS TEMÁTICAS
EDITAL Nº 001/2018 - PROBEXC

Nº	Projetos	Área Temática
1	Preparação para o ENEM como Instrumento de Transformação Social	Educação
2	Drogas, Juventude e Escola – Intervenção e Ação: Ensino de Química como Instrumento de Prevenção ao Uso de Drogas por Jovens do Município de São Sebastião de Lagoa de Roça	Educação
3	Projeto Diálogos da Juventude	Comunicação
4	EDIFICAR Escritório Modelo	Tecnologia e Produção
5	Elaboração de Mapas Geológicos Didáticos sobre a Diversidade Geológica (Cultural, Religiosa e Turística) da Paraíba: Contribuições Para o Desenvolvimento de Práticas de Conservação do Patrimônio Geológico do Estado	Educação
6	“TDM” Teatro, Dança e Música: Seja Arte Projeto Estudantil	Cultura
7	Ambulatório Relivros: Restauração de Livros como Preservação do Conhecimento	Educação
8	Viabilidade Socioeconômica e Ambiental: Coleta Seletiva de Óleos Residuais de Frituras para o Processo de Clarificação	Meio Ambiente
9	Jovem Radialista: Desenvolvimento de Performance e de Protagonismo Cidadão	Comunicação
10	Construção e Aplicação de Jogo Facilitador de Aprendizagem em Química para Jovens da Cidade de Esperança, PB	Educação
11	Introdução à Internet das Coisas: Qualificando e Despertando o Interesse de Alunos da Escola Dr. Elpídio de Almeida	Educação
12	Incentivando as Práticas Científicas, Pedagógicas e Sociais nas Comunidades Escolares no Município de Massaranduba - PB, Através das Análises Físico-Químicas de Água nas Cisternas das Escolas	Educação
13	A Inclusão Educacional no Ensino de Física: o Uso de Experimentos como Abordagem para Alunos com Deficiência	Educação
14	Economia Solidária e Técnicas Artesanais	Meio Ambiente
15	Arte Marcial com Crianças: Promovendo a Formação Moral e a Qualidade de Vida por Meio do Jiu-Jitsu e Judô	Educação
16	Educação Patrimonial como Estratégia de Ensino de História	Educação
17	Assistência Técnica na Área de Exploração Mineral da Cooperativa de Garimpeiros no Município de Frei Martinho-PB	Tecnologia e Produção
18	Princípios Básicos de Geologia para o Ensino Médio em Complemento à Disciplina de Biologia como Experiência Didática da Interconectividade	Educação

	das Ciências e sua Influência na Construção do Pensamento Científico	
EDITAL Nº 009/2018 - PROGRAMA INTEGRADOR ESCOLA COMUNIDADE - PIEC		
1	Assistência técnica gratuita para construção civil	Tecnologia e Produção
2	Navegantes (Programa de Inclusão Digital para Idosos e Desempregados)	Educação
EDITAL Nº 010/2018 - CULTURA EM REDE		
1	Pós-Produção do documentário “José Faustino - Memória Viva do Quilombo Cavalhada” para competir na 13ª edição do festival audiovisual <i>Comunicurtas</i>	Cultura
EDITAL Nº 011/2018 - PROGRAMA DE APOIO INSTITUCIONAL À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO		
1	Projeto de Intervenção na ONG Casa de Caridade Padre Ibiapina	Tecnologia e Produção

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Dos 22 projetos aprovados para o ano de 2018, mais da metade ficaram concentrados para a área temática de Educação, que correspondeu a 54% das ações. O foco desses projetos foi variado, abrangendo: Educação Profissional; Grupos Sociais Vulneráveis; Patrimônio Cultural, Histórico e Natural; Educação e Processo Ensino-Aprendizagem; Desenvolvimento Urbano; Uso De Drogas e Dependência Química; Esporte e Lazer; Desenvolvimento e Cultura.

São ações que combatem à exclusão social e de impacto na formação do aluno, como por exemplo, o projeto “Jovem Radialista: Desenvolvimento de Performance e de Protagonismo Cidadão” que apresentou o objetivo, conforme relatório de trabalho, de desenvolver o perfil de alunos de 1º e 2º ano do Ensino Médio, numa perspectiva de performance investigativa e crítica, de modo a consolidar seu nível de participação social mais consciente e independente. Essa atividade extensionista aconteceu em um bairro bastante vulnerável socioeconomicamente, revelando o combate à exclusão social, além da intenção em formar jovens para uma possível profissão de radialista, o que pode contribuir para a viabilidade econômica do cidadão e, por conseguinte, da região. A fala do parceiro social 1 nos apresenta percepção semelhante: “Eles estão tendo a oportunidade de conhecer outras realidades, outros benefícios, estimulando ter a autoestima deles elevada, ter oportunidade de obter novos conhecimentos, novos professores. Então tudo isso veio para engrandecimento, não só da escola, como dos alunos e da comunidade”.

O projeto “Economia Solidária e Técnicas Artesanais”, desenvolvido na ONG “O Resgate”, trabalhou com o desenvolvimento de práticas artesanais sustentáveis, através do reaproveitamento de materiais. Conforme o relatório do projeto, esse teve o objetivo de promover a conscientização ambiental para os participantes como também,

uma nova fonte de renda familiar. As palavras do parceiro social 2 nos apresenta uma mudança na percepção do público-alvo: “o último curso que eles fizeram foi de reciclagem de papel, de encadernação manual. É uma coisa linda, uma coisa fantástica, é uma coisa que tá mudando até o nosso jeito de falar aqui na Instituição”. Nesse projeto, foram propostas atividades teóricas e práticas sobre técnicas artesanais, reaproveitamento de materiais e Educação ambiental.

Já o “Projeto de Intervenção na ONG Casa de Caridade Padre Ibiapina”, conforme relatório de atividade, apresentou como proposta a elaboração de um projeto de intervenção, baseado na conscientização ambiental, mediante a gestão de resíduos com a reutilização e reciclagem de materiais nas instalações da mencionada ONG.

A proposta justifica-se pela necessidade indispensável de inserção dos estudantes dos cursos técnico de Edificações e superior em Tecnologia da Construção de Edifícios, na pesquisa e prática de produção de projetos e acompanhamento de obras, assim como, associar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas ofertadas no curso à atividade prática. Desta forma, a proposta tem o intuito de contribuir no estímulo da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e Extensão, trinômio fundamental para a educação superior e básico, substituindo o ensino tradicional de transmissão de conhecimento do professor para o aluno (PROJETO DE EXTENSÃO - SUAP - DADOS DA PESQUISA, 2018).

O projeto retromencionado, do programa de apoio institucional à prestação de serviço, teve o objetivo de, ao gerar interação do IFPB/CG com a comunidade, na prestação de serviço, promover maior qualificação técnica aos discentes, na medida em que usaram os conhecimentos adquiridos em sala de aula para atividade prática, contribuindo assim para melhorar o ambiente da ONG Casa de Caridade Padre Ibiapina, conforme ratificado na fala do parceiro social 5: “Melhoria do espaço, melhoria das oficinas, e é muito importante esse...essa parceria”.

Assim, com a execução dos projetos extensionistas, percebemos que, “além da promoção de uma consciência crítica, se almeja a intervenção na realidade em uma perspectiva transformadora e libertadora, da autonomia do sujeito” (JEZINE, 2004, p. 4).

Destacamos, ainda, que as ações de Extensão e Cultura ainda geram publicações. A revista “Práxis: saberes da Extensão” é um periódico lançado quadrimestralmente pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB que:

Tem como objetivo publicar e divulgar a produção técnica-científica resultante das ações de extensionistas desenvolvidas nos contextos nacional e

internacional, que reflitam o uso dos saberes em intervenções sociais e possam contribuir para o desenvolvimento das ciências (PORTAL IFPB, 2018)³⁵.

Nos anos de 2016 a 2018, o *campus* Campina Grande publicou 17 artigos na mencionada revista, fruto de suas atividades em Extensão, que contribuíram para a produção do conhecimento científico e tecnológico.

Diante dessas atividades de Extensão e Cultura, percebemos uma postura do IFPB/CG na intervenção da realidade, ultrapassando a noção de homem como objeto a ser manipulado, mas observando as dimensões político, social e humana numa ação dialógica com a sociedade. A esse respeito, Jezine (2004) afirma que

Os princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de Extensão como função acadêmica da universidade revelam um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania (JEZINE, 2004, p. 3).

Há uma reformulação do conceito de Extensão que concebe o outro, a região, como agente participativo para construção do saber, que contribui para a superação das desigualdades e da exclusão social.

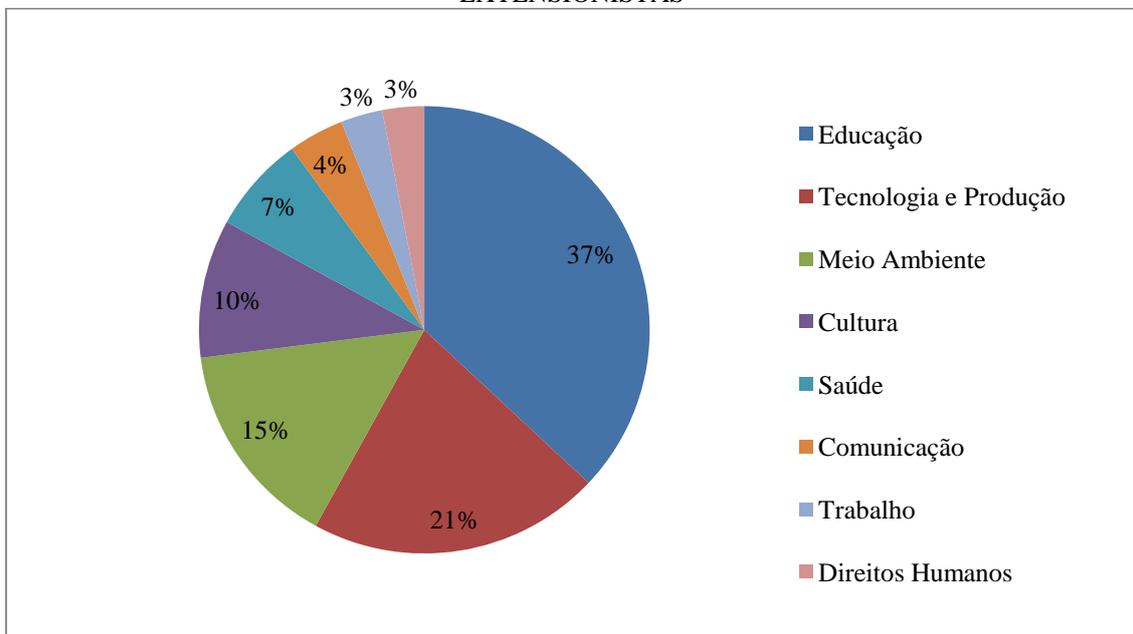
Destarte, através da Extensão, acontece a interação e transmissão da experiência cultural, científica e tecnológica, promovendo aspectos para o Desenvolvimento Regional. Conforme Hoff, Pereira e Paula (2017, p. 3), “os aspectos econômicos seriam a forma mais objetiva e rápida de se perceber esse impacto”, que são os gastos de consumo de estudantes, profissionais e os investimentos da instituição de ensino, fruto do fomento proveniente dos programas extensionistas. Mas, além desses aspectos, podemos verificar também impactos do “conhecimento acadêmico”.

Assim, no mapeamento das atividades de Extensão e Cultura desenvolvidas pelo IFPB, *campus* Campina Grande, tendo como recorte os editais de projetos extensionistas publicados nos anos de 2016 a 2018, verificamos a aprovação de 75 projetos extensionistas que atenderam às áreas temáticas propostas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB. Todavia salientamos que observamos uma maior concentração de projetos para a área temática de educação, com um percentual de 37% do total e uma pequena representatividade para as áreas temáticas de Trabalho e

³⁵ Disponível em: < <http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/praxis>>. Acesso em 30 jan. 2019.

Direitos Humanos, representando, cada uma, 3% do total de projetos aprovados, como mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 8: TOTAL DE ÁREAS TEMÁTICAS ABORDADAS NOS PROJETOS EXTENSIONISTAS



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Podemos dizer, no entanto, que as áreas temáticas estão relacionadas com os oito critérios de desenvolvimento sustentável proposto por Sachs (2009): social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político (nacional) e político (internacional). Nessa perspectiva, para a geração de desenvolvimento não basta, tão somente, produzir crescimento econômico, mas é preciso uma integração articulada das dimensões de sustentabilidade.

Ainda, conforme os “impactos de conhecimento acadêmico”, propostos por Diniz e Vieira (2015), observamos que foram contemplados os seguintes campos que contribuem nos transbordamentos para o Desenvolvimento Regional:

- Produção do conhecimento científico e tecnológico;
- Formação e qualificação de recursos humanos e
- Prestação de serviços.

Esses aspectos das ações extensionistas fazem parte de um conjunto de impactos, de características mais subjetivas, relacionadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

Percebemos mediante o mapeamento dos projetos, o propósito de desenvolvimento do aprendizado dos membros envolvidos nas práticas de extensão e cultura (seja da comunidade interna ou externa ao *campus*), buscando proporcionar, além da produção, qualificação e difusão do conhecimento, uma geração de aprendizado mais socialmente responsável e aplicável as realidades encontradas.

São externalidades positivas com percepções de longo prazo capazes de produzir transformações sociais e econômicas para região de entorno ao IFPB/*campus* Campina Grande.

5.2 Análise, mediante atuação e visão dos estudantes, sobre as ações de Extensão e Cultura do IFPB/CG

Para analisarmos as ações de Extensão e Cultura, mediante atuação e visão dos estudantes extensionistas utilizamos questionários, como instrumento para coleta de dados.

Dos 117 discentes atuantes em ações de Extensão e Cultura³⁶, obtivemos o retorno de 34 questionários respondidos, constituindo uma amostra de 29% dos alunos que participam de atividades de Extensão.

O questionário foi composto por dois blocos: o primeiro bloco constituído por seis perguntas acerca do perfil dos respondentes e o segundo com oito perguntas (sete fechadas e uma aberta) sobre Extensão e Cultura.

As questões fechadas do segundo bloco seguem a escala de Likert, de cinco pontos, alternadas entre o primeiro ponto de “discordo totalmente” até o quinto ponto de “concordo totalmente”.

As variáveis deste estudo foram analisadas em termos de frequências e percentuais, além do uso do cálculo do *Ranking* Médio (RM) - para os questionamentos que utilizam a escala de Likert -, sempre correlacionando com análises qualitativas.

5.2.1 Perfil dos Estudantes

Apresentamos o perfil dos estudantes participantes das atividades de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, respondentes ao questionário aplicado na presente pesquisa, que

³⁶ Dados do SUAP/IFPB (em 10 de novembro de 2018).

contou com uma amostra de 34 discentes. Essa etapa (bloco 1) apresenta as variáveis sobre sexo, cor/raça, renda familiar, região em que residem, faixa etária e modalidade de curso.

A predominância dos discentes que responderam ao questionário foi do sexo feminino (58,8%) enquanto que 41,2% era do sexo masculino.

No quesito identidade racial, o maior percentual foi da cor parda, com 50%, seguindo da branca com 38,2% e da preta com 11,8%. Nenhum discente se declarou amarelo ou indígena.

QUADRO 13: SEXO

SEXO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Masculino	14	41,2%
Feminino	20	58,8%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

QUADRO 14: COR/RAÇA

COR/RAÇA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Preto	4	11,8%
Branco	13	38,2%
Pardo	17	50%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Podemos verificar no quadro 13 que o maior número de mulheres (20 mulheres) segue a mesma tendência dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010)³⁷, que nos revela a maior predominância de mulheres por região: no estado da Paraíba foi constatado um total de 1.942.149 mulheres e um total de 1.824.379 homens. Na cidade de Campina Grande os números foram de, 190.186 mulheres e 169.806 homens.

Também observamos que a soma dos estudantes pardos e pretos (61,8%) é bem superior ao percentual de estudantes declarados brancos (38,2%). Essa diferença acerca da identidade racial pode já estar relacionada à Lei 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso de alunos nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico, conforme explicado abaixo:

³⁷ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>>. Acesso em 10 jan. 2019.

As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas - metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³⁸.

Salientamos ainda que mais da metade dos alunos extensionistas pesquisados possuem renda familiar entre R\$ 954,00 e R\$ 1.500,00, constituindo um percentual de 58,8% da amostra.

QUADRO 15: RENDA FAMILIAR

RENDA FAMILIAR	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Menos de R\$ 954,00	6	17,6%
De R\$ 954,00 a R\$ 1.500,00	20	58,8%
De R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00	6	17,6%
De R\$ 3.000,00 a R\$ 4.500,00	1	3%
Mais de R\$ 4.500,00	1	3%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

A desigualdade social está ligada a inúmeros aspectos, como a desigualdade na escolaridade e também nas condições de escolarização.

[...] nos recortes da desigualdade na escolaridade dos brasileiros – os quais abrangem renda, raça/etnia, sexo, pertencimento territorial (urbano/rural e região) –, há segmentos da população cujos índices de escolaridade ou escolarização são piores: aqueles que vivem em famílias com renda per capita mais baixa; os pretos e pardos; os mais velhos; aqueles que vivem no meio rural; e aqueles que vivem nas regiões norte e nordeste no Brasil (CORBUCCI *et al.*, 2009 *apud* FARENZENA; LUCE, 2014, p. 201).

As políticas de ações afirmativas³⁹ e de sistemas de cotas têm contribuído para o crescimento de discentes pretos, pardos e indígenas (PPI) nas universidades e em instituições federais de Ensino Técnico.

O total de pessoas de cor preta ou parda dessa faixa etária que cursavam o ensino superior, em 2015, era de 12,8%. Esse percentual representa um crescimento significativo em relação a 2005 (7,3% pontos percentuais) (SIS/IBGE, 2016, p. 62).

³⁸ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

³⁹ As ações afirmativas são políticas públicas (ou privadas) que objetivam neutralizar os efeitos da discriminação social de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física (SANTOS, 2005).

Sobre esse aspecto, ainda destacamos a política de Educação Superior, que também contribuiu para mudar a realidade de acesso aos discentes no Ensino Superior, sendo considerada, conforme Bacelar (2013), dentre as políticas setoriais, uma das mais importantes na expressão regional.

Em 2002, o Brasil tinha 43 *campi* das universidades federais implantados, e sua localização revelava a herança de concentração [...]: privilegiava o Sudeste, o Sul e o litoral. Em 2010, com a implantação do Reuni, o número de *campi* havia pulado para 230, e do ponto de vista regional, a tendência à interiorização e à desconcentração regional, o que permitiu levar a possibilidade de acesso ao ensino superior a milhares de jovens que, dado o padrão anterior, não conseguiriam esta oportunidade (BACELAR, 2013, p. 49).

Além disso, mediante as políticas de Extensão, verificamos a disponibilidade de bolsas para alguns alunos participantes de ações de Extensão as quais não só contribuem para o aumento da participação desses em ações integradas ao Ensino e a Pesquisa, mas também para que tenham um complemento financeiro à renda familiar. Conforme os editais extensionistas do IFPB, os valores mensais das bolsas são de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para o discente do Ensino Técnico Integrado ao Médio, Ensino Técnico Subsequente ao Médio, FIC e PROEJA, e de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o discente da modalidade de Ensino Superior.

Quanto à região em que os estudantes residem, observamos que 26,5% dos respondentes declararam não morar na cidade de Campina Grande. As cidades mencionadas foram: Alagoa Nova e Esperança (cada cidade com 2 pessoas); Montadas (1 pessoa) e Pocinhos (4 pessoas).

QUADRO 16: REGIÃO EM QUE RESIDEM OS ESTUDANTES

ZONAS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Zona Oeste de Campina Grande	12	35,3%
Zona Norte de Campina Grande	3	8,8%
Zona Sul de Campina Grande	9	26,5%
Zona Leste de Campina Grande	1	2,9%
Outras Cidades	9	26,5%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

As ações de Extensão e Cultura são desenvolvidas, não só por alunos residentes no município de Campina Grande, mas também por aqueles de outras cidades de abrangência do *campus* Campina Grande, não impedindo, por conseguinte, que também

outras regiões tenham suas comunidades atendidas por programas extensionistas do IFPB, *campus* Campina Grande.

A faixa etária desses estudantes, em sua maioria, está dentro do que preconiza o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/1996:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
- a) pré-escola;
 - b) ensino fundamental;
 - c) ensino médio (BRASIL, 1996)

Além da educação básica, na qual enquadrámos o Ensino Técnico Integrado ao Médio, citamos o acesso à Educação Superior na faixa etária de 18 a 24 anos.

Do total de alunos que responderam ao questionário, 44,1% possuem idade entre 14 e 18 anos e 41,2% possuem entre 19 e 23 anos, tendo relação direta com as informações das modalidades de cursos: Técnico Integrado ao Ensino Médio (41,2%), Técnico Subsequente ao Ensino Médio (2,9%) e Ensino Superior (55,9%).

QUADRO 17: FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
14 - 18 anos	15	44,1%
19 - 23 anos	14	41,2%
24 - 28 anos	3	8,8%
29 - 33 anos	2	5,9%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

QUADRO 18: MODALIDADE DE CURSO

MODALIDADE DE CURSO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	14	41,2%
Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio	1	2,9%
Curso Superior	19	55,9%
CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO		
Técnico em Informática	3	21,4%
Técnico em Mineração	3	21,4%
Técnico em Petróleo e Gás	4	28,6%
Técnico em Química	1	7,2%
Técnico em Edificações	3	21,4%
CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES AO ENSINO MÉDIO		
Técnico em Mineração	1	100%
CURSOS SUPERIORES		

Licenciatura em Física	6	31,6%
Tecnologia em Construção de Edifícios	9	47,4%
Tecnologia em Telemática	1	5,2%
Bacharelado em Engenharia da Computação	3	15,8%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Salientamos que, nas respostas à pesquisa, não encontramos nenhum aluno do PROEJA. Também, destacamos a pouca participação dos cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio, pois apenas 1 (um) aluno dessa modalidade declarou participar das ações extensionistas.

Nos cursos superiores, não observamos, igualmente, a participação de alunos das Licenciaturas em Matemática e Letras (EAD) em atividades de Extensão e Cultura.

De acordo com Lins (2002, p. 133), “Vislumbrando o tripé Ensino/Pesquisa/Extensão como sendo indissociáveis, é fundamental que o estabelecimento de laços relacionais entre esses níveis seja uma constante na vida acadêmica”, assim, através de ações de Extensão se dá a possibilidade de estudo da realidade, como prática que contribui para o desenvolvimento de uma consciência política e social para a formação dos discentes.

Destarte, o processo de Desenvolvimento Regional, atrelado às ações de Extensão e Cultura passa, conforme Nicácio (2009 *apud* Floriano *et al.*, 2017), pela disponibilidade a sociedade de conhecimentos e habilidades, para melhoria do seu nível de vida e pelo estímulo do desenvolvimento do próprio indivíduo.

5.2.2 As ações de Extensão e Cultura do IFPB/CG mediante atuação e visão dos estudantes

Vamos discutir sobre as ações de Extensão e Cultura desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *campus* Campina Grande, mediante a atuação e visão dos discentes extensionistas.

Esse item corresponde ao bloco 2 (dois) do questionário e as perguntas fechadas seguem a escala de Likert, que “requer que os entrevistados indiquem seu grau de concordância ou discordância com declarações relativas à atitude que está sendo medida” (BACKER, 2005 *apud* BONICI e ARAÚJO JR., 2011, p. 7).

Utilizamos uma escala de cinco pontos, alternadas entre o primeiro ponto de “discordo totalmente” até o quinto ponto de “concordo totalmente”, sendo o terceiro ponto uma opção de neutralidade.

Gil (2008) explica que, para cada item da resposta deve ser atribuído um número que reflète o direcionamento da atitude dos respondentes em relação a cada afirmação, tendo a resposta que indica atitude mais favorável o valor mais alto e a menos favorável, o mais baixo.

Dessa forma, para avaliarmos os dados, a cada resposta atribuímos os seguintes valores: concordo totalmente (5), concordo (4), não concordo, nem concordo (3), discordo (2) e discordo totalmente (1), conforme o quadro abaixo:

QUADRO 19: DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES DA ESCALA DE LIKERT

VALORES ATRIBUÍDOS AS RESPOSTAS				
Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo, Nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Para analisarmos os itens da escala de Likert, utilizamos o cálculo do *Ranking* Médio (RM) indicado por Oliveira (2005).

Com o emprego desse modelo, calculamos primeiramente a Média Ponderada (MP) dos valores dados para cada resposta (conforme quadro 19), baseando-nos na frequência de respostas; em seguida, dividimos a MP pelo número de respondentes e obtemos o *Ranking* Médio. Segue a demonstração da equação baseada na descrição dos autores Bonici e Araújo Jr. (2011):

$$\text{Ranking Médio (RM)} = \text{MP}/\text{Nr}$$

$$\text{Média Ponderada (MP)} = \sum(\text{VI} \cdot \text{fi})$$

Onde:

\sum = soma;

VI: valores atribuídos às respostas

fi: frequência das respostas para cada item;

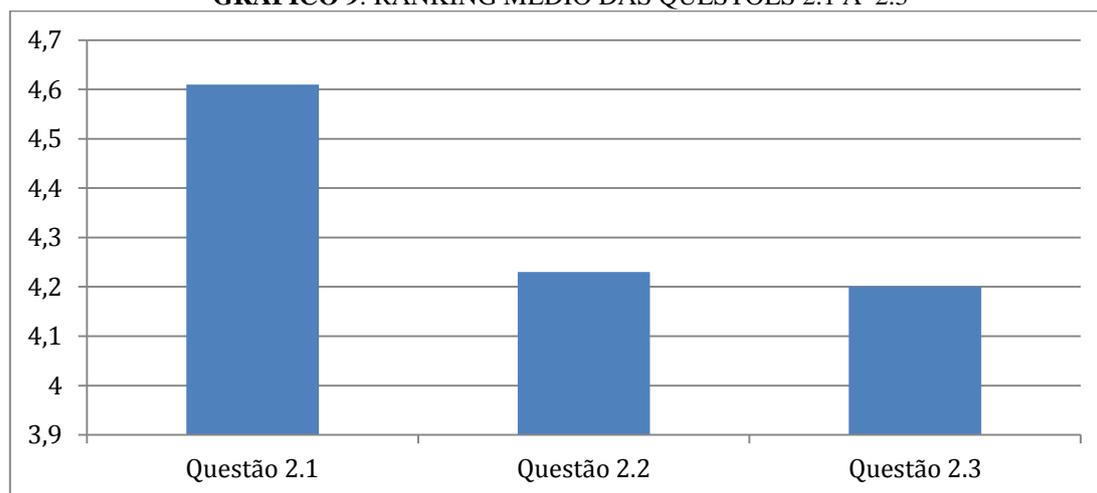
Nr: número de respondentes

Quanto mais próximo de 5 o *Ranking* Médio estiver, maior será o nível de concordância dos estudantes e estando mais próximo de 1, menor será o nível de concordância para as perguntas elencadas no questionário.

Destarte, apresentamos o *Ranking* Médio das respostas dos discentes a um conjunto de três questionamentos (gráfico 9), quais sejam:

- (Questão 2.1) As ações de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, são uma das maneiras que essa instituição executa para se comprometer socialmente com o público externo?
- (Questão 2.2) O IFPB, *campus* Campina Grande, colabora solidariamente na resolução de problemas de exclusão e da discriminação social das regiões beneficiadas pelos projetos extensionistas? e
- (Questão 2.3) O IFPB, *campus* Campina Grande, contribui para o desenvolvimento nos critérios de sustentabilidade ambiental e de viabilidade econômica das regiões contempladas pelos projetos de Extensão?

GRÁFICO 9: RANKING MÉDIO DAS QUESTÕES 2.1 A 2.3



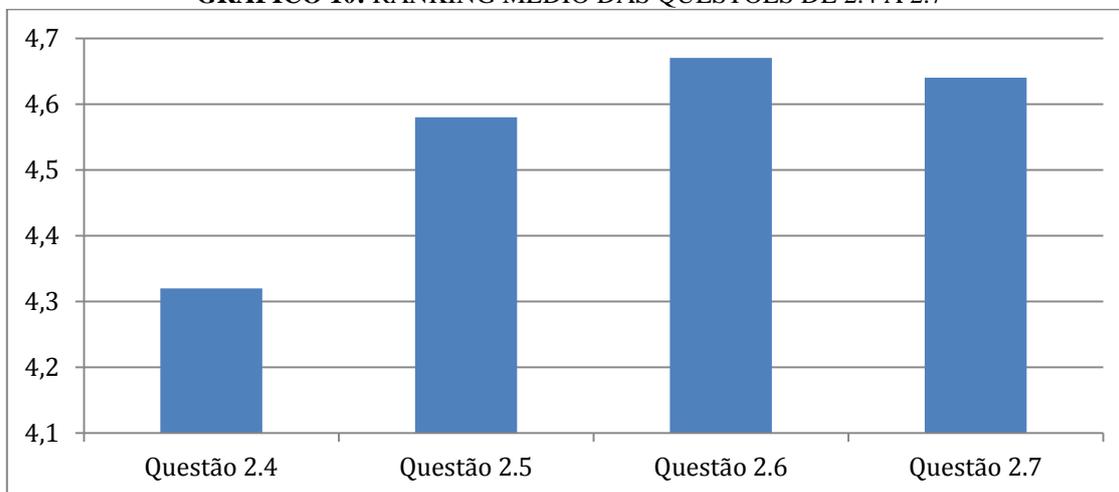
Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Percebemos no gráfico acima que há um bom nível de concordância dos estudantes em relação às questões indagadas nos quesitos 2.1, 2.2 e 2.3, por apresentarem o Ranking Médio nos valores de 4,61; 4,23 e 4,2, respectivamente.

Assim sendo, na percepção dos discentes, as ações de Extensão e Cultura desenvolvidas pelo IFPB/CG, estão comprometidas socialmente com o público externo, podendo colaborar para resolução de problemas de exclusão e de discriminação social das regiões beneficiadas, não deixando de observar também, na execução de seus programas, critérios para a conscientização da sustentabilidade ambiental e econômica.

Além dos questionamentos supracitados, também calculamos o *Ranking Médio* das respostas sobre a percepção dos discentes acerca das ações de Extensão e Cultura do *campus* Campina Grande para o desempenho estudantil (gráfico 10).

GRÁFICO 10: RANKING MÉDIO DAS QUESTÕES DE 2.4 A 2.7



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

O gráfico anterior representa os seguintes questionamentos:

- (Questão 2.4) As ações de Extensão estão articuladas com o Ensino e com a Pesquisa? Parâmetro para resposta: considera-se articulação com o Ensino quando o(a) coordenador(a) - durante os encontros de orientação - ministra conteúdos relacionados com o curso ou com outra área. Já a articulação com a pesquisa ocorre quando é solicitado do extensionista atividade de pesquisa sobre determinado assunto ou situação, para fins de aprofundamento da temática do projeto.
- (Questão 2.5) As atividades de Extensão ajudam no seu desempenho acadêmico?
- (Questão 2.6) Você acha que as atividades extensionistas promovem aperfeiçoamento para sua carreira profissional?
- (Questão 2.7) Considerando a repercussão das atividades extensionistas no processo formativo dos alunos, as ações de Extensão devem ser computadas para integralização dos créditos de carga horária?

Ao analisarmos as questões acima (gráfico 10), verificamos que, para todas as perguntas, foram obtidos RM acima de 4,0, mostrando um resultado positivo quanto a concordância dos discentes.

Para os alunos, as ações de Extensão e Cultura do IFPB/CG estão articuladas com o Ensino e com a Pesquisa (RM 4,32), na medida em que são ministrados conteúdos das disciplinas nos encontros para as orientações das atividades extensionistas, como também quando são solicitadas atividades de Pesquisa para determinadas trabalhos.

Também foi revelado um Ranking Médio alto para a percepção de que as ações extensionistas ajudam para o desempenho acadêmico (RM 4,58), promovendo assim um aperfeiçoamento para a carreira profissional (RM 4,67).

Salientamos que apenas 01(um) aluno discordou que as ações de Extensão e Cultura do IFPB/CG são uma das maneiras que a instituição executa para se comprometer socialmente com o público externo (questão 2.1); também foi apresentada, igualmente, uma discordância para a percepção de que as atividades de Extensão ajudam no seu desempenho acadêmico (questão 2.5). Todavia, de maneira geral, percebemos, através dos resultados dos *Ranking's* Médios (RM), a concordância dos discentes para as questões avaliadas.

Ainda buscando analisar a percepção dos discentes acerca das atividades extensionistas, perguntamos se eles poderiam destacar algum resultado concreto que caracterizavam como um benefício diretamente conquistado por causa das ações de extensão do IFPB/CG.

Elaboramos o quadro a seguir, com duas categorias temáticas identificadas (“geração e difusão do conhecimento” e “qualificação técnica e acadêmica”) a partir das respostas dos estudantes⁴⁰. As categorias “prestação de serviços” e “realização de pesquisas” não foram identificadas nesse momento.

QUADRO 20: CATEGORIAS TEMÁTICAS - RESPOSTAS DOS ESTUDANTES

CATEGORIAS	RESPOSTAS DOS ESTUDANTES	Nº	PORCENTAGEM
Categoria 1: Geração e Difusão do Conhecimento	<p>“Expansão dos conhecimentos para públicos não tão beneficiados, além de uma oportunidade de demonstrar a capacidade da formação oferecida pelo instituto” (Estudante 4);</p> <p>“O conhecimento da população sobre o IFPB, que além de ser uma instituição de ensino ajuda o meio ambiente através de projetos e pessoas” (Estudante 5);</p>	9	52,94%

⁴⁰ Como forma de garantir o sigilo e o anonimato, substituímos os nomes dos respondentes pelo termo estudante, seguido de uma numeração. Nenhuma correção de ordem gramatical foi realizada para a transcrição das respostas.

	<p>“[...] poder levar meus conhecimentos adquiridos a pessoas que muitas das vezes não tem a mesma oportunidade que eu” (Estudante 7);</p> <p>“Introdução a área de robótica para a comunidade além de premiações conquistadas em competições” (Estudante 8);</p> <p>“O despertar da conscientização quanto a importância e preservação do meio ambiente” (Estudante 10);</p> <p>“Os minicursos feitos a partir de projetos de extensão, para comunidades escolares que são carentes de alguns assuntos relevantes” (Estudante 11);</p> <p>“Os idosos que participam do projeto Navegantes conseguem acessar a internet” (Estudante 19);</p> <p>“Sim, o projeto que eu faço parte busca conscientizar crianças e ainda nos auxilia sobre reconstrução de ambientes com materiais recicláveis” (Estudante 24);</p> <p>“Sim, o projeto ao qual faço parte trabalha com a conscientização ambiental de crianças da comunidade e ainda nos dá mais experiência dentro do curso já que trabalhamos com reconstrução de ambientes usando materiais reutilizáveis” (Estudante 25).</p>		
<p>Categoria 2: Qualificação Técnica e Acadêmica</p>	<p>“No meu caso o projeto de extensão foi benéfico, pois comecei a ministrar aulas de informática para pessoas idosas, e como meu curso é de licenciatura, eu precisava aperfeiçoar essa característica da docência, então esse projeto foi de grande importância para meu desenvolvimento acadêmico e profissional” (Estudante 6);</p> <p>“Melhorei muito minha oratória após projetos extensionistas, a desenrolar mais as coisas com facilidade [...]” (Estudante 7)</p> <p>“Desenvolvimento dos discentes com a vivência de professores na sala de aula” (Estudante 15);</p> <p>“Nosso desenvolvimento na área acadêmica, e nosso aprendizado na experiência como docentes” (Estudante 16);</p> <p>“A inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho por meio das atividades realizadas” (Estudante 22);</p> <p>“Se você participa de um projeto de extensão</p>	8	47,06%

	<p>focado na área do seu curso, os resultados são ótimos, você aperfeiçoa todas as técnicas que você adquiri e aprende como funciona as coisas na prática” (Estudante 26);</p> <p>“Sim. Porque através do nosso projeto "economia solidária", tivemos a oportunidade de auxiliar na recuperação de dependentes químicos. Desenvolvemos terapias para os dependentes, contribuindo com o bem estar dos mesmos. Benefício ocasionado pelo IFPB” (Estudante 28).</p> <p>“Facilidade para submeter projetos” (Estudante 30);</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Podemos observar que a geração e difusão do conhecimento, por causa das ações de Extensão e Cultura do IFPB/CG foram aspectos destacados por 52,94% dos estudantes como benefícios conquistados pela comunidade público-alvo e/ou para eles (os discentes extensionistas).

Assim, ao estar relacionada também ao Ensino e a Pesquisa, a Extensão se constitui como um espaço mediador de produção e difusão do conhecimento, ao integrar a teoria com a prática.

Para a instituição, nota-se a oportunidade de retroalimentação de suas funções, podendo corrigir e implementar os seus processos. Por outro lado, pode aprender com o saber popular e com a cultura da comunidade; e, a comunidade pode melhorar sua condição de vida e desenvolver sua emancipação (LOURENÇO, 2011, p. 19).

Por conseguinte, evidencia-se, mediante as considerações dos alunos que, através do desenvolvimento das atividades extensionistas, eles foram influenciados e influenciaram a comunidade através da troca de saberes.

Observamos, ainda, que os aspectos de qualificação técnica e acadêmica foram apontados por 47,06% dos alunos como resultados concretos conquistados pela Extensão e Cultura do IFPB/CG.

Como destaca Lourenço (2011), as atividades de Extensão, do ponto de vista de formação acadêmica, têm uma grande importância para a formação integral do aluno.

Ao participar de atividades extensionistas, o aluno amplia sua capacitação profissional e descobre novos campos de atuação. [...] Desenvolve sua capacidade de trabalhar em conjunto e de pensar como cidadão ao desenvolver atividades comunitárias (p. 19).

Nesse contexto, para os estudantes, a Extensão torna-se uma ferramenta de inserção para a vida profissional, “concedendo oportunidades de conhecimento das realidades locais, possíveis espaços de atuação profissional” (RIBEIRO *et al.*, 2016, p.07).

A qualificação, como benefício para o público-alvo, também foi apontada nas falas dos discentes, representando a atuação da Extensão como sendo capaz de diagnosticar necessidades, em busca do oferecimento de possíveis soluções.

“A inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho por meio das atividades realizadas” (Estudante 22);

“Sim. Porque através do nosso projeto "economia solidária", tivemos a oportunidade de auxiliar na recuperação de dependentes químicos. Desenvolvemos terapias para os dependentes, contribuindo com o bem estar dos mesmos. Benefício ocasionado pelo IFPB” (Estudante 28).

Dessa forma, ao analisamos a Extensão e Cultura desenvolvida pelo Instituto Federal da Paraíba, *campus* Campina Grande, mediante a visão e atuação dos discentes, verificamos um processo de aprendizagem/desenvolvimento para a comunidade acadêmica e para o público-alvo das atividades extensionistas. Configurando assim, aspectos de longo prazo que, conforme Vieira (2017, p. 282) são resultados das “ações de extensionistas de alcance crescente, cuja relevância tem sido cada vez mais reconhecida” para o Desenvolvimento Regional.

5.3 Verificação, a partir da percepção dos parceiros sociais, se os projetos de Extensão e Cultura trouxeram benefícios para os públicos beneficiados

Nesta seção, buscamos verificar, a partir da percepção dos parceiros sociais, se as ações de Extensão e Cultura trouxeram algum benefício para o público-alvo.

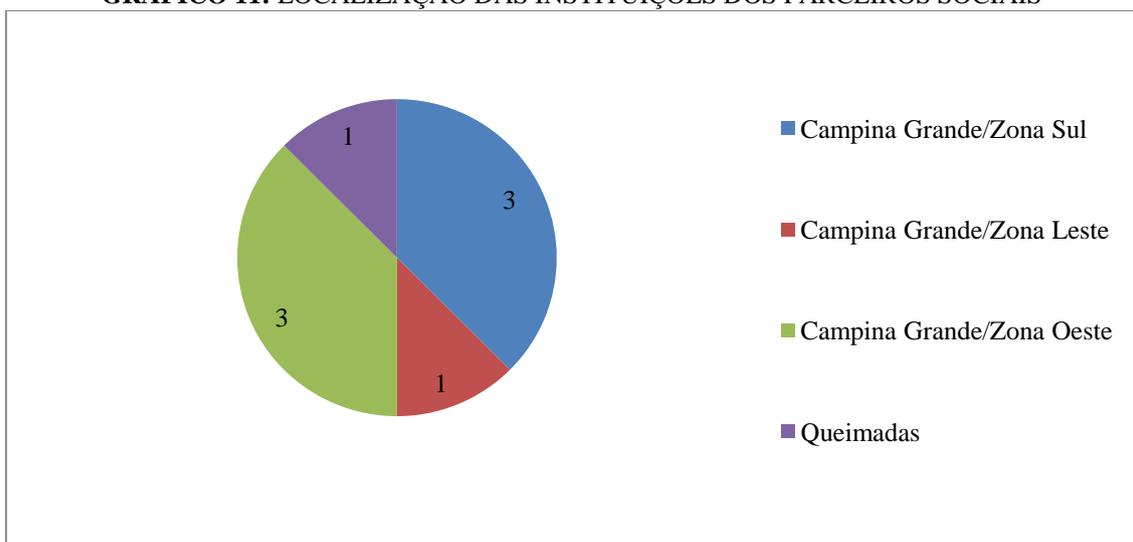
Os parceiros sociais, conforme a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB, são articuladores ou líderes comunitários com quem os proponentes dos projetos de Extensão do IFPB fazem contato/parceria para a execução de suas propostas. Durante a execução dos projetos, os parceiros sociais acompanham e monitoram as ações em suas comunidades.

O Desenvolvimento Regional em sentido amplo considera, conforme Chiarello (2015), a importância da sociedade e das relações sociais para a região. E, nesse processo, segundo ainda a citada autora, a universidade, e aqui, em particular, o IFPB,

campus Campina Grande, pode mediar o mundo social e ciência, nos processos de inovação teológica, bem como na geração e difusão da ciência e cultura.

Destarte, para verificação desse objetivo, realizamos entrevistas semiestruturadas com 8 (oito) parceiros sociais. A amostra contemplou instituições das zonas sul, leste e oeste da cidade de Campina Grande/PB e ainda a cidade de Queimadas/PB, uma vez que o IFPB/CG também tem, como área de abrangência, cidades circunvizinhas a Campina Grande (gráfico 11).

GRÁFICO 11: LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DOS PARCEIROS SOCIAIS



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

As Instituições da cidade de Campina Grande/PB são localizadas nos bairros do Distrito Industrial, São José e Catolé (zona sul); no José Pinheiro (zona leste); no Mutirão do Serrotão, Centenário e Prata (zona oeste). Não realizamos nenhuma entrevista com parceiro social que fosse localizado na zona norte de Campina Grande.

Para nosso estudo, percebemos uma amostra satisfatória, contemplada em quase todas as zonas de Campina Grande e ainda outra localidade de abrangência social do *campus* Campina Grande, o município de Queimadas. Salientamos que, no ano de 2018, ingressaram 72 alunos⁴¹ da cidade de Queimadas, no IFPB/CG, constituindo a maior representatividade de alunos depois da cidade de Campina Grande.

Em continuidade à pesquisa, procuramos saber, mediante um conjunto de quatro perguntas (apêndice 2), se os projetos de Extensão e Cultura desenvolvidos pelo *campus* Campina Grande promoviam algum benefício para as regiões ou públicos-alvo das Instituições das quais os parceiros sociais faziam parte. As perguntas concentraram-se

⁴¹ Dados do SUAP, em 15 de fevereiro de 2019.

na relação da Extensão com aspectos ligados à realidade de transformações socioculturais, econômicas e ambientais das regiões atendidas.

A análise de conteúdo foi realizada levando em consideração os impactos do “conhecimento acadêmico” (Diniz e Vieira, 2015), considerando os aspectos de transbordamentos de longo prazo para o Desenvolvimento Regional.

Embora o corpus de texto esteja aberto a uma multidão de questões possíveis, a AC interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa (BAUER & GASKELL, 2008, p. 199).

Assim, dispomos as respostas no quadro abaixo, a partir das categorias empíricas identificadas: geração e difusão do conhecimento; qualificação técnica e acadêmica e prestação de serviços.

QUADRO 21: CATEGORIAS TEMÁTICAS - FALAS DOS PARCEIROS SOCIAIS

CATEGORIAS	FALAS
<p>Categoria 1: Geração e Difusão do Conhecimento</p>	<p>“Eles estão tendo a oportunidade de conhecer outras realidades, outros benefícios, estimulando ter a autoestima deles elevada, ter oportunidade de obter novos conhecimentos, novos professores. Então tudo isso veio para engrandecimento, não só da escola, como dos alunos e da comunidade” (Parceiro Social 1);</p> <p>“Aqui na região de Campina Grande ele tá fazendo revoluções [...] E tá chegando lá e tá incentivando as pessoas e graças a Deus tem feito benefício” (Parceiro Social 2);</p> <p>“Quando a gente coloca um projeto como esse, a gente sabe que aquela comunidade vai se entender melhor como agente de transformação e como simplesmente gente, como simplesmente pessoas que podem buscar seus direitos que não precisam se calar diante das coisas erradas, seja é... vindo dos poderes públicos ou de outras pessoas, da sociedade civil mesmo e é uma forma extremamente importante do Instituto fomentar essa consciência coletiva [...]” (Parceiro Social 4);</p> <p>“Quando é...a Instituição é beneficiada com um projeto, vem a melhorar o ambiente, vem...tem haver com a melhoria do conhecimento dos alunos, né?! A participação deles. E isso vem a somar com as nossas atividades” (Parceiro Social 5);</p> <p>“Você implanta uma coisa inovadora na escola, ele abre as portas pra outros tipos de busca”. “E o aparato intelectual que rola entre os alunos e o ambiente acadêmico da escola é muito valioso” (Parceiro Social 6);</p> <p>“[...] eles interagem mais, assim, para o conhecimento” (Parceiro Social 7);</p> <p>“Ajuda ao aluno a desenvolver suas aprendizagens dentro dos conteúdos, conteúdos da disciplina estudada” (Parceiro Social 8)</p>
	<p>“O último curso que eles fizeram foi de reciclagem de papel, de encadernação manual, é uma coisa linda, uma coisa fantástica, é uma coisa</p>

<p>Categoria 2: Qualificação Técnica e Acadêmica</p>	<p>que tá mudando até o nosso jeito de falar aqui na Instituição” (Parceiro Social 2);</p> <p>“Que no programa de extensão a gente já passou a ensinar os professores também e a dar workshops, então a gente fez o serviço de aluno aprender, depois tentar deixar autossustentável pra o professor implantar aquilo dentro da sala de aula” (Parceiro Social 6)</p>
<p>Categoria 3: Prestação de Serviços</p>	<p>“E a gente ainda trouxe como resultado a validação de um modelo de negócios [...] fruto de todo o estudo e trabalho que foi desenvolvido por dois estudantes do IFPB/ <i>campus</i> Campina Grande [...]” (Parceiro Social 4);</p> <p>“Foi feito o projeto e a gente encaminhou para a Procuradoria e estamos aguardando eles mandar uma empresa terceirizada para execução para melhorar o espaço” (Parceiro Social 5)</p>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

Destarte, mediante as percepções dos parceiros sociais, a extensão desenvolvida pelo IFPB/CG tem mostrado alguns resultados:

- O IFPB, *campus* Campina Grande pela primeira vez teve um filme com sua chancela, com seu aporte, com 100% de apoio seu, exibido no Comunicurtas que é o Festival Audiovisual de Campina Grande e se configura hoje como um dos maiores do Brasil;
- Conseguimos visibilidade maior para o Quilombo Cavahada que é uma unidade territorial de vivência, através do registro de seu povo, de sua cultura;
- Conseguimos a criação, desenvolvimento e distribuição, também, de um programa audiovisual, com foco em Edu comunicação, democratização das mídias, entre outras ações pontuais (PARCEIRO SOCIAL 4).

Percebemos que as ações consistem na prestação de serviços, através do desenvolvimento de processos que trabalham a integralização da educação formal, da arte e da cultura, contribuindo para a formação de agentes críticos, transformadores da realidade social.

Há, ainda, o anseio de continuidade do projeto, da parceria com o IFPB, *campus* Campina Grande:

Nós não queremos que esse projeto pare aqui, nós buscamos desenvolver, criar ideias, desenvolver projetos que possam ser aplicados em outras comunidades também. Então da mesma forma que a gente pôde fazer esse trabalho, com essa comunidade, podemos fazer com outras e levar mais informação a cada vez mais gente, distribuindo esse conteúdo, especialmente na internet porque a gente consegue alcançar outros países de uma forma prática, rápida e bem mais barata do que aconteceria se fosse através de mídia tradicional e, principalmente, principalmente mesmo, na região Nordeste (PARCEIRO SOCIAL 4).

Podemos observar, ainda, outra iniciativa em prestação de serviço em que o entrevistado aponta a contribuição da ação extensionista para sua Instituição:

À medida que a gente recebeu o projeto, isso já foi uma forma de colaborar com a Instituição, que se não a gente teria que, sem ter condições, arranjar recursos para recorrer e com o IFPB facilitou muito. Foi realizado o projeto e a gente encaminhou para o órgão competente e a gente tá aguardando a execução (PARCEIRO SOCIAL 5).

Conforme o relatório do projeto mencionado, a atividade justificou-se pela inserção de estudantes na Pesquisa e na prática de produção de projetos e acompanhamentos de obras, contribuindo para o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão.

No diálogo com a sociedade, as ações de Extensão e Cultura do IFPB/CG contemplam demandas, buscando contribuir aos anseios ou problemas existentes.

O nosso aluno traz um problema de casa para a escola e como a gente não tem muito subsídio de a não ser o dia a dia da escola, deixa o aluno sem muita opção. Então quando ele tem uma oportunidade de participar de um projeto, de uma escola com o nível do IFPB, então sempre é benefício pra eles (...né?!). Comportamento agressivo: melhorou; a gente tinha índice de aluno que usava droga: melhorou; a gente tinha índice de aluno com problema familiar: melhorou (PARCEIRO SOCIAL 1);

Então eu acredito que foi uma ponte (né?!) de interesse entre o aluno que já tinha o interesse, só que a escola não dava suporte pra ele alavancar esse interesse que ele já tinha (PARCEIRO SOCIAL 6).

Para Chiarello (2015), a Extensão como espaço de inclusão social, tem a importância de mediar o social e a ciência, estando sintonizada com as questões locais. Promove a articulação entre o fazer e a realidade econômica, social, cultural e ambiental da região, articulando processos de Educação na perspectiva do Desenvolvimento Local e Regional.

Assim sendo, corroborando com Diniz e Vieira (2015), verificamos, mediante relatos dos parceiros sociais, que os efeitos do “conhecimento acadêmico” se expressam **numa melhor qualificação técnica e acadêmica** do público-alvo, em **conhecimentos gerados/adquiridos**, além de ações que se configuram **em prestações de serviço para a comunidade**.

Há a preocupação em auscultar as expectativas produzidas pela sociedade, bem como em valorizar o contexto em que as atividades se inserem, na busca de uma relação de reciprocidade, mutuamente transformadora, em que o saber científico possa se associar ao saber popular, a teoria à prática em um constante movimento dialético permeado pela realidade social e a experiência do pensar e fazer (JEZINE, 2004, p. 3).

Não identificamos na percepção dos parceiros sociais e dos discentes, de forma explícita, fatores ligados ao desenvolvimento de pesquisas, categoria temática que também estava prevista no início desse estudo. Todavia, isso não significa que não se tenha Pesquisa mediante a Extensão e Cultura, pois ela trabalha de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa. Por meio da Pesquisa, a Extensão procura planejar articulações para o desenvolvimento de ações que envolvam necessidades/problemas da sociedade.

A extensão precisa de conteúdos, educandos e professores para ser efetivada; bem como necessita da pesquisa para diagnosticar e oferecer soluções a problemas diversos com os quais irá deparar-se e para que esteja constantemente atualizando-se (SANTOS, 2019, p. 13).

Assim, verificamos que as atividades extensionistas ao promoverem a interação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *campus* Campina Grande e a sociedade revelam aspectos que são, conforme Diniz e Vieira (2015), fatores aptos a contribuir, de alguma maneira, para o Desenvolvimento Regional, através do público-alvo de cada projeto executado. Essas contribuições, de características mais subjetivas, relacionadas, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, não estão apenas ligadas aos aspectos econômicos, mas, sobretudo, aos campos social, cultural e ambiental.

A produção do conhecimento científico e tecnológico, formação e qualificação de recursos humanos e prestação de serviços identificados nessa pesquisa são transbordamentos de maior complexidade e relevância para as perspectivas de Desenvolvimento Regional e consistem em encadeamentos perceptíveis em longo prazo através de uma contínua interação entre o IFPB/CG e a região.

Assim sendo, podemos evidenciar que, através das ações de Extensão e Cultura estão sendo criadas condições promissoras ao estabelecimento de “ligações à jusante” entre o IFPB, *campus* Campina Grande e a região de sua abrangência, promovendo, assim, aportes para o Desenvolvimento Regional, conforme preconizam os autores Diniz e Vieira (2015).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo principal investigar a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional, a partir de suas ações de Extensão e Cultura. Embora estejamos nos reportando a “considerações finais”, de modo algum, temos a pretensão de concluir, de forma fechada e definitiva, os resultados dessa pesquisa, mas, sobretudo, a intenção é a de fazermos uma discussão do que foi averiguado, mediante os estudos realizados.

Para investigação do nosso objetivo, tomamos como recorte e viabilidade de estudo, o mapeamento das ações de Extensão e Cultura dos anos de 2016 à 2018, concentradas, especificamente, em programas, projetos e prestação de serviço. Analisamos também as ações de Extensão e Cultura mediante a visão e atuação de estudantes extensionistas e verificamos, a partir da percepção dos parceiros sociais, se os projetos de Extensão trouxeram algum benefício para os públicos beneficiados de suas Instituições.

Baseamo-nos nas concepções de Clélio Campolina Diniz e Danilo Jorge Vieira (2015), que apresentam os impactos provenientes das potencialidades das Instituições de Educação Superior (IES) para o Desenvolvimento Regional. Conforme os citados autores, são aspectos que contribuem para a região no curto prazo, como “gastos ou ligações a montante” ou refletem no longo prazo, como os impactos do “conhecimento acadêmico ou ligações a jusante”. Concentramos as análises dessa pesquisa nos impactos do conhecimento acadêmico, geradores de encadeamentos para frente.

Entendemos que foi uma tarefa desafiadora, considerando que desvendar as atividades extensionistas como contributivas para o Desenvolvimento Regional, inter-relaciona aspectos ligados aos campos sociais, econômicos e culturais, revelando uma pesquisa mais subjetiva quanto aos aspectos ligados à promoção do desenvolvimento.

A Educação está, como política pública, posicionada em busca de respostas às necessidades impostas socialmente pela globalização, não contribuindo apenas para a hegemonia do capital, mas também se apresentando como uma via possível para a emancipação através do acesso ao saber mais elaborado. Coopera, por conseguinte, para a adaptação dos indivíduos às formas de produção/reprodução da organização da vida social e do mundo do trabalho, no que concerne à transmissão de valores humanos,

conhecimentos, bens e serviços. Pode ser vista como principal pilar de sustentação do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Dessa forma, compreendemos que as Instituições de Educação Superior, como instituições sociais, podem constituir-se num importante espaço de trabalho contra as desigualdades sociais, através de suas políticas públicas, promovendo a inclusão dos indivíduos e o desenvolvimento das regiões nas quais estão inseridos.

Nesse sentido, os Institutos Federais de Educação, procuram estabelecer uma interação mais direta com as comunidades locais, na perspectiva da construção da cidadania e estímulo às potencialidades de desenvolvimento. Destarte, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande busca, através do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, promover uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de um aprendizado de interação com a realidade.

Assim, vislumbramos o processo de Desenvolvimento Regional como sendo uma necessidade legítima de uma gestão mais eficaz dos fatores de desenvolvimento, não só no que concerne a um melhor uso dos recursos, mas à participação dos diferentes atores, culminando em um desenvolvimento que inclua, além do campo econômico, também o social, o ambiental, cultural, dentre outras dimensões. A esse processo, destacamos a importância da Extensão e Cultura, entendendo como prática acadêmica que, ao identificar as demandas da região, busca promover numa concepção dialógica, uma relação entre os saberes da academia e da sociedade.

Verificamos, pois, mediante o mapeamento dos editais e relatórios das atividades extensionistas (anos de 2016 a 2018) que o IFPB, *campus* Campina Grande busca pelo cumprimento da função educacional, social e cultural, através da geração e difusão da ciência e da tecnologia, tendo a população como principal interlocutor. Podemos evidenciar que os projetos de Extensão e Cultura são pensados e executados objetivando o estabelecimento dos processos políticos-pedagógicos e que alguns se destacam pela busca do fortalecimento de Parcerias Sociais.

Identificamos ações nas oito áreas temáticas determinadas às atividades extensionistas (Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho), com maior destaque, porém, para a área de Educação, com foco em projetos de Educação Profissional; Grupos Sociais Vulneráveis; Patrimônio Cultural, Histórico e Natural; Educação e Processo Ensino-

Aprendizagem; Desenvolvimento Urbano; Uso de Drogas e Dependência Química; Esporte e Lazer; Desenvolvimento e Cultura.

Observamos, assim, mediante os projetos aprovados e executados, uma ação dialógica do IFPB, *campus* CG com o seu entorno. São atividades educacionais que buscam pelo estímulo ao aprendizado, capacitação técnica e acadêmica, inclusão social, incentivo às práticas sustentáveis, de conscientização ambiental, entre outras.

Todavia, faz-se oportuno um maior estímulo por parte da Coordenação de Extensão e Cultura para que sejam contemplados mais trabalhos voltados para as áreas temáticas com menor índice de projetos desenvolvidos, sobretudo as áreas de Trabalho e Direitos Humanos.

De igual modo, salientamos também a necessidade de maior incentivo à participação de discentes dos cursos subsequentes ao ensino médio (público de menor representatividade na pesquisa) em atividades extensionistas, por entendemos que é através de ações de Extensão que se dá a possibilidade de estudo da realidade, como prática contributiva para o desenvolvimento de uma consciência política e social para a formação do alunado.

O Ensino, a Pesquisa e a Extensão são atividades sistêmicas e complementares e, nesse sentido, esse estudo apontou que os discentes extensionistas percebem essa articulação, na medida em que são ministrados conteúdos das disciplinas nos encontros para as orientações dos atos de Extensão, como também quando são solicitadas atividades de pesquisa para determinadas trabalhos. Para os alunos, as ações de Extensão e Cultura do IFPB/CG contribuem para o melhor desempenho acadêmico e aperfeiçoamento para a carreira profissional e devem ser integralizadas aos créditos de carga horária dos cursos.

A geração e difusão do conhecimento, bem como a qualificação técnica e acadêmica, foram aspectos elencados pelos estudantes como benefícios conquistados pela comunidade público-alvo e/ou para eles (os discentes extensionistas). Conforme Diniz e Vieira (2015), essas categorias destacadas, por meio da análise de conteúdo, estão relacionadas com os *outputs* das atividades das Instituições de Ensino e são decisivas para estimular um processo prolongado e acumulativo de desenvolvimento.

Verificamos que os parceiros sociais corroboram com a visão dos discentes, ao destacarem contribuições das atividades de Extensão e Cultura desenvolvidas pelo IFPB/CG para o público-alvo de suas Instituições. São ações que estabelecem ligações a jusante à medida que colaboram com os anseios e/ou resolução de problemas existentes na

região, e que se expressam, de igual modo, numa melhor qualificação técnica e acadêmica do público-alvo, em conhecimentos gerados/adquiridos, além de ações que se configuram em prestações de serviço para a comunidade.

Nesse contexto, destacamos que há condições favoráveis para a geração de desenvolvimento, o que Furtado (2004) evidencia que se constitui, principalmente, em um caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.

Salientamos, ainda, conforme a visão de Vieira (2017), que a desconcentração das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão pode estimular o surgimento de novas centralidades, capazes de motivar a geração do conhecimento científico e tecnológico para além das áreas tradicionais, constituindo, assim, condições mais promissoras para o desenvolvimento das regiões. E, nesse mesmo entendimento, a Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, qual seja, 11.892/2008, preceitua, em um de seus objetivos, que os IFs devem desenvolver atividades de Extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Compreendemos, portanto, que há um processo de aprendizagem/desenvolvimento para a comunidade acadêmica e para o público-alvo das atividades extensionistas. As ações de Extensão e Cultura exercem uma função importante para a formação do aluno, para o aprimoramento docente e para a troca de saberes com a comunidade.

Destarte, mediante as concepções de Diniz e Vieira (2015) para o Desenvolvimento Regional, examinamos que as efetivações das atividades de Extensão e Cultura têm relação com a geração e difusão do conhecimento científico e tecnológico, formação e qualificação técnica/acadêmica, como também colaboram com ações de prestações de serviços para a comunidade. Esses aspectos das atividades extensionistas aqui identificados, fazem parte de um conjunto de impactos de características mais subjetivas, causadoras de mudanças estruturais no longo prazo.

Assim sendo, verificamos que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande tem condições para contribuir para o desenvolvimento da região de seu entorno através de suas ações extensionistas, sobretudo por meio de “encadeamentos para frente”. As demonstrações dos discentes extensionistas e dos parceiros sociais do IFPB/CG revelaram o papel do *campus* Campina Grande como agente de Desenvolvimento Regional por meio da execução de

atividades comprometidas socialmente com o público externo, em busca da resolução de problemas de exclusão e de discriminação social das regiões beneficiadas, não deixando de observar, na implementação de seus programas, aspectos econômicos e de conscientização/sustentabilidade ambiental.

E, nesse sentido, o impacto social, conforme entendimento de Floriano *et al.* (2017) oferecido por uma instituição de ensino para uma região deve ser classificado como fator primordial nas estratégias de Desenvolvimento Regional.

Portanto, vislumbramos que os resultados dessa pesquisa possibilitaram um conhecimento mais específico das condições geradas pelas ações extensionistas/*campus* Campina Grande para o Desenvolvimento Regional, podendo servir de parâmetros para uma ferramenta de análise institucional dessas atividades, com critérios de viabilidade para o desenvolvimento social, ambiental e econômico, sendo necessário, para tanto, o estabelecimento de acompanhamento e avaliação das ações de Extensão e Cultura não só durante a execução do projeto, mas principalmente posterior a sua execução.

Por fim, sugerimos ainda ulteriores estudos acerca do tema, para que se ampliem os aspectos da Extensão mediante a atuação e percepção de diferentes atores/seguimentos envolvidos (como coordenadores de projetos extensionistas e comunidade beneficiada), em busca de aprofundamentos de outras relações/estruturações ao processo de Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Estelbina Miranda de. **Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa**. 2 ed. Assunção: A4 Diseños, 2012.

ARAÚJO, Rodrigo da Cruz de. Análise sobre a monocultura de soja e o desenvolvimento sustentável na Amazônia com base na teoria do desenvolvimento endógeno. **Revista Economia e Desenvolvimento**. v. 26, n. 1, p. 105-118, 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/13882>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015. Disponível em: < <file:///C:/Users/Ana%20Maria/Downloads/7956-Texto%20do%20artigo-20820-2-10-20170418.pdf> >. Acesso em: 18 jun. 2018.

BACELAR, Tânia Araújo. Tendências do Desenvolvimento Regional recente no Brasil. In: BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (orgs). **Pacto federativo, integração nacional e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/mioloPactoNOVO21.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1977.

_____. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições Setenta, 2016.

BARROS, Aidiel Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. – 7º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BONICI, Rosângela Maura Correia; ARAÚJO JR., Carlos Fernando de. Medindo a Satisfação dos Estudantes em Relação a Disciplina On-Line de Probabilidade e Estatística. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 17, 2011. **Anais Eletrônicos...** Manaus: ABED, 2011. Disponível em: < <http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/190.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

BORGES, Cíntia Cinara Moraes. **A política de assistência estudantil a partir da execução do programa auxílio permanência no Instituto Federal de Alagoas-campus Palmeira dos Índios: a permanência pelo auxílio**. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. **Diário Oficial**, 26 de set. 1909, p. 6975. Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. **Parecer nº 16/99-CEB/CNE**, de 05 de outubro de 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília: 23 fev. 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST)**. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT)**. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 15 abr. 2018.

_____. **Lei n. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Congresso Nacional, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 05 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF, [2009?]a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica. **Concepções e Diretrizes**. Brasília/DF, 2010a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 mai. 2018

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Prestação de Contas Ordinária Anual: relatório de gestão 2010b**. Brasília-DF, 2011a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=800>

6-relatorio-gestao-2010-setec-versaofinal-cgu-pdf&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. Surgimento das escolas técnicas. **Educação & Ciência**, 2011b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/educacao-e-ciencia/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. **Um passado vestido de futuro**: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Editora IFB, 2012.

CAMPOS, Marcelo Mallet Siqueira. A expansão da rede federal de educação profissional, técnica e tecnológica no período 2003-2014: uma análise a partir da abordagem das capacitações. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria/RS, v. 28, n.2, p. 497-516, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/26166/pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CANANÉA, Fernando Antonio Abath Luna Cardoso. **O Mar e a Jangada**: política cultural e extensão universitária. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

CHIARELLO, Ilze Salete. A Universidade e seu Papel no Desenvolvimento Regional: contribuições do PROESDE. **Revista Extensão em Foco**, Caçador, v.3, n.1, p. 240-247, 2015.

COÊLHO, Vitarque Lucas Paes. A Política Regional do Governo Lula (2003-2010). In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antonio (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017, p. 65.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, p. 89-107, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DINIZ, Clélio Campolina; VIEIRA, Danilo Jorge. Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. **Revista Paraense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.36, n. 129, p. 99-115, 2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/767/971>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

EXTENSÃO TECNOLÓGICA - **Rede Federal de Educação Profissional, Científica Tecnológica/ Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/extensao-tecnologica-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2013.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos de Metodologia**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FARENZENA, Nalú; LUCE, Maria Beatriz. Políticas públicas de educação no Brasil: reconfigurações e ambiguidades. In: MADEIRA, Ligia Mori (Org.). **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_37.pdf>. Acesso em 10 jan. 2019.

FERREIRA, Almiro de Sá. A Escola de Aprendizes Artífices no Estado da Paraíba: Processos Disciplinares e de Reordenamento para o Trabalho Assalariado no Nordeste (1910-1940). **Série Documental/Relatos de Pesquisa**, n. 19, julho de 1994. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/A+Escola+de+Aprendizes+Art%C3%ADfices+no+Estado+da+Para%C3%ADba+Processos+Disciplinares+e+Reordenamento+para+o+Trabalho+Assalariado+no+Nordeste+%281910-1940%29/251bcf8d-5def-4eb2-9b40-ba71bd18a0cf?version=1.1>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FLORIANO, Mikaela Daiane Prestes; MATTA, Isabela Braga da; MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; ZULIANI, André Luís Baumhardt. Extensão Universitária e Desenvolvimento Regional: uma discussão pela perspectiva da comunidade. In: ENCONTRO DA ANPAD, 41, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2017.

FORPROEX (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS). **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Brasília: MEC: SESU, 2006. 100 p. (Coleção Extensão Universitária). Disponível em: <http://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

FORPROEXT (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO OU CARGOS EQUIVALENTES DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA). **Contribuições para a Política de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: CONIF, 2015. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/xiii-forproext-contribuicoes-para-a-politica-de-extensao-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2015.pdf/view>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável**. 2 ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia e Política**, v. 24, n.4(96), p. 483-486, 2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/96-1.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. 2 ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1981.

GALDINO, Patrícia Gomes. **A política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 2016. 173 f. Dissertação (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016. Disponível em: <

https://sigaa.ufpb.br//sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1917>. Acesso em: 15 jan. 2017.

GALVÃO, Antônio Carlos F. Por que apoiar políticas de Desenvolvimento Regional? Ideias sobre alguns dos dilemas atuais do desenvolvimento. In: BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (Orgs). **Pacto federativo, integração nacional e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/mioloPactoNOVO21.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODDARD, J. B.; CHATTERTON, P. Regional development agencies and the knowledge economy: harnessing the potential of universities. **Environment and Planning – Government and Policy**, v.17, n.6, 1999.

HAIR JR., Joseph Frankinet *et al.* **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOFF, Débora Nayar; PEREIRA, Camila Amaral; PAULA, Luis Gustavo Nascimento de. O impacto da universidade pública no Desenvolvimento Regional sob a luz da literatura internacional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 510-527, jan.-abr. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

IDEME (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL). **Produto interno Bruto do Estado da Paraíba e de seus Municípios 2010- 2013**. João Pessoa: IDEME, 2016.

IFPB (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2015-2019**. João Pessoa: Ministério da Educação, 2015.

_____. **Plano Pedagógico de Curso/ Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio**. Campina Grande, 2015. Disponível em <https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/90/documentos/PPC_de_Inform%C3%A1tica_Integrado_Reformula%C3%A7%C3%A3o_2015-Final.pdf>. Acesso em 22 nov. 2018.

_____. **Edital n. 005/2016**. Programa Institucional de Bolsas de Extensão: PROBEXT PROJETO. João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/2016/edital-no-005-2016>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. **Edital n. 014/2016.** Programa Institucional de Bolsas de Extensão: PROBEXC PROJETO. João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/2016/edital-de-extensao-no-014-2016>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. **Edital n. 023/2016.** Programa Integrador Escola Comunidade - PIEC 2016. João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/2016/edital-de-extensao-023-2016-probext-programa>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. **Edital n. 033/2016.** Programa Institucional de Apoio ao Fortalecimento dos Núcleos de Extensão da “Rede Rizoma IFPB: Tecnologia em Extensão”. João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/2016/edital-no-33-2016-proexc>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. **Edital n. 038/2016.** Chamada de Apoio Institucional para Articulação e Implantação de Empreendimento Social. João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/2016/edital-no-38-2016-proexc>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. **Plano Pedagógico de Curso/ Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio.** Campina Grande, 2016. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/154/documentos/PPC_-_TECNICO_EM_QUIMICA_atualizado.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

_____. **Edital n. 87/2017.** Processo Seletivo para o Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio. Campina Grande, 2017. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/media/EDITAL_PRE_N%C2%BA_87-2017_-_Processo_Seletivo_PROEJA_Campus_Campina_Grande_2018_retificado.pdf>. Acesso em 13 abr. 2018.

_____. **Edital n. 004/2017.** Programa Institucional de Apoio ao Fortalecimento dos Núcleos de Extensão da “Rede Rizoma IFPB: Tecnologia em Extensão” Prorizoma 2017: PROENEX. João Pessoa, 2017. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/2017/edital-no-04-2017-proexc>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. **Edital n. 021/2017.** Cultura em Rede - Fomento à Articulação de Grupos Culturais e Acadêmicos. João Pessoa, 2017. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/2017/edital-no-021-2017>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. **Plano Pedagógico de Curso/Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios - CE.** Campina Grande, 2017. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/16/documentos/PPC-CE_2017.1.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

_____. **Edital n. 108/2017.** Processo Seletivo para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio PSCT – 2018. João Pessoa, 2017. Disponível em:

<https://estudante.ifpb.edu.br/media/Edital_psct_2018_integrado_a6XwTGu.pdf>. Acesso em 13 abr. 2018.

_____. **Edital n. 109/2017.** Processo Seletivo para os Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio (Pós-Médio) PSCT – 2018. João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/media/Edital_psct_2018_subsequente_ChcRHov.pdf>. Acesso em 13 abr. 2018

_____. **Edital n. 011/2018.** Programa de Apoio Institucional à Prestação de Serviço. João Pessoa. 2018. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/2018/edital-no-011-2018-proexc>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. **Relatório de Gestão: Ações 2014-2016.** João Pessoa: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <<http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/224>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em:<<https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

KUNZE, Nádia Cuiabano. **A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941).** Cuiabá: UFMT/IE, 2005.

_____. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica**, Brasília, v.2, n. 2, p. 8-25, 2009.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Arned; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Damião de. **Campina Grande sob intervenção:** a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista. João Pessoa: UEPB, 2012.

LINS, Maria Helena Serrano de França. Educação Popular e Extensão Universitária: diálogo entre saberes sobre educação popular. In: MELO NETO. José Francisco (org.). **Extensão Universitária:** diálogos populares. João Pessoa: UFPB, 2002.

LOURENÇO, Márcia Rozane Balbinotti de. **A trajetória histórica da extensão na Universidade Tecnológica Federal do Paraná.** 2011, 182 f. Dissertação (Mestrado em em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

LUCENA, Francineide Fernandes. A Concepção de Formação Humana nos Cursos de Licenciaturas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 11, p. 25-35, abr. 2016. Disponível em:

<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5443/pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

LUSTOSA, Wigna Eriony A. Moraes; SOUZA, Francisca C. Silva. As licenciaturas nos Institutos Federais: a formação de professores ofertadas por instituições de educação profissional. In: COLÓQUIO NACIONAL - A produção do conhecimento em Educação Profissional, 3, 2015, Natal. **Anais...** . Natal: [s.e], 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa, bibliografia, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2009.

MILLE, M. The university, knowledge spillovers and local development: the experience of a new university. **Higher Education Management and Policy**, Paris, v.16, n.3, 2004.

MONTEIRO NETO. Aristides. Desenvolvimento Regional: questão periférica no pacto federativo brasileiro. In: BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (Orgs). **Pacto federativo, integração nacional e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/mioloPactoNOVO21.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NASCIMENTO. Suzete Viana. **Avaliação da política pública de educação profissional**: eficácia e efetividade dos cursos técnicos no Instituto Federal da Bahia. 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17346/1/Nascimento%20C%20Suzete%20Viana.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANA, João Nildo S. e (Org.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

NECKEL, Vanessa Carla; DUNIA, Comerlato. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o Desenvolvimento Regional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 3, 2016, Campos dos Goytacazes. **Anais...** . Campo dos Goytacazes: SNDP, 2016.

OLIVEIRA, Alvaro José de. As Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica do Norte e Nordeste e sua Contribuição para a Produção Científica e o Desenvolvimento Regional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 4, 2011, Curitiba. **Anais Eletrônicos...** , Curitiba: SNTS, 2011. Disponível em: <<http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt023-asinstituicoes.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

OLIVEIRA, Gevaci Carlos P. G. de. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: redes de cooperação. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4, 2008, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUCRS, 2007, p.07. Disponível em <<http://www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

OLIVEIRA, Luciel Henrique de. **Exemplo de Cálculo de Ranking Médio para Likert**. Mestrado em Administração e Desenvolvimento Organizacional da Faculdade CNEC Varginha - FACECA: Varginha, 2005. Nota de Aula.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. p. 13-32.

_____; MORIGI, Valter (Orgs.). **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012.

_____; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos Sobrinho. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades**. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, v.16, n.30, p. 71-88, jan/jun. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/1429/1065>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

PEREIRA, Bernadeth Maria. A educação para o trabalho no período republicano e sua contribuição na formação da sociedade brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** . São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312975781_ARQUIVO_ANPHU_TRABALHOCOMPLETOVERSAOFINAL2.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

PERUCCHI, Valmira; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Autoria da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 40 n. 2, p.244-255, maio/ago., 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1313>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. Indicadores de produção dos grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação – RBBD**, São Paulo, v.8, n.1, p. 50-64, jan/jul. 2012. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/193>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____; MUELLER, S. P. M. Características das atividades de pesquisa dos professores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 20, n. 44, p.73-88, set./dez., 2015. Disponível em <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000019337/2dc0faa023a7db87c3da13a895061023>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

POLARI, Rômulo Soares. **A Paraíba que podemos ser: da crítica à ação contra o atraso**. João Pessoa: UFPB, 2012.

PONTES, Ana Paula Furtado Soares; OLIVEIRA, Ramon de. O Ensino Médio Integrado: a materialização de uma proposta em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 35, 2012, Porto de Galinhas. **Anais eletrônicos...** . Porto de Galinhas: ANPED, 2012. Disponível em:<<http://35reuniao.anped.org.br/trabalhos/109-gt09>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

RIBEIRO, Marcos Aguiar *et al.* A extensão universitária na perspectiva de estudantes de cursos de graduação da área da saúde. **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p. 55-69, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/15897/17795>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

RITTER, Alexander. **Agroecologia, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental**. 2003. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2003/Alexander%20Ritter.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Instituições de Ensino Superior e o Desenvolvimento Regional: o Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, Paraná, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009. Editora UFPR. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/16710/11109>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Extensão Universitária: Um conceito em transformação. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 16, 2012, Campinas. **Anais eletrônicos...** . Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivo/s/acervo/docs/3473d.pdf>. Acesso em: 04. jan. 2019.

SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**, [200-?]. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da Extensão Universitária Brasileira à Formação Acadêmica Docente e Discente no Século XXI: um debate necessário. **Revista Conexão**, Ponta Grossa, v. 15, n.1, p. 10-15, jan. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3731/2622>>. Acesso em 11 fev. 2019.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. 3ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável**. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardi. **ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica**. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, Arthur Rezende; TERRA, Denise Cunha Tavares. A Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Desafios na Contribuição para o Desenvolvimento Local e Regional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 1, 2013, Curitiba. **Anais Eletrônicos...** . Curitiba: PPGPGP, 2013. Disponível em: <http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur_Rezende.pdf>. Acesso em 15 mai. 2018.

SILVA, Hudson Santos; TEIXEIRA, Maria Gracinha Carvalho. O Desenvolvimento Regional e o Meio Ambiente em uma Instituição Pública de Educação Profissional e Tecnológica Brasileira. In: ENANPAD, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais ...** . Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

SILVA, Rafaela Fernandes e. **A relação cidade-campo em Campina Grande a partir da produção do algodão colorido**. 2011. 119 f. Dissertação de (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Org). **Paraíba 2000-2013**. Estudos Estados Brasileiros. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SOARES, Manoel de Jesus A. As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 58-92, jul./set. 1982. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/viewFile/60628/58869> > . Acesso em: 25 jan. 2018.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; SILVA, Silvia Helena dos Santos Costa. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. **Revista Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 2, n. 05, p. 1-10, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1949/1048>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

VIEGAS, Thayanne Antão; MARQUES, Breno de Miranda; CAFEZEIRO, Isabel. Um percurso na construção da prática extensionista em computação e seus desdobramentos interdisciplinares. **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 106-129, jan./jun. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana%20Maria/Downloads/25315-100362-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

VIEIRA, Danilo Jorge. Evolução do Ensino Superior Brasileiro em Período Recente: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Regional? In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antonio (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017, p. 277.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Questionário sobre a percepção das ações de Extensão do IFPB-*campus* Campina Grande para os discentes.

PESQUISADORA: Ana Maria Gomes Galdino de Oliveira
ORIENTADOR: Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Este questionário faz parte de uma pesquisa de Mestrado intitulada “**O papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional**”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV). Tem como objetivo analisar a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional, a partir de suas ações de Extensão e Cultura.

1. PERFIL DO ENTREVISTADO:

1.1) Sexo

- () Masculino
- () Feminino
- () Outro

1.2) Cor/raça

- () Preto
- () Branca
- () Amarelo
- () Parda
- () Indígena

1.3) Faixa Etária:

- () 14 – 18 anos
- () 19 – 23 anos
- () 24 – 28 anos
- () 29 – 33 anos
- () Mais de 34 anos

1.6) Qual é o seu curso?

() Cursos Técnicos Integrados:

- () Técnico em Informática
- () Técnico em Mineração
- () Técnico em Petróleo e Gás
- () Técnico em Química
- () Técnico em Edificações
- () Técnico em Administração (PROEJA)

() Cursos Técnicos Subsequentes:

- () Técnico em Informática
- () Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
- () Técnico em Mineração

() Cursos Superiores:

- () Licenciatura em Física
- () Licenciatura em Matemática
- () Licenciatura em Letras (EAD)
- () Tecnologia em Construção de Edificações
- () Tecnologia em Telemática
- () Bacharelado em Engenharia da Computação

BLOCO 2 – EXTENSÃO

2.1) As ações de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande são uma das maneiras que esta instituição executa para se comprometer socialmente com o público externo?

- () Discordo Totalmente
- () Discordo
- () Não discordo, nem concordo
- () Concordo
- () Concordo Totalmente

2.2) O IFPB/CG colabora solidariamente na resolução de problemas de exclusão e da discriminação social das regiões beneficiadas pelos projetos extensionistas?

- () Discordo Totalmente
- () Discordo
- () Não discordo, nem concordo
- () Concordo
- () Concordo Totalmente

2.3) O IFPB/*campus* Campina Grande contribui para o desenvolvimento nos critérios de sustentabilidade ambiental e de viabilidade econômica das regiões contempladas pelos projetos de extensão?

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Não discordo, nem concordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

2.4) As ações de extensão estão articuladas com o ensino e com a pesquisa?

Parâmetro para resposta: considera-se articulação com o ensino quando o(a) coordenador(a) - durante os encontros de orientação - ministra conteúdos relacionados com o curso ou com outra área. Já a articulação com a pesquisa ocorre quando é solicitado do extensionista atividade de pesquisa sobre determinado assunto ou situação, para fins de aprofundamento da temática do projeto.

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Não discordo, nem concordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

2.5) As atividades de extensão ajudam no seu desempenho acadêmico?

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Não discordo, nem concordo
- Concordo
- Concordo Totalmente

2.6) Você acha que as atividades extensionistas promovem aperfeiçoamento para sua carreira profissional?

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Não discordo, nem concordo
- Concordo

Concordo Totalmente

2.7) Considerando a repercussão das atividades extensionistas no processo formativo dos alunos, as ações de extensão devem ser computadas para integralização dos créditos de carga horária?

Discordo Totalmente

Discordo

Não discordo, nem concordo

Concordo

Concordo Totalmente

2.8) Você destacaria algum resultado concreto que pode ser caracterizado como um benefício diretamente conquistado por causa das ações de extensão do IFPB/CG?

Agradecemos sua participação e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos!

- 2) Como o sr./sra., enquanto parceiro social do IFPB-campus Campina Grande, para a execução de projetos de Extensão e Cultura, avalia as ações de extensão para esta região ou realidade local?
- 3) Na sua opinião, as ações de Extensão e Cultura do IFPB-CG interferem nos problemas de exclusão e de discriminação social? Se sim ou não, justifique.
- 4) Os projetos extensionistas desenvolvidos pelo IFPB-CG apresentam viabilidade econômica e ambiental para sua região ou realidade local? Se sim ou se não, justifique.
- 5) O sr./sra. destacaria algum resultado concreto que pode ser caracterizado como um benefício diretamente conquistado por causa das ações de extensão do IFPB/CG?

Agradecemos sua participação e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos!

APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisa desenvolvida por **Ana Maria Gomes Galdino de Oliveira** para obtenção do título de mestre pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV), sob orientação do professor **Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva**.

O título de nossa pesquisa é “**O papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional**”. Essa pesquisa tem como objetivo analisar a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* Campina Grande, para o Desenvolvimento Regional, a partir de suas ações de Extensão e Cultura.

Sua participação nessa pesquisa se dará de maneira voluntária e compreenderá em responder um questionário sobre as ações do IFPB/*Campus* Campina Grande na extensão.

Este estudo não implica em nenhum risco para sua saúde, apenas riscos mínimos previsíveis como o desconforto para responder alguns itens do instrumento. Portanto, as perguntas que possam causar desconforto não precisarão ser respondidas, e o questionário pode ser interrompido a qualquer momento.

Ressaltamos que você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento.

Para fins de pesquisa, os pesquisadores garantem que seu nome será preservado e que nenhum dado sobre sua pessoa será divulgado.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informação a respeito do método que será utilizado. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu desejar.

Fui igualmente informado da garantia de receber resposta a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, da liberdade de tirar meu consentimento, a qualquer momento, e da garantia de que não serei identificado(a) quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa e que posso entrar em contato com a pesquisadora responsável **Ana Maria Gomes Galdino de Oliveira**, através do setor de trabalho, Controle Acadêmico do IFPB/*Campus* Campina Grande - telefones: (83)2102-6200 ou 2102-6203 se assim eu desejar.

Assinatura da Pesquisadora
Ana Maria Gomes Galdino de Oliveira

Assinatura do Entrevistado

Data ___/___/___

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP): Centro de Ciências da Saúde – CCS –
UFPB Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa – PB – CEP 58059-9000 Fone:
83 3216 7791 – Email:eticaccsufpb@hotmail.com